



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



**LINHA DE PESQUISA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO
AGRÁRIO E DINÂMICAS TERRITORIAIS**

RICARDO SANTOS DE ALMEIDA

**AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM ALAGOAS:
CONTROLE DO TERRITÓRIO E LUTA POR TERRA**

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
SÃO CRISTÓVÃO/SE**

Agosto de 2016

RICARDO SANTOS DE ALMEIDA

**AGRONEGÓGIO CANAVIEIRO EM ALAGOAS:
CONTROLE DO TERRITÓRIO E LUTA POR TERRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

Linha da Pesquisa: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

Agosto de 2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447a Almeida, Ricardo Santos de
Agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território
e luta por terra / Ricardo Santos de Almeida ; orientadora
Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2016.
184 f. : il.

Dissertação (mestrado Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Espaço agrário. 2. Agronegócio da cana-de-açúcar. 3.
Reestruturação produtiva. 4. Uso da terra. 5. Território. 6.
Alagoas (AL). I. Costa, José Eloízio, orient. II. Título.

CDU: 911.3:633.61(813.5)



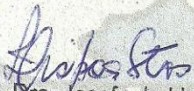
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



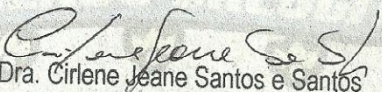
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação do Mestrado
em Geografia de **Ricardo Santos de Almeida**.

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, com início às oito horas, realizou-se no Programa de Pós-Graduação em Geografia, bloco de didática II, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Ricardo Santos de Almeida**, intitulada: "Agronegócio Canavieiro em Alagoas: Controle do território e luta por terra". A Banca Examinadora foi presidida pela Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos, que na qualidade de orientadora, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder a apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora, composta pela Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos e Prof. Dr. José Eloízio da Costa, arguiu o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a orientadora teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **aprovar** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

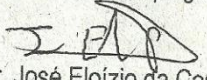
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 30 de agosto de 2016


Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos

Orientadora


Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Examinadora externa ao programa


Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Examinador interno do programa


Ricardo Santos de Almeida

-Mestrando-

DEDICATÓRIA

Aos que confiam e acreditam que ainda há esperança, pois a
ádua batalha é contínua e não desistiremos facilmente.
Aos camponeses dos acampamentos rurais Belo Horizonte,
Padre Cícero e São José II.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos pela paciência, garra e compreensão em todos os momentos desta jornada.

A Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos e aos membros do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO) Ariane de Almeida Pontes, Eduarda Silva de Holanda, Nadja Sabino dos Santos, Roselma Lopes Ribeiro e Everson de Oliveira Santos.

Aos meus pais e familiares.

Ao Prof. Dr. José Crisólogo Sales Silva pelo apoio acadêmico.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

A jornalista Maria Aparecida de Oliveira pelo apoio e comprometimento elucidativo das questões políticas em Alagoas.

Aos companheiros e alunos do curso Geografia Licenciatura, modalidade a distância, polos Arapiraca, Maceió Palmeira dos Índios, em especial Elisângela dos Santos Lima.

Aos alunos dos cursos Geografia Licenciatura e História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão.

Aos alunos do curso Administração Pública Bacharelado da Universidade Estadual de Alagoas Campus Arapiraca e Santana do Ipanema.

“Se árdua é a missão, o ideal geográfico nos reanima.”

(Ivan Fernandes Lima)

RESUMO

Essa pesquisa explica a produção do espaço rural alagoano a partir da ocupação e uso da terra pelo agronegócio canavieiro. Considera-se que a atividade econômica agroindustrial é alimentada pelos privilégios do grupo social que controla a política, expondo os tentáculos políticos dessa atividade econômica no estado. A relação entre o Sistema econômico do engenho de açúcar (aqui considerado na sua relação com o sistema político) e o processo de reestruturação produtiva realizado desde as duas últimas décadas do século XX, vem explicar por que a atividade canavieira em Alagoas se mantém e qual a sua relação com a continuidade da pobreza, que é visualizada cotidianamente na paisagem. Ao mesmo tempo, quais as estratégias encontradas pelos trabalhadores rurais sem acesso à terra para se reproduzirem socialmente. As resistências de movimentos sociais existentes no território nos municípios Junqueiro, Campo Alegre e Teotônio Vilela, reafirmam a luta no campo em terrenos de usinas ou de grupos empresariais canavieiros. Nessa direção, a pesquisa mostra a inevitabilidade de interpretar o processo e as heranças históricas para desvendar os rebatimentos da reestruturação produtiva do agronegócio na vida da população camponesa. A sujeição da terra ao capital nessa realidade é um quadro viabilizado por ações políticas e econômicas que demarcam o estado de Alagoas. Neste sentido, a reestruturação produtiva na atividade canavieira traduz-se no fortalecimento do agronegócio reafirmando a permanência da base oligárquica rural que há séculos exerce seu poderio sobre o território alagoano.

Palavras-chave: Território. Agronegócio da cana-de-açúcar. Reestruturação Produtiva. Luta pela terra em Alagoas.

ABSTRACT

This research explains the production of rural areas of Alagoas State from the occupation and use of the land by the sugarcane farming industry. Agro-industrial economic activity is fed by the privileges afforded to the social group that controls politics, which exposes the political tentacles of this economic activity in the state. The relationship between the economic system of the sugar mills (here considered in their relationship with the political system) and the production restructuring process that has taken place, starting in the last twenty years of the 20th century, explains why the sugarcane farming activity in Alagoas is maintained and its relationship with the continuing poverty that can be seen on a daily basis in the landscape. This also explains the strategies for social reproduction employed by rural workers who have no access to land. The resistance of the social movements that are found in the territory in the municipalities of Junqueiro, Campo Alegre and Teotônio Vilela reaffirms the struggle in the countryside on land belonging to the mills or to sugarcane business groups. In this sense, the research shows the necessity to interpret the process and the historical heritage to reveal the repercussions that the restructuring of agricultural production have on the lives of the rural population. Subjection of the land to capital in this reality is a situation made possible by the political and economic actions that mark out the State of Alagoas. In this sense, production restructuring in the sugarcane farming activity results in a strengthening of the agribusiness, thus reaffirming the permanence of the oligarchical rural base that for centuries has exercised its power over the territory of Alagoas.

Keywords: Territory; Sugarcane farming business; production restructuring; the struggle for land in Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| FIGURA 01 | Mapa de localização da área de estudo..... | 25 |
| FIGURA 02 | Paisagem de canavial alagoano..... | 27 |
| FIGURA 03 | Novos caminhos: do agronegócio da cana à agricultura campesina..... | 28 |
| FIGURA 04 | Trabalhadores no corte da cana (A). A técnica da irrigação foi transformada em tecnologia no campo (B)..... | 36 |
| FIGURA 05 | A espacialização da RIDESA..... | 41 |
| FIGURA 06 | MST ocupa o CECA/UFAL..... | 44 |
| FIGURA 07 | Sistema Regional de Inovação aplicado em Alagoas..... | 52 |
| FIGURA 08 | Grito da Terra Alagoas, Maceió, maio de 2014..... | 137 |
| FIGURA 09 | Margaridas realizam ato público, Maceió, março de 2016..... | 139 |
| FIGURA 10 | Acampamento Padre Cicero, Teotônio Vilela, 2016..... | 148 |
| FIGURA 11 | Acampamento São José II, Junqueiro, 2016..... | 149 |
| FIGURA 12 | Barracão do Acampamento São José II com murais contendo a organização da lida no campo e a rua contendo os barracos de lona e bloco..... | 150 |
| FIGURA 13 | Acampamento Padre Cicero, Teotônio Vilela, 2016..... | 151 |
| FIGURA 14 | Produção de feijão, Acampamento Belo Horizonte, Campo Alegre, 2016. | 155 |
| FIGURA 15 | Cultivos alimentares no Acampamento São José II, Junqueiro, 2016..... | 157 |
| FIGURA 16 | Plantio de cana-de-açúcar no entorno do Acampamento São José II, município Junqueiro/AL..... | 158 |
| FIGURA 17 | Colheitadeira e trator substituem os trabalhadores no corte da cana, Teotônio Vilela, 2016..... | 164 |
| FIGURA 18 | A automação no campo diminui quantitativo de trabalhadores no corte- da-cana, em Teotônio Vilela/AL..... | 165 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| GRÁFICO 01 | Gráfico da Participação do Setor Sucroalcooleiro entre 1983 a 1991..... | 141 |
| GRÁFICO 02 | Gráfico da taxa média de crescimento da Receita Tributária nos estados Nordestinos..... | 144 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|--|----|
| QUADRO 01 | Grupos Empresariais que trabalham com a cana e suas ramificações..... | 43 |
| QUADRO 02 | Grupos Empresariais que trabalham com a cana e suas ramificações (continuação)..... | 47 |
| QUADRO 03 | Principais entraves para as transformações da agricultura brasileira no sentido de uma reforma agrária que não seja precária ou incipiente..... | 84 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| TABELA 01 | Percentual de subsídios/equalização de custos direcionados ao açúcar cristal nordestino em relação ao preço industrial médio do produto entre os anos de 1976 a 1979..... | 102 |
| TABELA 02 | Receita Arrecadada realizada, por categoria e arrecadação em Alagoas de ICMS (1972, 1980, 1991, 2000)..... | 146 |
| TABELA 03 | – Despesa Realizada, por categoria e arrecadação em Alagoas de ICMS (1972, 1980, 1991, 2000)..... | 146 |
| TABELA 04 | ICMS Alagoas (1972, 1980, 1991, 2000)..... | 146 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIM – Ação Direta de Inconstitucionalidade

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Rurais

DOE – Diário Oficial do Estado

EECA – Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Alagoas

FETAG/AL – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado de Alagoas

FPE – Fundo de Participação dos Estados

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITCD – Imposto sobre Transmissão causa mortis e Doações de Bens e Direitos

MVT – Movimento Via do Trabalho

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

PLANALSUCAR – Programa de Melhoramento da Cana-de-Açúcar

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

RIDESA – Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético

SINDAÇÚCAR/AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool em Alagoas

STIA/AL – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar do Estado de Alagoas

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| CAPÍTULO 1. GEOGRAFIA: DE SEU OBJETO DE ESTUDO, O ESPAÇO, AO TERRITÓRIO E SUAS VELHAS/NOVAS ABORDAGENS..... | 24 |
| 1.1. Do espaço ao território da cana..... | 31 |
| 1.2. Redes de influência do agronegócio canavieiro..... | 44 |
| CAPÍTULO 2. DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E O CAMPESINATO..... | 56 |
| 2.1. O campesinato no âmago da questão agrária brasileira..... | 66 |
| 2.2. Quem é o sujeito do campo: o camponês em discussão..... | 75 |
| CAPÍTULO 3. ESTADO E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA..... | 87 |
| 3.1. Uma relação de comprometimento com a agroindústria canavieira no Nordeste..... | 89 |
| CAPÍTULO 4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS E SEUS REBATIMENTOS SÓCIO-ESPACIAIS..... | 115 |
| 4.1. Transformações ocorridas na organização do agronegócio da cana-de-açúcar em Alagoas..... | 125 |
| 4.2. A resistência dos trabalhadores..... | 131 |
| 4.3. O agronegócio da cana-de-açúcar e o Estado..... | 139 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 168 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 171 |
| ANEXOS..... | 180 |

INTRODUÇÃO

No início do século XVI, durante a Revolução Comercial, os portugueses, percebendo a necessidade da criação de alternativas comerciais, introduziram no Brasil o plantio da cana-de-açúcar, tornando o açúcar um dos principais produtos mais consumidos daquele momento.

A partir de 1534, Portugal adotou o sistema de Capitânicas Hereditárias¹ nas terras brasileiras, que foram divididas sem respeitar aspectos sociais e geográficos, prevalecendo apenas interesses políticos.

As terras das Capitânicas Hereditárias eram doações de grandes lotes feitas para nobres e altos funcionários da metrópole. Estes, responsáveis por resguardar o direito de Estado, tendo certa autonomia, foram responsáveis pela fundação de vilas, pelo recolhimento de impostos, bem como pela distribuição das sesmarias como também pela escravização de negros e índios.

Ao ocupar o território brasileiro (onde hoje se constitui a região Nordeste), os portugueses impuseram aos nativos, com objetivo de ter êxito na ocupação e para uso do solo, uma relação de dominação e escravidão.

A expansão da ocupação para o interior da região Nordeste, a partir do século XVI, possibilitou um melhor desenvolvimento da pecuária, pois, no litoral, desenvolvia-se a cultura canavieira, que Gilberto Freire “classificou como latifundiária, monocultora e escravocrata” (ANDRADE, 1996, p. 60).

As sesmarias foram terras destinadas à produção, para combater a crise, mediante a dificuldade de acesso às especiarias das Índias. Aqui compactua-se com Lima (1990, p. 27) ao enfatizar que os sesmeiros tinham apenas a posse da terra, mas não o seu domínio. Suas terras conquistadas eram doadas em sesmarias às pessoas influentes, não a estrangeiros, gerando os primeiros latifúndios, sistema onde poucos terão acesso à terra.

Entretanto, algumas tribos indígenas, para sobreviver, migraram para o interior, como forma de se defender. Mas os índios capturados e recrutados tornaram-se reserva de força de trabalho ou instrumentos de combate contra outros índios.

Devido ao déficit de mão de obra e à baixa produtividade dos índios escravizados, fez-se necessária a importação de negros africanos, indivíduos que muito contribuíram para a implantação da monocultura canavieira do Brasil, determinando o *modus operandi* do uso e ocupação do território desde o século XVI. Portanto, a formação econômico-social foi

¹Ao todo eram quinze e tinham como objetivo defender o território contra a invasão de outros povos.

estritamente escravista, marcada pela relação de dominação capitalista, que procurava a maximização da acumulação primitiva através da apropriação da natureza, da escravização das tribos indígenas, bem como o tráfico negreiro, tornando-se um dos principais negócios da elite colonial, mantido até meados do século XIX.

Segundo Lima (1990, p. 52), em 18 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei nº. 601, a Lei de Terras, que estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedades. Essa lei inviabilizava a aquisição de terras pelos estrangeiros no período pós-escravidão bem como impedia a venda de terras indígenas, sendo que o aumento do valor do preço da terra a torna mercadoria na economia comercial. Decorrente desse processo, reafirmam-se os privilégios da elite latifundiária, excluindo cada vez mais os pequenos proprietários, assim que foi promulgada a Constituição Republicana de 1891.

Em seu artigo 64, estabeleceu que as terras públicas passariam à propriedade dos estados em que estivessem situadas, contribuindo assim para a sua apropriação pelos “coronéis” que, com os seus “currais eleitorais”, elegiam os deputados, os senadores e os governadores. Assim, em vez de trazer uma contribuição à solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terras para cultivar, a Constituição dificultava-lhes o acesso à propriedade da terra. Em leis posteriores à Constituição, o sistema de compra e venda da terra foi fortalecido com a adoção do registro da propriedade consagrado pelo Código Civil, de 1 de janeiro de 1916; em seu art. 530, ele admite a aquisição da propriedade pela transcrição da transferência de contrato de compra e venda no Registro de Imóveis, por acessão, por usucapião e por herança. (LIMA, 1990. p. 57).

Ainda segundo Lima (1990, p. 58), a Lei de Terras só vem a organizar a classe dos grandes produtores e proprietários de terras, em especial os da região Sudeste que se fortaleceram ao destacarem-se na produção de café e pecuária, auxiliando a reestruturação do mercado interno de trabalho com a vinda de trabalhadores estrangeiros. A Lei de Terras trata-se de uma cópia da lei de terras adotada nos Estados Unidos da América, que possuiu ocupação distinta da brasileira.

Quanto à ocupação e à formação territorial do Brasil, esta mediava-se pela localização próxima aos corpos d’água, em especial, o rio São Francisco e seus afluentes. Nesse cenário, provém o estabelecimento da agricultura de mantimentos de que, apesar da persistência dos latifúndios, provém a resistência dos pequenos produtores. Esta outrora não consolidada, provém de processo ocorrido desde os tempos do período colonial e imperial no Nordeste brasileiro, gira em torno da classe senhorial e sobrepõe-se aos escravos. Sua consolidação dar-se-á por meio da busca pela igualdade na repartição de terras concentradas. Justapõe-se à

libertação dos escravos e dos outros povos livres que deverão ofertar suas forças de trabalho, no sistema de mais-valia, e fortalecer o poder dos latifundiários por extensão. Nesse sentido, o campesinato existe e persiste, reconstruindo-se por meio de relações não capitalistas².

A busca pela acumulação de capital reflete nas transformações no campo brasileiro atualmente, que, mesmo recebendo investimentos em tecnologias, busca uma contínua apropriação da mais-valia dos trabalhadores do campo, sendo recrutas de repressões e expulsões para as cidades. Esses movimentos de tensão mobilizam o surgimento dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e pelo acesso às melhores condições de trabalho e vida.

A repressão dar-se-á com o apoio do Estado, indiretamente constituído por grandes agricultores. Como base para essa concepção, faz-se necessário analisar o processo da questão agrária brasileira, que se intensifica durante a Ditadura Militar (1964-1985) com o Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Trabalhador (1963), o que enfraquece os movimentos de lutas pela terra e pela reforma agrária, como a Liga Camponesa, criada na década de 1950.

O Estatuto da Terra estabelecido pela Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que, segundo Andrade (1996), não visava uma Reforma Agrária com articulações e bases definidas, fortalecendo cada vez mais o poder e a solidez do latifúndio capitalista moderno, com maior rentabilidade e de caráter explorador sobre os trabalhadores e a natureza.

Após o fim do regime militar, em 1985, o Estado mantém os privilégios para os grandes proprietários de terras, que se fortalecem através da *holding*³ empresarial, com redução de impostos e aumento de créditos e financiamentos, o que contribuiu para o crescimento da produção da cana-de-açúcar fortalecendo o setor canavieiro no Brasil. Por outro lado, os pequenos proprietários de terra, protagonizados pelos camponeses, resistindo sobre uma produção de alimentos necessários à sobrevivência, presenciavam o aumento das desigualdades no campo. Ao fomentar políticas agrícolas em prol da exportação, o Estado abandona a importância de direcionar investimentos para suprir a produção de alimentos, que, em grande parte, é uma preocupação dos camponeses (SORJ *et al*, 1978).

A produção da cana-de-açúcar, no Brasil, intensifica-se a partir da década de 1950, devido aos incentivos financeiros por intermédio do Estado, o que possibilita investimentos em novas tecnologias. Esses investimentos são decorrentes de um processo político-

²Destaca-se a produção camponesa na relação mercadoria-dinheiro-mercadoria, e a relação de produção capitalista na relação dinheiro-mercadoria-dinheiro (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

³Sociedade gestora de participações sociais. Na prática, é uma empresa que detém a posse majoritária de ações de outras empresas que são denominadas subsidiárias e centraliza o controle sobre elas. De modo geral, a *holding* não produz bens e serviços e destina-se apenas ao controle de suas subsidiárias.

econômico que se destinava a um específico setor agroindustrial. Tal conjuntura é conduzida até o final da década de 1980 para diversos estados do Nordeste, em que se (re)organiza o território alagoano, de acordo com os anseios dos grupos industriais até os dias atuais.

Contudo, constituindo-se o entendimento sobre a categoria analítica processual (histórico-geográfica), território, usada por Milton Santos, as “[...] configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (SANTOS *et al*, 2001, p. 247).

Ao defender a ideia de que o território deve estar ligado à ideia de poder, Andrade (1996, p. 13) afirma que devemos:

Caracterizar bem certas categorias como espaço, tempo e território, e a de analisar os problemas que as grandes transformações, em operação, estão trazendo às características e às estruturas dos estados e das empresas, com repercussões sobre níveis de soberania e delimitação de fronteiras. A análise da natureza do Estado e do papel que ele desempenha, fortalecendo ou enfraquecendo sua soberania e o território sobre o qual exerce o seu poder, é fundamental para a compreensão do momento político que ora se atravessa.

Neste sentido, à medida que existem formas diferentes de espaço, o espaço heterogêneo é formado por um conjunto de contradições e inter-relações, abertas e inacabadas, e, por isso, o tempo (passado, presente e futuro) deve ser compreendido pela produção geográfica a partir da dimensão socioeconômica. Logo, o espaço é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2014, p. 69).

Contudo, busca-se compreender o fenômeno territorialização de capitais no campo alagoano e seus rebatimentos na mesorregião Leste Alagoano a partir das formações econômica, social e espacial daquele estado. Torna-se necessária a compreensão dos fatos histórico-geográficos que influenciaram esse processo que tem o agronegócio da cana-de-açúcar como base de sua sustentação. Nesse sentido, percebe-se a sua influência social, política e econômica em outras frações do território, analisando o processo desde o século XVI aos dias atuais.

Compreender a produção do espaço e como ele é apropriado e se territorializa pelo agronegócio da cana-de-açúcar no decorrer dos séculos permite-nos interpretar o modo como ocorre o fortalecimento dos tentáculos políticos e econômicos estabelecido por redes agroindustriais, com o apoio do Estado.

Assim, busca-se compreender, através das heranças histórico-geográficas da formação econômica social e espacial, o processo de territorialização do capital no campo alagoano:

Do processo de colonização, da escolha do caráter social da produção e da forma privada de apropriação da qual se considera o domínio do capital sobreposto ao domínio da propriedade da terra e a acumulação capitalista derivada do lucro do capital e não da renda da terra, ou apenas secundariamente da renda da terra. (GORENDER, 1994, p. 17-18).

Nas análises conceituais e teóricas sobre a produção do espaço geográfico, buscou-se questionar as principais transformações na questão agrária alagoana, especificamente na mesorregião Leste Alagoano, no decorrer dos séculos XVI aos dias atuais, analisando o modo como foi conduzida a formação do campesinato, bem como se deu o processo de coexistência das relações de produção capitalistas e não capitalistas:

- O processo colonizador, a divisão administrativa em sesmarias estimulando o surgimento dos engenhos banguês e a situação de trabalho análogo ao feudalismo (a partir do início da construção social coronelista) contribuindo também para a gênese da territorialização do capital no campo as articulações do agronegócio com o Estado;
- O desenvolvimento dos transportes hidroviário, ferroviário e rodoviário que facilitaram a distribuição da produção, seja para a manufatura ou para a comercialização do açúcar e seus derivados;
- A consolidação do latifúndio da cana-de-açúcar, a partir do processo modernizador tornando necessária a inserção de novas técnicas e tecnologias que acompanhassem a competitividade econômica de outros produtores em escala mundial a partir das usinas e destilarias;
- Novas estratégias de produção e competitividade a partir de uma precária e incipiente reestruturação produtiva patrocinada em primeiro momento pelo Estado através de políticas de subvenção do Governo Federal e pelo governo do Estado de Alagoas;
- Combinação agronegócio, *holdings* de empresas e inserção de outros cultivos, a exemplo do monocultivo de eucalipto.

A investigação se debruça a partir das pesquisas bibliográficas, infográficas e documentais que nos direcionam ao entendimento do processo de territorialização de capitais

no campo alagoano, com o intuito de compreendermos, através do processo histórico-geográfico, como ocorreram as transformações da agroindústria da cana-de-açúcar no que se refere às inovações tecnológicas, às organizacionais e às suas implicações sócio-espaciais.

Analizamos a territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar em Alagoas e seus rebatimentos para os camponeses que lutam pela terra e pela reforma agrária. Faz-se necessária a interpretação da luta pela terra e da resistência campesina em três acampamentos do Movimento Via do Trabalho (MVT) localizados nos municípios Junqueiro, Campo Alegre e Teotônio Vilela, em áreas pertencentes ao Grupo João Lyra, em processo de falência.

Os objetivos específicos, delineadores deste estudo, são:

- Explicar as relações existentes entre Estado e agronegócio, na (re)organização do território alagoano;
- Analisar as relações de poder político no Estado de Alagoas, como estratégia de sujeição da terra ao capital;
- Discutir os rebatimentos do agronegócio na apropriação de terras camponesas e a resistência campesina no Estado de Alagoas.

No intuito de estabelecer as relações entre o território alagoano e os rebatimentos do agronegócio da cana-de-açúcar, os capítulos devem seguir os propósitos elencados.

No primeiro capítulo, está discutido o objeto de estudo da Geografia, o espaço, bem como suas abordagens e concepções de território, cujo intuito nos permite compreender as relações territoriais estabelecidas a partir do poder do agronegócio canavieiro em Alagoas. Para tal, afirmar-se que o processo de territorialização de capitais permitiu, desde o século XVI, a contínua concentração fundiária dos módulos fiscais estabelecida ao longo dos anos, atrelada à apropriação do Estado, que permitiu a concentração de renda, incorporação de novas terras aos plantadores e usineiros, por meio das subvenções e legislações agrárias.

No segundo capítulo, discutir-se-á o processo de diferenciação horizontal dentro do campesinato, destacando-se os instrumentos de autodefesa, como autoconsumo e mercantilização da terra no Brasil, permeando a luta e a resistência campesina frente ao avanço tecnológico. A par dessa situação, as áreas utilizadas para plantio bem como as mudanças no uso do capital monetário excedente, articulados no processo de acumulação primitiva, que consequentemente diminui a produção de alimentos necessários à sobrevivência. Historia-se a resistência camponesa no Brasil bem como se enfatiza a importância da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas na luta pela permanência dos povos no campo e no âmbito de buscar-se a qualidade de vida dos

trabalhadores rurais.

Crítica-se o acesso ao consumismo exacerbado e de produtos manufaturados que o capital agroindustrial produz com o intuito de enfraquecer o camponês, bem como a apropriação de seus conhecimentos ao estimularem por meio da mídia sua cultura e educação. Isso os leva a regredir a estratos, enfraquecendo ainda mais o seu poder de reprodução e permitindo a relação adaptação, exclusão ou concentração mediante a automação, marginalizando a população rural.

Já no terceiro capítulo, será discutido o papel do Estado brasileiro por meio da processualidade histórica que permitiu a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar, tornando o Estado de Alagoas subserviente às tramas do capital canavieiro. Contudo, estabelecem-se na análise aspectos geo-históricos, bem como a interpretação de encontros realizados pelo setor canavieiro, cujo intuito reforçava a continuidade da espoliação do Estado brasileiro.

Enfatiza-se, portanto, que, em Alagoas, a formação territorial e também de sua elite dominante foi constituída desde o período colonial e formavam uma elite quase homogênea, com poderes especiais que reafirmam seus privilégios. A estrutura econômica dominante no estado, bem como sua organização político-social dela originária, permitia que muitos abusos de autoridade fossem cometidos impunemente pela elite agrária. É de se imaginar as atrocidades e os desmandos que ocorreram e ainda hoje ocorrem em Alagoas. Nesse sentido, afirma-se que a posse da terra e sua ocupação com a monocultura da cana-de-açúcar davam a essa elite o poder absoluto sobre lavradores, agregados, trabalhadores e a imensa maioria de pobres livres, que necessitavam de terra para sobrevivência.

Historicamente, o processo de uso e ocupação da terra pelo setor canavieiro no Estado de Alagoas, compreende-se pela relação existente entre a propriedade fundiária e o poder do agronegócio, que foi determinante da estrutura agrícola, econômica e social alagoana em que se encontra nos dias atuais.

O último capítulo versa pela compreensão das implicações sócio-espaciais decorrentes das ações do agronegócio da cana-de-açúcar, pois os interesses deste se atrelam ao poder político regional e nacional, que lhes assegura a manutenção de privilégios. Para tal, analisa-se o Estado de Alagoas como um estado a serviço do agronegócio da cana-de-açúcar, cujas transformações no campo se metamorfoseiam no tempo e no espaço sobre os programas de subvenção do Governo Federal, de acordos e decretos estaduais para reforçar a concentração de poder e renda.

Nesse sentido, analisa-se a resistência campesina no campo alagoano frente às

intempéries proporcionadas ao longo dos anos pelo agronegócio da cana. Contudo, afirma-se essa condição por meio de relatos e entrevistas realizadas junto à Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar do Estado de Alagoas e dos acampamentos São José II, Belo Horizonte e Padre Cícero, localizados em área pertencente à massa falida do Grupo João Lyra, a partir de 2014.

Foram realizadas entrevistas em 2016 junto aos acampados com o intuito de valorizar e refletir sobre a resistência camponesa frente ao mar de cana que os circunda. Contudo, analisamos os rebatimentos da luta pela terra e como esse movimento é interpretado pelo setor canavieiro e por sindicatos de trabalhadores.

Alagoas possui sua história de quinhentos anos atrelada ao cultivo da cana-de-açúcar e seus derivados, o que fortaleceu a concentração de riqueza pelos senhores de engenhos, que ganhou prestígio, virou político e definiu o rumo do estado. Além deste, as condições edafoclimáticas foram favoráveis ao desenvolvimento do cultivo, desde o litoral às matas e aos tabuleiros.

O cultivo da cana insiste em amarrar o futuro ao domínio do passado. O setor sucroalcooleiro vive em crise e já não é mais soberano na economia alagoana. Embora maior parte do território esteja atrelada ao agronegócio da cana, o povo segue escravo da ignorância e protagoniza as estatísticas dos piores indicadores sociais, pois as funções políticas de caráter administrativo que deveriam se fazer presentes nos poderes são ora manipuladas ou substituídas pela troca de favores, pelo uso do que é público visando obter um fim privado ou individual. Logo, o que existe é um falso poder, pois ninguém almeja perder, todos buscam o ganho que irá satisfazer seu desejo: o lucro.

Sendo assim, esta dissertação proporciona uma análise sistemática de como o Estado brasileiro, ao apoiar o agronegócio da cana-de-açúcar, reforça a sujeição da renda da terra no Estado de Alagoas, permitindo a continuidade da concentração de riquezas e a acumulação do capital. Embora promova a diminuição da produção de alimentos essenciais para a sobrevivência da população local, o agronegócio da cana trará a contínua luta camponesa pela terra.

CAPÍTULO 01

1. GEOGRAFIA: DE SEU OBJETO DE ESTUDO, O ESPAÇO, AO TERRITÓRIO E SUAS VELHAS/NOVAS ABORDAGENS

A compreensão do espaço geográfico torna-se necessária, já que é nele que estão contidas as tramas territoriais aqui discutidas.

Para nos embasarmos sobre o conceito de espaço geográfico concebido como produto da ação humana por meio do trabalho, estabelece-se o entendimento das relações dinâmicas com a natureza em diferentes temporalidades, de modo a mostrar como o espaço geográfico é dinâmico, referenciando-se ao movimento, ou seja, ao *devir* do ser e do “vir-a-ser”. Para Santos (2014, p. 20), o espaço é “um híbrido entre o meio natural e a técnica, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos (formas) e ações (conteúdos) pelo transcorrer do tempo”.

Tratado como espaço multável e diferenciado cuja aparência visível é a paisagem, o espaço geográfico tem em si forças e elementos que interagem entre si, heterogêneos e dependentes, constituindo variáveis e sistemáticas relações que surgem naturalmente ou pela ação humana.

No que se refere à paisagem, podemos afirmá-la como tudo aquilo que podemos visualizar no espaço externo constituído pela natureza, e nas alterações que o homem faz nessa natureza. Ela também pode ser a materialização resultante da interação do homem com os elementos da natureza (rios, relevo, vegetação, etc). Para Santos (2014, p. 103), “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas reações localizadas entre o homem e a natureza”.

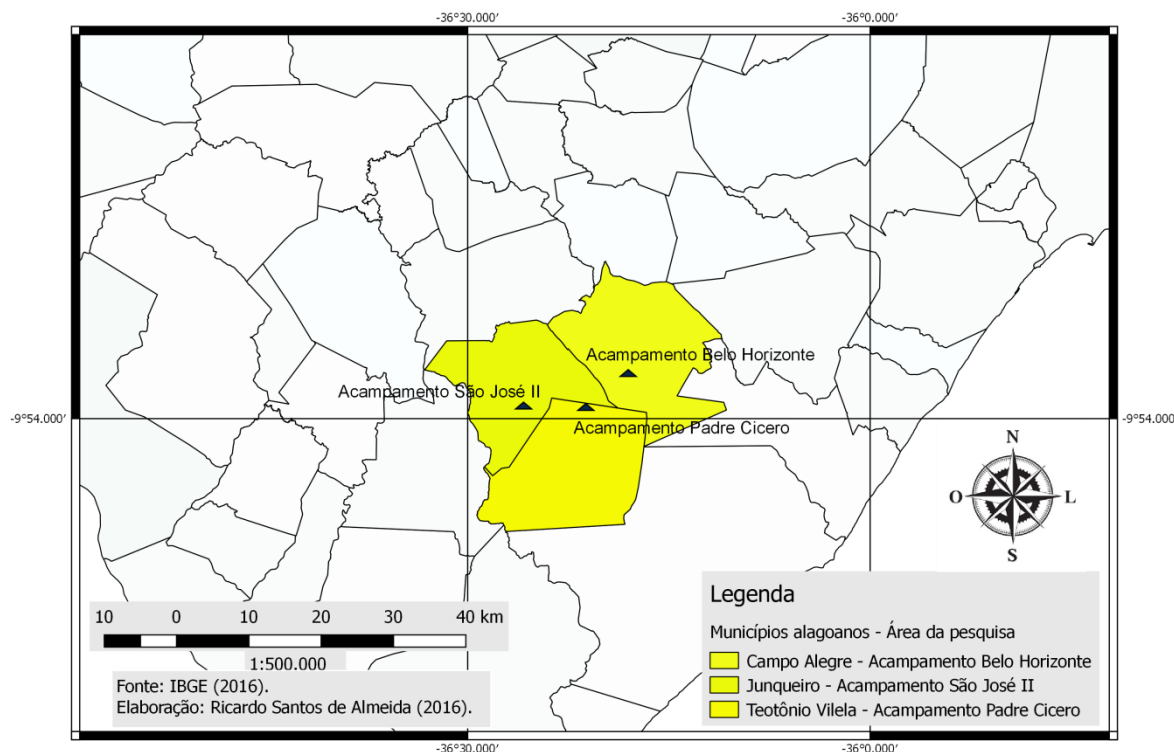
É preciso destacar que a forma nos é perceptível a partir dos aspectos exteriores, ou seja, o visível. Logo, é por meio da forma que podemos analisar a aparência de um determinado fenômeno.

A função pode ser interpretada a partir do momento em que um objeto desempenha uma atividade. A função relaciona-se com a forma justapondo-se à estrutura, cuja análise nos permite compreender um dado momento da história, permitindo-nos discutir as condições econômicas e sociais que se irradiaram no processo de organização do espaço geográfico.

Põe-se em discussão como o agronegócio canavieiro se espacializa e a decorrência das implicações sócio-espaciais inseridas no território, bem como a luta do Movimento Social Via do Trabalho (MVT) pela terra (ver figura 1) nos municípios Campo Alegre (Acampamento

Belo Horizonte), Junqueiro (Acampamento São José II) e Teotônio Vilela (Acampamento Padre Cicero).

Figura 01. Mapa de localização da área de estudo



Será por meio da compreensão de como o produto histórico foi socialmente construído ou não por componentes ideológicos que direcionaram hegemonicamente as ações constituintes da (re)produção do espaço geográfico alagoano que elucidaremos a luta e a resistência camponesa frente o agronegócio canavieiro. Para tal, torna-se necessária a compreensão dos rebatimentos decorrentes da acumulação de capital no campo alagoano, configurando o território do agronegócio canavieiro como susceptível às tramas e aos enredos que promovem as desigualdades e contínua luta camponesa. Buscar interpretar a aparência com o intuito de identificar a essência dos fenômenos com as quais discutiremos: o processo de territorialização do capital do agronegócio canavieiro no campo em Alagoas, suas implicações sócio-espaciais e a luta por terra é o objeto dessa dissertação.

Antes, o estudo da paisagem era direcionado apenas para o meio físico do nosso planeta, mas gradativamente foi introduzido o estudo do elemento humano, que é também responsável por toda essa transformação da paisagem.

Para os geógrafos humanistas, a paisagem é primeiramente uma construção mental tecida a partir da percepção e vivência no território. Na geografia humana, cujos estudos se pautam a partir da paisagem apreendida de modo subjetivo, podemos atribuir à paisagem as percepções do ver e do sentir o que está em nossa mente referente ao que está posto em uma determinada realidade. Alguns estudos da paisagem enveredam pelo caráter subjetivo, susceptível de se basear na aparência e ser enriquecido através dela, incorporando a sensibilidade.

Nós geógrafos estudamos as paisagens com o intuito de identificarmos as fisionomias, as características e as formas para discutir seus atributos físicos, naturais e humanos para apreendermos as inter-relações dos fenômenos que ali ocorrem.

A paisagem da cana-de-açúcar no território alagoano é produzida ao longo da formação territorial brasileira. Esse movimento só se estabeleceu devido às condições fisionômicas do espaço geográfico: o solo massapê, corpos d'água e áreas propícias à instalação dos engenhos banguês, de trapiches e portos para o escoamento da produção.

Destacamos que os processos que envolvem o avanço e o recuo das áreas de produção decorrem das estratégias de retroalimentação do capital que permitem ao agronegócio da cana a realização de investimentos em outros ramos empresariais.

Os processos que permitiram a territorialização do capital podem não ser totalmente perceptíveis na paisagem. Somente o aspecto visual não nos permite compreender esse fenômeno. Cabe-nos debruçar sobre registros visuais, documentais e bibliográficos para compreendermos o movimento, o avanço e o recuo da área de produção, as tramas desenvolvidas pelo setor canavieiro e as implicações sócio-espaciais dela decorrentes.

Não estático como uma pintura, o mar de cana é componente do substrato da paisagem do Leste alagoano ao longo dos anos. Esse movimento não será contínuo, pois a atividade humana modifica a paisagem. Nesse cenário, a relação estabelecida entre sociedade e natureza nos permite compreender a produção do espaço, que não é, portanto um dado, mas um produto construído por um processo cultural e social, envolvendo aí o uso de tecnologia, que pode ou não estar subordinada aos interesses econômicos, políticos e ideológicos.

As decisões de interferências do agente transformador são baseadas principalmente nos interesses capitalistas, pois, para Ferrari (2005, p. 21), “juntamente com investimentos atinentes, prioritariamente às necessidades de um processo de trabalho em processo de valorização, ocorrem outros adequados à remodelação de subjetividades, conforme máximas do capital e do mercado”.

Produto desses interesses nos diferentes tempos históricos, o espaço geográfico ao ser

apropriado pelo ser humano na busca de suprimento de suas carências e necessidades biológicas, vai sendo transformado e modificado. A natureza, ao ser apropriada pelo homem, deixa de ser meio natural e torna-se meio geográfico.

O espaço geográfico é um espaço complexo, passível de localização e de ser cartografado. Podemos afirmar, em relação ao espaço geográfico que nenhum é igual ao outro.

A técnica, para Santos (2014, p. 62), tem uma importância estratégica na transformação do espaço, pois é o fenômeno técnico que acelera a transformação do meio geográfico. A cultura, nessa direção, é o conjunto de meios produzidos pelo homem, ou de técnicas que corroboram para as modificações da configuração territorial:

[...] a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casa, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica [...] (SANTOS, 2014, p. 62).

O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento.

Para Santos (2005, p. 72), “a paisagem é sobrescrita sobre a outra como herança de muitos diferentes momentos”. As cidades e o campo constituem assim paisagens diferentes, têm em si e para si a heterogeneidade de formas, mas subordinadas a um movimento global. Ambas são heranças do capitalismo, a exemplo das paisagens da cana em Alagoas (ver figura 02). Por isso, esses são aspectos do espaço construído.

Figura 02. Paisagem de canavial alagoano



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Coruripe/AL, janeiro de 2014.

O surgimento de novos elementos, a inovação de um período para outro que modifica

a paisagem, é a história do trabalho que tem em si o aprimoramento das técnicas.

Na figura 03, impõe-se na paisagem a bandeira do MVT como símbolo da resistência ao agronegócio da cana-de-açúcar, após ocupação em junho de 2014 da fazenda Sapé, em Coruripe, uma das fazendas ocupadas pertencentes à Usina Guaxuma do Grupo João Lyra, que se encontra em processo de falência.

Figura 03. Novos caminhos: do agronegócio da cana à agricultura campesina



Fontes: Portal Tribuna da União e G1, município Coruripe, junho de 2014⁴.

O espaço como conjunto de objetos nos permite compreendê-lo como resultado da ação dos homens sobre o próprio ele mesmo. O espaço geográfico é o espaço social. Como categoria permanente, é o espaço de todos os tempos. Para Santos (2014, p. 169), o espaço é tido “como categoria universal, histórica, transitória, um sistema social, a categoria definida pelo progresso filosófico e científico”.

Desde o princípio da sistematização da ciência geográfica, seu objeto de estudo não foi colocado em primeiro plano, ou o seu desenvolvimento demorou a acontecer, o que retardou o desenvolvimento da ciência geográfica. “Desgraçadamente, porém, de todas as disciplinas sociais, a geografia foi a que mais se atrasou na definição de seu objeto e passou mesmo a negligenciar completamente esse problema.” (SANTOS, 2004, p. 144). Assim, fica perceptível que esse fator amplificou uma lacuna, ou seja, a definição do seu próprio objeto, o espaço.

Para Santos (2004, p. 145)

⁴Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/06/sem-terra-ocupam-mais-tres-areas-da-usina-guaxuma-no-interior-de-al.html>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.
<<http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/34497/Familias+do+Movimento+Via+do+Trabalho+ocupam+novas+fazendas+do+Grupo+JL>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

[...] se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito – o espaço social – foi sempre deixada em segundo plano.

A construção do conceito é trabalhada em duas vertentes. A primeira, está relacionada à epistemologia, pois é através dessa vertente que abrimos a possibilidade de uma compreensão mais ampla e complexa; e a segunda é encontrada na própria concepção de ciência, na qual a geografia está inserida, isto é, é notório que quando uma avança, a outra também segue em construção, pois, como é sugerido por Santos (2004, p. 147), que percebe o espaço como

A interpretação de espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução dependem de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas, sem a qual estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo, novamente, por intermédio de um processo de síntese.

Entretanto, fica evidente que a construção da definição de espaço geográfico dependeu de como as estruturas ou categorias foram elaboradas. Uma característica de suma importância para o desenvolvimento da definição de espaço, sem dúvida, é o seu dinamismo, pois, como a realidade é uma totalidade em constante movimentação, fica nítido que o espaço geográfico sempre estará em constante movimento.

Podemos perceber em Santos (2004, p. 148) “Como a realidade é uma totalidade em permanente movimento e mudança, a lista das disciplinas que participam da elaboração de um enfoque interdisciplinar está sempre mudando.” É nessa tentativa de definição que Milton Santos engloba todos os elementos inerentes ao espaço. Nessa perspectiva temos, na definição do conceito de espaço, a possibilidade de uma melhor interpretação da realidade, pois o conceito agrega toda a dinâmica inserida no espaço, permitindo e possibilitando um salto qualitativo na epistemologia e abrindo um novo horizonte para a ciência geográfica.

Para Santos (2004, p. 158), “o espaço deve ser considerado como um conjunto de realizações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

A interpretação do espaço não pode estar desprendida da compreensão do tempo, pois as transformações que ocorrem no espaço geográfico alagoano desde o Século XVI refletem o *modus operandi* da exploração da natureza/meio ecológico pelo homem ao longo da formação territorial.

O homem promove, por meio das relações de produção capitalistas, formas de dominação do território, uma organização do espaço geográfico constituída pela produção da riqueza e da pobreza, tendo o agronegócio da cana-de-açúcar como fio condutor dessas relações.

É no engenho banguê, entre os séculos XVI a XVIII, e no seu entorno, que as relações riqueza-pobreza se estabelecem, da plantação ao trapiche e ainda na comercialização dos produtos.

O senhor de engenho é o orquestrador desse processo, direcionando estratégias técnicas necessárias para suprir as demandas do mercado, e para isso necessita do escravo para a operacionalização do plantio ao trapiche. São incorporadas ao processo de produção, novas técnicas, aprimoradas no processo produtivo, cujo intuito é reforçar o grau de submissão dos escravos para auferição de maior lucratividade.

A partir do século XVIII, o avanço técnico contribui para a modernização dos engenhos banguês, possibilitando o surgimento de novos produtos e novas demandas do mercado internacional. Com essas novas demandas, surge a necessidade de separar todo o processo produtivo, constituindo nesse novo cenário as figuras do plantador de cana, dos usineiros e dos destiladores.

Como reflexo da fragmentação do processo produtivo e dos entraves legais promovidos pelo Estado, a partir do século XIX, os detentores dos meios de produção são forçados a substituir a força de trabalho dos escravos por trabalhadores formais. Embora haja um novo processo, as relações sociais entre patrões e empregados continuam consistindo na retroalimentação do poder político e econômico dos detentores dos meios de produção, cujo intuito permeia a contínua expropriação da mais-valia. Observam-se, nesse cenário, alterações no arranjo especial, seja pela presença de novos objetos ou de ações diferenciadas em virtude das mudanças no conjunto das forças produtivas. A criação de novos objetos e de objetos preexistentes constitui o conjunto das forças produtivas e das relações de produção.

Os sistemas de objetos são resultado da elaboração natural, das obras da natureza, como: rochas, montanhas, rios, nuvens, e objetos produtos de uma elaboração social, resultado do trabalho e de obras dos homens, onde a natureza é objetiva, ou seja, as coisas não podem ter propósito e nem ser resultantes de um projeto específico. Os objetos vêm tomando o lugar das coisas; as coisas, dádivas da natureza utilizadas pelos homens com intenções sociais, passam a ser objetos, e estes ganham um valor. Uma cidade, um campo, uma plantação. São objetos geográficos.

É notório destacar que, para compreendermos a plantação de cana-de-açúcar como

objeto geográfico, faz-se necessário entender também o estudo do processo de territorialização do capital no campo alagoano. Para tal, é preciso o entendimento das condições naturais necessárias à permanência do plantio.

Os sistemas de engenharia geram conjuntos de fixos, naturais e sociais:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais de cada lugar. Os fluxos são o resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam. (SANTOS, 2014, p. 38).

A configuração territorial possui, segundo Santos (2014, p. 38-39), “uma existência material própria, mas, no entanto, sua existência só é considerada real, quando estabelecida pelas relações sociais”.

No âmbito da internacionalização do agronegócio da cana-de-açúcar, as usinas e destilarias alagoanas encontram-se conectadas ao mercado. Da produção à venda, as relações sociais e de trabalho validam a permanência dos povos no campo, seja por meio da apropriação da sua mais-valia ou da luta pela permanência na terra.

A usina e a destilaria alagoana, forjadas nos sistemas de engenharia produtiva, expressam a apropriação do território pelo capital. Para entendermos como essas relações ocorrem na forma de fluxos, é necessário compreender como o processo de territorialização desses capitais incide sobre o espaço geográfico, tornando o espaço geográfico alagoano entrelaçado às tramas de grupos econômicos em outras escalas.

1.1 Do espaço ao território da cana

Friedrich Ratzel, em seu texto “O Solo, a sociedade e o Estado”, aponta de modo muito sistemático sua perspectiva geográfica, cujo intuito é compreender a dinâmica da humanidade sobre o solo, à luz da compreensão da influência do meio sobre a vida humana na terra. É fiel à análise do solo para a constituição da sociedade, bem como a importância dele na construção de um forte Estado. Para defender sua tese, ele aponta o território como elemento chave em sua Geografia Política, tendo em vista compreender as relações existentes entre a sociedade e o Estado.

O território é a perspectiva geográfica adotada por Ratzel. Ele o elege com o intuito de

definir a porção do espaço que cada sociedade precisa para manter-se com vitalidade, ou seja, viva e forte. O solo, nesse contexto, é onde a sociedade se fixa, se desenvolve e cria sua maior organização, o Estado. O Estado não pode ser formado sem território e sem fronteiras reafirmando a condição do solo como indispensável para essa existência.

Pensar no solo é, antes de qualquer coisa, pensar em uma estrutura que rege a organização e o desenvolvimento dos povos, pois, sem dúvida, o solo é a principal unidade para se pensar na decadência, na dissolução ou na ascensão de uma sociedade. Por isso, a evidência dada por Ratzel, a ênfase dada a essa questão. Seus argumentos são muito contundentes no que se refere a essa relação tênue ligada ao solo e ao desenvolvimento da sociedade. Para Ratzel (1982, p. 94),

Não se pode entender nada a respeito do que então ocorre se não for considerado o solo. Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de vida. Mas se seu território se reduz, é, de maneira geral, o começo do fim.

Com isso, fazem-se as bases para pensarmos a Geografia Política alemã e seus desdobramentos para compreendermos o Estado atual. O homem possui laços com a terra, é assim que se formam os diversos tipos de sociedades que são semelhantes com as diversas formas de Estado. A relação da sociedade com o solo/território está ligada às necessidades de habitação e alimentação, as quais, por sua vez, estão em constante evolução, conforme as mudanças nas sociedades e no solo em que estão inseridos. Por um lado, quanto mais são as necessidades de habitação e alimentação, maior também será a relação da sociedade com a terra; por outro, quando se utiliza o solo de uma maneira efêmera, a permanência nele se dá de uma forma passageira.

O papel do Estado para com o solo é o de proteger o território dos ataques externos que tendem a diminuí-lo, assim como buscar iniciativas para fortalecer a economia e desenvolver todos os recursos que contém o solo, aumentando então o poder do Estado com o solo. Para entender toda a relação do Estado com o solo é preciso observar as formas mais simples e diversas das sociedades. Em uma visão econômica e política, a relação mais simplória que a sociedade pode manter com o solo é aquela que se observa no caso da família monogâmica. A família cresce por uma multiplicação natural e precisa de um solo maior para viver: tal fato implica na criação de uma organização.

A sociedade se utiliza do solo para suprir suas necessidades básicas. A população, no

pensamento de Ratzel, depende da natureza, da alimentação para se fixar em determinado lugar, dependendo das condições em que o solo se encontre, se ele está favorável para o uso da agricultura ou para a moradia.

Dessa forma, a partir das perspectivas citadas, percebe-se o quanto o solo é importante para a existência das relações sociais, visto que a família, a sociedade, o Estado e as condições para a sobrevivência e existência humana só são possíveis a partir do solo, de um território.

Para Ratzel (1982, p. 95), “a sociedade é a mediadora pelo qual o Estado se une ao solo”. Assim, o Estado passa a ter o controle da população por conta da oferta de bens importantes para sobrevivência da sociedade, como alimentos, habitação e recursos naturais. Seu texto traz muitas críticas a outras áreas da ciência, como a história e a sociologia, que tentam analisar a política e a dinâmica social, sendo que, para ele, a melhor forma de entender as questões que circundam o Estado são a sociedade e a Geografia Política.

Um paralelo importante no trato do território como análise geográfica é a relação habitação X alimentação. A alimentação é a necessidade básica para a vida humana, tanto na particularidade dos povos quanto para toda a sociedade que vive no território; já a disposição e a capacidade produtiva do solo são o que determina a capacidade do mesmo de habitação; já com os nômades, a capacidade do solo determina seu tempo de fixação: quando há capacidade produtiva do solo a população passa mais tempo no lugar.

Quanto mais forte e dependente é a relação entre habitação e alimentação, mais força o Estado terá para defender seu território, mais força de guerra terá para proteger suas fronteiras políticas e administrativas.

A porção de solo influencia diretamente o desenvolvimento populacional de uma sociedade, de acordo com Ratzel (1982, p. 96), quando ele aponta que: “à medida que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente seu tempo de permanência”.

Com esses apontamentos, percebe-se a sistematização de Ratzel em sua produção intelectual, que influenciou o pensamento político alemão, bem como o fez significativamente sobre a forma como compreendemos a Geografia Política.

O solo é interpretado por estudiosos da teoria ratzeliana como espaço vital. Defender o solo, território, é garantir o futuro dos Estados. Por fim, defende-se a tese que, para que a sociedade cresça, é preciso de solo, de território, um Estado forte tem suas fronteiras muito bem estabelecidas e deve ser munido de capacidade técnica para defendê-las.

Já Gottmann (2012, p. 523) inicia a sua obra fazendo uma sintética definição de

território, na qual ele menciona que o território é uma extensão de espaço, que contém uma organização política e administrativa (Estado). Gottmann alega que o território é composto de um espaço natural que é moldado de acordo com os anseios humanos. Esse espaço natural passa a ser organizado e moldado de forma elaborada, para que o território possa se concretizar.

A importância do território é imensa. Ao reforçar a importância essencial do território para que surja um Estado forte e consolidado, Gottmann (2012, p. 535) enfatiza que a consolidação do Estado depende “do papel que a nação atribui a si mesma na arena”, ou seja, a sociedade constrói o espaço geográfico. Porém, embora o conceito de território sempre esteja atrelado ao Estado, Gottmann enfatiza que o conceito de território é bastante mutável, já que são vários os aspectos que permeiam esses espaços geográficos, podendo destacar os avanços tecnológicos e a formação militar, assim como vários outros aspectos sociais que estão atrelados a esse meio.

Gottmann (2012, p. 526) ressalta duas vertentes importantes, que foram utilizadas desde a Grécia Antiga, para melhor entender a organização do espaço geográfico. Essas vertentes estão relacionadas ao isolamento e ao cosmopolitismo. A criação de uma sociedade isolada seria responsável por evitar quaisquer contatos com uma civilização estrangeira, atrelando as responsabilidades das comunicações externas a alguns funcionários a serviço do Estado, tendo em vista que o isolamento dessa nação traria êxito no que diz respeito à organização política desse povo. No entanto, essa forma de organizar o território não obteve sucesso, tendo em vista que a interação entre as nações se consolidou ao longo dos anos, caracterizando assim o real cosmopolitismo.

Na Europa, a consolidação de um território universal foi bastante difundida, principalmente em Roma. A organização do território começava a ser evidenciada, embora ainda apresentasse um sistema jurídico bastante debilitado. Conforme as sociedades vão avançando, surge também uma organização política mais consistente, que atua como forma de regulamentar as leis entre as nações.

Entre os séculos XV e XX, Gottmann (2016, p. 528) menciona a hegemonia do território e sua importância política ao surgimento das primeiras fronteiras. Fica evidenciado que as fronteiras surgem como uma forma de separar os territórios, de acordo com as diferenças culturais entre ambas as sociedades, além de estarem intrinsecamente relacionadas à jurisdição de determinado território, que, por muitas vezes, não ultrapassa os limites fronteiriços.

Ratzel e Gottmann fazem análises bastante claras sobre a formação e a importância do

território. Nessa perspectiva, vale salientar que ambos fazem uma reflexão sobre o território e o Estado. Ratzel evidencia o território como meio de subsistência para o ser humano.

Para Ratzel, tanto o Estado como também a sociedade não podem ser considerados indissociáveis do solo; este último é tomado como condição essencial para o surgimento e a consolidação do Estado / nação. A necessidade de alimentação e habitação são circunstâncias primordiais que fortalecem a relação entre o homem e a terra. É nessas condições que o Estado tem seu enraizamento. O governo tem como responsabilidade defender o seu território de toda e qualquer ameaça que possa enfraquece-lo ou mesmo extingui-. Nesse sentido, suas defesas estão direcionadas justamente para as fronteiras do espaço territorial, de suas instâncias comerciais, dos recursos do próprio solo, etc.

Quando um Estado alcança seu auge de desenvolvimento, acaba por se tornar detentor de maior influência e poder, agregando cada vez mais solos em sua extensão territorial. À vista disso, com a adição de mais territórios ao Estado, seu crescimento não se dá apenas nas extensões do seu espaço geográfico, mas também em sua força social e coletiva, as riquezas naturais, físicas, políticas e culturais, seu poder e hegemonia.

O território é tido como espaço organizado pelo homem e seus grupos em função de suas necessidades, ou seja, com fins próprios. No decorrer do tempo e dos diferentes contextos, as definições desse conceito, assim como também suas referências, modificaram-se. O Estado, na prática, produz ações institucionais nesses territórios.

A natureza modificada pelo homem através do uso maior do trabalho e do capital vai transcendendo a natureza em si e tornando-a artificial. Ou seja, o número de empresas, as unificações técnicas e organizacionais causam o aumento das atividades capitalistas sobre o território.

A divisão do trabalho é tida como uma cooperação estendida complexa. Ela, para Santos (2014, p. 83), é “paralelamente reestruturada cada vez que o sistema de engenharia se desenvolve, ou quando o comando de sua utilização se torna mais unificado com fluxos que abrangem frações do território cada vez maiores”.

Quando há a introdução de capital no território, há o uso da técnica, que, sendo universal, sempre foi usada entre os povos primitivos de diferentes lugares, de modo a modificar a paisagem.

Faz-se necessária a reafirmação do espaço, definido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações decorrentes da intencionalidade social. Nesta, o homem se apropria do espaço natural, transformando-o e modificando-o através do trabalho,

colocando o espaço geográfico como produto das relações que estabelece cotidianamente, com outros e com o meio em que vive.

O homem, ao se estabelecer no espaço geográfico a partir do domínio de técnicas, desenvolvidas e aprimoradas historicamente, modifica a natureza e cria um lugar para viver e cultivar suas crenças, ritos, mitos, valores e comportamentos. É nesse espaço, também resultado das materialidades acumuladas pela ação do homem, que Milton Santos destaca a técnica como força motriz do conjunto de meios instrumentais e sociais que auxiliam o homem na realização da vida por meio da análise de todos os acontecimentos sociais a partir da evolução dessas técnicas, pois elas unem aos sistemas de ações e os sistemas de objetos. Há, neste processo, o entrosamento entre indivíduos que estabeleciam limites impondo a eles poder e domínio. Contudo, por vários anos, esse conceito de território prevalecia atrelado às relações existentes do homem apenas com o solo em que vivia.

Figura 04. Trabalhadores no corte da cana (A); a técnica da irrigação foi transformada em tecnologia no campo (B)



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Teotônio Vilela/AL, março de 2016.

O que se percebe no caso alagoano é que a funcionalidade desse território perpassa pelas demandas, principalmente econômicas, existentes em variados períodos da história. Para explicarmos essas movimentações ocorridas em territórios, Santos (2014, p. 13) afirma que

esse “é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Em Alagoas o agronegócio da cana constrói, nas identidades territoriais, enredos que influenciam o sentimento de sujeição aos detentores do poder econômico. Por pertencerem ao lugar e controlarem o território, os sujeitos dominantes, plantadores, usineiros e pessoas por eles patrocinadas, os estrategistas que pensam e (re)elaboram o território politicamente pelo modo como se apropriam do Estado, veem-se como poderosos políticos, da mesma forma há a submissão dos trabalhadores, que, sem saída, são obrigados a se submeterem às relações de trabalho precarizadas. Nas letras das canções dos folguedos populares como o reisado, expõem-se bem essa relação:

Senhor dono da casa,
Olhos da cana caiana,
Quanto mais a cana cresce,
Mais aumenta a sua fama.
(TENÓRIO, 2009, p. 90).

Os trabalhadores apresentam-se submissos aos plantadores, usineiros e patrocinados, que, muitas vezes, constituem o próprio poder estatal.

Nesse espaço, é recriado o sentido de pertença, é ainda ressignificado pela ação das forças produtivas concentradas no território do agronegócio da cana-de-açúcar. Para que o segmento industrial se fortaleça, faz-se necessária a obtenção de empréstimos dos bancos através da oferta de créditos que, junto ao Estado, ditam as regras de convivência social, interpondo-se na baixa aplicabilidade de investimentos para a população. Outro ponto forte dessa relação é a presença da competitividade que causa desordens nos aspectos orçamentário, econômico, social, territorial e político, causando desagregação e ingovernabilidade desestabilizando o território.

Desde que o dinheiro foi introduzido no mundo como objeto de barganha, desponta como a mola propulsora da competitividade. Houve um tempo em que o dinheiro se concentrava localmente e estava limitado a um comércio que inspirava relações sociais simples e pouco densas. Foi nesse período da história que “o território assim delineado rege o dinheiro; o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro.” (SANTOS, 1999, p. 09).

Com a expansão comercial, as crescentes operações de trocas, a interdependência de povos sobre outros descortina um novo cenário mundial em que o dinheiro assume o papel de regulador dessas transações e produz informação. Assim, a figura do Estado controla a circulação desses numerários e ordenando o território.

Outro fator que causou a mobilização das operações financeiras foi o processo da globalização, que monopolizou com técnicas da informação a interligação de todos os elementos envolvidos nesse processo em si e criando as redes. Além de desestabilizar o sentido de território e respectivamente do Estado-Nação, acentuou as desigualdades sócio-espaciais, redundando um território transnacionalizado.

Exemplo disto é a reportagem da Agenda A (2015), que destaca a aplicação de investimentos em outros territórios, investimentos estes realizados por um grupo empresarial com usina instalada em Alagoas, cujo intuito baseia-se no aproveitamento de toda a matéria-prima utilizada no processo produtivo de beneficiamento da cana.

Após implantar em Alagoas a primeira usina de Etanol de segunda geração do país (etanol produzido a partir da palha e bagaço da cana), a GranBio, empresa da família Gradin, dá mais um passo para se tornar uma das pioneiras na produção de “químicos verdes”. Em consórcio com o grupo belga Solvay, dono da Rhodia, a empresa que comanda a Bioflex, em São Miguel dos Campos, adquiriu a empresa norte-americana Cobalt, proprietária de tecnologia que possibilitará a produção de n-butanol em escala industrial a partir da fonte renovável da palha e do bagaço de cana – a produção industrial atual é realizada por petroquímicas. De acordo com matéria publicada nesta quinta (15), no jornal Valor Econômico, a aquisição dos ativos da Cobalt pela Granbio tem como meta acelerar a produção do composto no país para atender a demanda nacional, estimada hoje em cem mil toneladas por ano. O presidente da GranBio, Bernardo Gradin, disse que ainda não há prazo para a implantação de uma unidade industrial para a produção de “n-butanol verde” no país. “Mas essa aquisição antecipa o plano de implementar a primeira fábrica, uma vez que essa tecnologia já foi demonstrada comercialmente”, disse ao jornal. (AGENDA A, 2015).⁵

Desse modo, as ações das redes do agronegócio da cana-de-açúcar em Alagoas são um fato verídico, pois, além das implicações desse setor no território alagoano, em outros territórios exercem-se atreladas à modernização tecnológica influências que perpassam pelos processos sociais.

Em entrevista realizada no dia 20 de julho de 2016, na Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, o engenheiro agrônomo R. S. M. destaca que a Associação dos Plantadores

⁵Disponível em: <<http://agendaa.com.br/negocios/economia/4474/2015/10/15/grupo-de-biotecnologia-com-usina-em-al-compra-empresa-americana>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

de Cana de Alagoas (ASPLANA), fundada em 11 de setembro de 1942,

Tem como objetivo primordial defender os interesses dos plantadores de cana-de-açúcar, pode ser também em outros tempos fornecedores de cana. Inclusive as propriedades de muitos fornecedores não cultivam só cana, algumas delas possuem reprodução de animal, podem ter outras atividades mais a gente tem ligação direta apenas de cana de forma que não tem como identificar os que plantam só cana. Além da cana, a produção também é de bovinos. O plantio de eucaliptos é insignificante, tanto que não temos dados estatísticos. Antes nós tínhamos um departamento há mais de dez anos que assistia a atividade pecuária, mas depois da saída de trabalhador que se aposentou e não houve substituição, de forma que é exclusividade para a cana-de-açúcar. A ASPLANA é composta de uma diretoria com: um presidente, que exerce mais a função política e a representação da entidade; temos a diretoria financeira, a diretoria administrativa para os assuntos mais internos; e nós temos uma diretoria que expande muito a relação da ASPLANA; que é a diretoria técnica com um corpo técnico de dois engenheiros agrônomos e oito técnicos agrícolas espalhados no campo. Esses trabalhadores são instrumentalizados para a assistência voltada exclusivamente para o cultivo da cana-de-açúcar, nossos relatórios revelam que praticamente eles não têm outra atividade no campo. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, julho de 2016.).

A estratégia do agronegócio canavieiro perpassa outras atividades econômicas. Elas contribuem significativamente nos períodos de crise como escape ao constante endividamento dos usineiros.

A organização e a representatividade dos plantadores de cana em Alagoas se estabelece a partir de 1936 sob o patrocínio do Sindicato do Açúcar de Engenho, com a instalação da Cooperativa Agrícola dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas, conduzida de forma isolada por grupos políticos da época, cujo intuito defendia os interesses da agroindústria canavieira.

Rememorando aspectos históricos do dia 11 de setembro de 1942, vale lembrar que o surgimento da ASPLANA foi caracterizado e oficializado na sede da Cooperativa dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas, através da inspiração de um grupo de canavieiros sob a liderança de Rui Soares Palmeira que, posteriormente, enveredou pela carreira política, transformando-se numa das maiores expressões do Senado da República. (ASPLANA, 1992, p. 4).

No âmbito da estruturação da ASPLANA, percebe-se que os interesses dos plantadores não perpassa apenas a continuidade do plantio da cana e sua revenda às usinas, mas também a busca por condições favoráveis à comercialização junto às usinas.

Ao longo de setenta e quatro anos, interesses dos plantadores se sustentam na

apropriação do Estado de Alagoas sob a estratégia de que, para o cooperativismo prevalecer, faz-se necessária uma relação aproximada com a estrutura estatal para auferir empréstimos, ou, mesmo dela, fazer parte através de cargos eleitoreiros.

Consiste, no histórico da ASPLANA, a ação de políticos cujos interesses econômico-pessoais se sustentam por meio da apropriação do Estado, usurpando as reais demandas sociais, embora a associação desenvolva ações sociais por meio da Fundação Feminina da ASPLANA (FAFEPLAN), instituída em 1986, cujos feitos perpassam as políticas sociais em atuação na assistência educacional, na saúde e na complementação alimentar sob aval dos governos estadual, municipal e convênios para fornecimento de materiais afins às atividades da fundação.

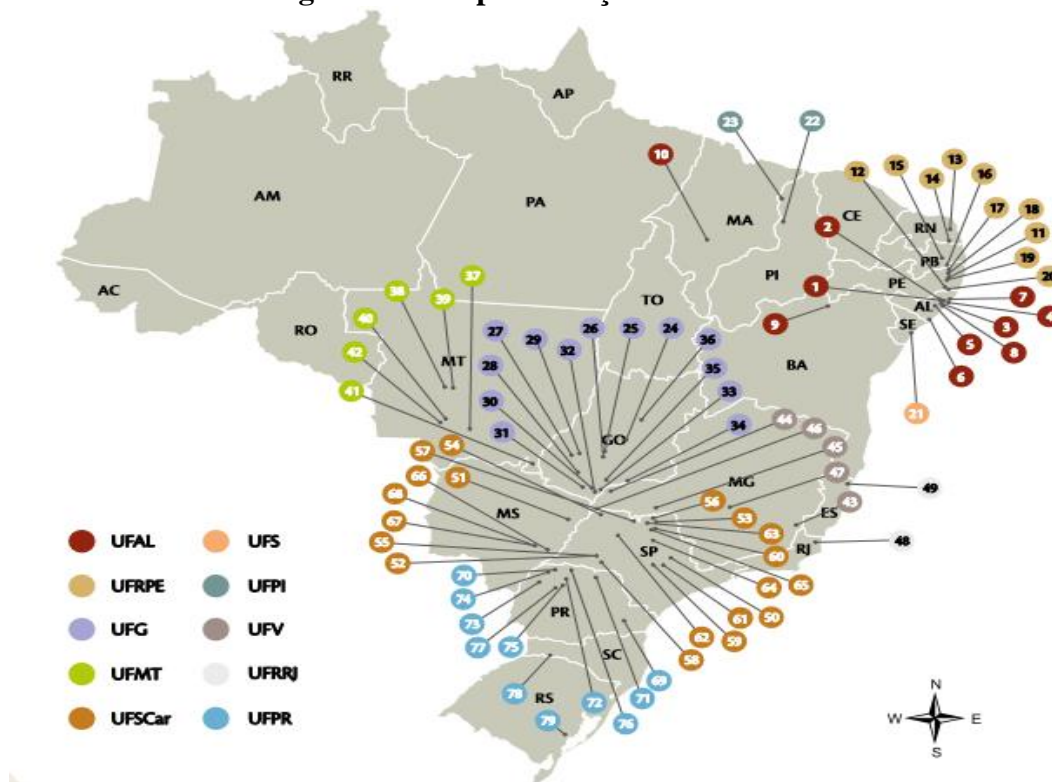
Na década de 1980, estabelecem-se convênios de cooperação científica entre a ASPLANA e as universidades. Entre 1984 e 1985, é desenvolvido, junto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Projeto Características Biológicas de Linhagens de *Metarhizium anisopliae*⁶, cujo intuito era inviabilizar a reprodução de um fungo que poderia desencadear perdas na produção de cana na safra daqueles anos. Junto ao convênio entre os anos 1985 e 1986, é estruturado e aplicado o Projeto Fruticultura e também o Projeto Fomento a Caprinocultura/Ovinocaprinocultura.

Posterior a esse processo, em 1990, firmam-se convênios entre universidades e o agronegócio da cana, criando a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (RIDESA), cujo objetivo é desenvolver matrizes genéticas de cana e estratégias para evitar pragas que inviabilizariam ao setor a lucratividade.

Com o território organizando-se em detrimento de seus interesses, o agronegócio se fortalece ao se apropriar de pesquisas desenvolvidas nas universidades, a RIDESA, criada em 16 de agosto de 1990, após o encerramento do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) se apropria dos pesquisadores universitários cujos estudos necessitam da utilização das bases e das estações experimentais fomentadas pelas iniciativa pública e privada, como podemos observar pela figura 05.

⁶São diversas as espécies de cigarrinhas que prejudicam a agricultura. Dentre elas, as cigarrinhas da cana-de-açúcar e das pastagens. As espécies de cigarrinhas mais importantes são Mahanarva fimbriolata (cigarrinha-da-raiz), Mahanarva posticata (cigarrinha-da-folha), Mahanarva rubicunda identata (cigarrinha-do-cartucho) na cana-de-açúcar, Notozulia entreriana, Deois flavopicta e M. fimbriolata (cigarrinhas-das-pastagens) no pasto, sendo responsáveis por grandes prejuízos em todo o Brasil. A cigarrinha-da-raiz suga a seiva e injeta toxinas nas plantas, causando desnutrição, desidratação e atrofia de colmos, ocasionando a seca das folhas e a perda na produção, danos esses semelhantes aos causados pelas outras cigarrinhas. As perdas causadas por essa praga podem chegar a 60% da produção agrícola e industrial, na cana-de-açúcar. As cigarrinhas-das-pastagens são responsáveis por perdas de 15%, em média, na produção de massa verde, causando a “queima” das pastagens. Disponível em: <<http://biocontrol.com.br/produtos-metarriz.php>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

Figura 05. A espacialização da RIDESA



Fonte: DAROS, Edelclaiton. (2015)

Questionado sobre a relação da ASPLANA com instituições de ensino superior, como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na realização de intercâmbios técnico-científico e no melhoramento genético, o engenheiro agrônomo responde:

Eu diria que não formalmente, mas tem um dado interessante: a ASPLANA, na relação com a RIDESA. Por coincidência o nosso diretor técnico é engenheiro agrônomo plantador de cana, ele é professor da Universidade Federal de Alagoas e é um componente, um pesquisador pra genética da cana, na produção e enormes variedades, então por ele ser plantador de cana, professor da Universidade e pesquisador na RIDESA, ele compõe a RIDESA e é diretor técnico da ASPLANA. Isso cria um vínculo muito próximo, eu não diria formal diretamente, mas informalmente são duas coisas que se ligam muito. A RIDESA tem um objetivo muito específico que é o estudo científico na produção de novas variedades de cana, é esse o objetivo específico. Os resultados dos trabalhos exercidos beneficiam o setor como um todo, e a ASPLANA se beneficia direta ou indiretamente desse material, que é liberado para uso comercial, para as usinas que colaboram diretamente com a RIDESA e, de tabela, chega aos fornecedores de cana. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, julho de 2016.)

Para Daros *et al* (2015, p. 21), os convênios de cooperação técnica firmados entre as universidades devem se versar pelo:

I. O financiamento deve ser prioritariamente privado, fato esse que tem garantido o fluxo contínuo de recurso financeiro no longo prazo para o desenvolvimento do programa; II. Cada Universidade deve desenvolver o seu próprio Programa de Melhoramento Genético de Cana-de-açúcar em parceria com as usinas, destilarias e fornecedores de cana do Estado ao qual está inserida, captando os recursos privados para tal; III. Todas as Universidades devem auxiliar na manutenção do Banco de Germoplasma e das Estações Experimentais de Cruzamento, sendo esse custo anual distribuído entre as Universidades e de modo proporcional à receita proveniente das parcerias com as empresas produtoras de cana; IV. A Universidade deve registrar e proteger as suas variedades no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo essas variedades licenciadas para as demais Universidades integrantes; V. O modelo de parceria com as usinas e destilarias deve envolver introdução, avaliação e seleção de clones RB, com base em experimentos nas empresas. Ao mesmo tempo, as Universidades devem conceder, por meio de contrato, uma licença não exclusiva para o uso de variedades RB; VI. Entre as Universidades da RIDESA, deve-se realizar anualmente o intercâmbio de clones RB promissores, de modo que aqueles clones RB desenvolvidos em um Estado sejam avaliados em experimentos nas usinas e destilarias dos demais Estados.

Embora não possua natureza jurídica, a RIDESA estimula o intercâmbio de conhecimentos e, por meio deles, desenvolvem-se a pesquisa e a inovação, retroalimentando o setor canavieiro (ver quadro 01). Nota-se a continuidade das decisões governamentais desenvolvidas no PLANALSUCAR que ainda possibilitam o melhoramento genético.

Arelado ao processo de inovação, percebe-se também, por parte do Estado, o incentivo à fluidez logística do que é produzido ao escoar a produção por meio da malha rodoviária duplicada.

Importantes obras para o desenvolvimento da região Sul de Alagoas estão sendo realizadas, como a implantação e pavimentação das rodovias de Penedo – Cooperativa Pindorama e Cooperativa Pindorama – Bolivar. Duas importantes estradas que estão próximas de serem entregues à população. Mais de 150 mil habitantes da região serão beneficiados, pois além de encurtar em mais de 20 quilômetros a distância de Penedo e Coruripe para a capital, as estradas irão fortalecer ainda mais o escoamento da produção agrícola para os municípios vizinhos. Dos 32 quilômetros da rodovia que liga Penedo ao povoado de Pindorama, 2,5 quilômetros de estrada já foi asfaltada. Já os serviços na rodovia Pindorama – Bolivar que, ao todo, terá 25.144 quilômetros pavimentados, teve o trabalho de drenagem concluído e mais de dois quilômetros de asfalto implantados. Outra significativa característica que as duas estradas terão é a fomentação do fluxo turístico com o litoral de Alagoas. Já na AL-420 e AL 415, está sendo realizado um trabalho de restauração das estradas que ligam os municípios de Roteiro e São Miguel dos Campos. (AGÊNCIA ALAGOAS, 2016).⁷

⁷Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/4318-governo-deve-entregar-varias-obras-rodoviaras-ate-o-primeiro-semester-de-2017>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

Nota-se também que o Estado realiza investimentos em outros setores econômicos por meio de incentivos fiscais que beneficiam indiretamente o setor canavieiro ao injetar capital em empresas que participam do processo de produção, beneficiamento ou comercialização dos produtos.

Quadro 01. Cultivares, ano de lançamento e instituição detentora do direito intelectual

| ANO DE LANÇAMENTO | INSTITUIÇÃO DETENTORA DO DIREITO INTELECTUAL | CULTIVARES | | |
|-------------------|--|------------|-----------|-----------|
| 1977 | PLANALSUCAR | RB70141* | RB70194* | RB7096 |
| 1981 | PLANALSUCAR | RB705007 | RB705051 | RB705146 |
| 1982 | PLANALSUCAR | RB725147* | RB725828* | RB735275* |
| | | RB72454* | | |
| 1985 | PLANALSUCAR | RB732577 | RB754665 | |
| 1986 | PLANALSUCAR | RB721012* | | |
| | | RB705440 | RB739359* | RB739735* |
| 1988 | PLANALSUCAR | RB765418* | RB785148* | RB735220* |
| 1992 | UFSCar | RB785750* | RB806043* | RB825336* |
| | | RB835089* | RB835486* | |
| 1993 | UFAL | RB75126* | RB83102* | RB83160* |
| | | RB83252 | RB83594* | |
| 1995 | UFSCar | RB835019 | RB855156* | RB855453* |
| | | RB855563 | | |
| 1996 | UFRPE | RB763710 | RB813804 | |
| 1998 | UFSCar | RB835054* | RB845257* | RB855035* |
| | | RB855113* | RB855536* | RB855546 |
| | UFV | RB867515* | | |
| 1999 | UFRRJ | RB758540* | | |
| 2000 | UFAL | RB8495 | RB842021 | RB855511* |
| | | RB855463* | | |
| 2001 | UFPR | RB845197* | RB845210* | RB855036* |
| | | RB865230* | | |
| 2002 | UFV | RB928064* | | |
| 2003 | UFRRJ | RB858927* | | |
| | UFAL | RB92579* | RB93509 | RB931530 |
| 2005 | UFRPE | RB863129 | RB872552 | RB932520 |
| | | RB943365 | RB943538 | |
| 2006 | UFSCar | RB925211 | RB925268 | RB925345 |
| | | RB935744 | | |
| 2010 | UFAL | RB931003 | RB98710 | |
| | | RB931011 | RB99395 | |
| | | RB951541 | | |
| 2010 | UFPR | RB946903 | RB956911 | |
| | | RB966928 | | |
| 2010 | UFRPE | RB962962 | RB002504 | |
| 2010 | UFSCar | RB965902 | RB965917 | |
| 2010 | UFV | RB937570 | | |

Fonte: RIDESA UFG (2016).⁸

* Cultivares que tiveram ou que têm cultivo comercial.

Os que permanecem ocupam mais de 3 milhões de hectares.

⁸Disponível em: <<http://www.ridesa.agro.ufg.br/p/3723-tecnologia>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

Embora expresse sobre o espaço geográfico as tramas do capital canavieiro para se apropriar do território, os movimentos sociais lutam e se mobilizam contrários à permanência dessa relação e na luta pela terra. Assim, o Movimento Sem Terra (MST) ocupou o Centro de Ciências Agrárias (CECA/UFAL), localizado no município Rio Largo. O referido centro é responsável pelas pesquisas de matrizes genéticas e melhoramento da cana respondendo a baixa contribuição dos estudos da universidade para a diversificação de cultivos, permitindo a permanência dos povos no campo (ver figura 06).

Figura 06. MST ocupa o CECA/UFAL



Fonte: G1 Alagoas (2013).⁹

A ocupação expressa o clamor dos povos do campo, tensionados pela concentração fundiária no campo alagoano, a qual viu-se reforçada pelo aparato técnico-científico que, por décadas, lhes foi negado, inviabilizando sua permanência no campo.

1.2. Redes de influência do agronegócio canavieiro

Para que possamos compreender as diferentes barreiras territoriais, faz-se necessária a interpretação das relações existentes ao longo do tempo no espaço, elucidando-se, a partir de contínuas mudanças nos âmbitos político, social e econômico, produzindo o saber local manifestado no cotidiano.

De acordo com Harvey (2010), os estudos do espaço e do tempo na vida social e cotidiana têm como finalidade discutir vínculos materiais existentes nos processos político-

⁹Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/trabalhadores-rurais-destroem-material-de-pesquisa-na-ufal.html>>. Acesso em: 18 jul. de 2016.

econômico e cultural. É por meio da ligação entre pós-modernismo, fordismo, e acumulação do capital que podemos explicar como o modo de produção vigente em cada sociedade contribui para a produção do espaço, resultando assim numa nova dimensão espacial.

Harvey (2010, p. 103) afirma que “o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial”. O espaço produzido pelo processo de produção é decorrente de um sistema de ações inter-relacionadas de forma dinâmica e que estão orientadas para a transformação de determinados elementos, seja o modo como as matérias-primas são extraídas da natureza, sejam os variados modos como ocorre a expropriação do capital, ao mesmo tempo que esse processo retroalimenta o seu desenvolvimento.

Para essa apreensão, debruçamo-nos sobre as concepções de Marx acerca do Estado, cuja origem é relacionada às contradições existentes entre os interesses particulares e os da comunidade. Logo, para Harvey (2005, p. 77), “não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista”.

É opondo-se à noção da busca pelo bem comum e pelo poder de legitimar o antagonismo das classes que os conflitos afirmam a legitimidade do Estado e asseguram os interesses da classe dominante como interesses comuns aos de todas as classes. Ao buscar o poder do domínio da classe pensadora, as tramas promovidas pelo capital são estruturadas.

O Estado é uma superestrutura que sempre comportou uma política econômica nacional, em que, atualmente, tem por objetivo alcançar a racionalidade e a eficiência do mercado, que, atrelado ao capitalismo e a suas formas e a seus modos de funcionamento, foram se modificando de acordo com seu amadurecimento. Logo, pode-se perceber que o Estado é uma importante ferramenta de legitimidade do sistema capitalista.

O direito da propriedade privada constitui-se como base do poder econômico. Quem detém a sua posse tem o poder de dominação sobre outra classe. Também se configura como sinônimo de poder econômico porque, principalmente, tem o Estado como uma superestrutura a seu favor, que mantém intacta a lógica do sistema capitalista em que as ações são voltadas para os interesses da classe dominante, e estas são legitimadas pela falácia do Estado agir para o bem comum.

Harvey (2005, p. 132) explica que “os excedentes de capital e força de trabalho podem ser gerados fora da circulação de capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica”. Logo, a forma como cada indivíduo representa o espaço e o tempo afeta a forma como o mesmo é interpretado e age em relação ao mundo.

Nesse sentido, apreende-se o território como produto de conflitos e contradições sociais, sendo caracterizado pelas relações de dominação, busca pelo poder e apropriação da terra, processos que ainda são tidos como fonte de riqueza, investimento e barbárie. Contudo, para compreendermos o território, é preciso elucidarmos o papel do Estado, em seus aspectos citados, no modo de produção capitalista.

Para Raffestin (1993, p. 144), “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. Logo, é constituído através da ação do homem decorrente da criação do espaço definido por meio das relações de poder (econômicas, políticas e culturais). Explicita-se nesse contexto que o processo de produção territorial, ou territorialização, deve ser interpretado por meio de uma problemática relacional cuja referência exprimirá a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

Assim também se afirma que, para compreendermos o território, buscamos “fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

É preciso frisar que Raffestin não rompeu com as velhas identificações de territórios, como Ratzel, autor que concebia o espaço apenas com seu substrato material. O avanço de Raffestin é a não restrição do território ao solo pátrio, como Ratzel fizera. Raffestin contribui no sentido de conceber o poder como parte do território.

Compreende-se o território simultaneamente à paisagem, tratando-a como um dos meios para conhecermos o modo de ver e observar a realidade, utilizando o poder exercido pelas pessoas de maneira individual ou em grupo para analisar o território.

O território, produto sócio-espacial de relações concretas e simbólicas, articuladas pelos interesses políticos e econômicos, é favorecido por um sistema concentrador de riquezas que pode ser apreendido pela axiomática do poder, e esta para Raffestin (1993, p. 149), “em matéria territorial não é uma demarcação de outra axiomática geométrica, mas um prolongamento que deve contar com a heterogeneidade das condições reais na qual se manifesta”.

Define-se, portanto, o território a partir de três ingredientes: as redes, o espaço e o poder, que só é concebível através da territorialidade. Assim, todo espaço é definido e formado pôr e a partir de relações de poder. A materialização de um território requer, necessariamente, apropriação, dominação e controle, incluindo as relações de poder presentes nas redes de circulação, comunicação e identidade. O poder é somente materializado a partir da formação de grupos, alianças e coligações vinculadas a agentes econômicos do capital (ver quadro 02).

Quadro 02. Grupos Empresariais que trabalham com a cana e suas ramificações

| GRUPO EMPRESARIAL | RAMO CANAVIEIRO | RAMOS VARIADOS |
|--|---|---|
| Grupo Tércio Wanderley | Usina Coruripe Matriz, AL; Usina Coruripe Iturama, MG; Usina Coruripe Campo Florido, MG; Usina Coruripe Limeira do Oeste, MG; Usina Coruripe Carneirinho, MG. | Eletricidade: Coruripe Energética, MG; Transporte: Terminal Rodoferroviário de Fernandópolis; Meio Ambiente: Instituto para o Desenvolvimento Social e Ecológico. Sojicultura com exportação para China: Usina Coruripe Matriz, AL. |
| Grupo Carlos Lyra | Usina Caeté S/A, AL; Usina Caeté S/A – unidade Marituba, AL; Usina Caeté S/A – unidade Cachoeira, AL; Usina Caeté S/A – unidade Paulicéia, SP. | Têxtil: Fábrica da Pedra S/A – Fiação e Tecelagem; Pecuária: Varrela Pecuária; Rádiodifusão: Rádio Delmiro Am; e Rádio Delmiro FM; Taxiáereo: Sotan Táxi Aéreo; Sojicultura com exportação para China: Usina Caeté, São Miguel dos Campos, AL; Eucaliptocultura: Duratex (parceria). |
| Usina Taquara Ltda | Usina Taquara, AL. | |
| Grupo Mendo Sampaio | Usina Roçadinho, AL. | Grupo Mendo Sampaio S.A. |
| Grupo Toledo | Usina Capricho, AL; Usina Sumaúma, AL; Usina Paisa, AL; Usina Ibéria, SP. | |
| Grupo João Lyra (em processo de falência) | Laginha Agro Industrial S/A, AL; Usinas Uruba, AL; Indústria Vale do Paranaíba, MG; Usina Triálcool, MG; Usina Guaxuma, AL. | Comunicação: O Jornal. Rádiodifusão: Rádio Jornal AM. |
| Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A. | Usina Sinimbu, AL.; Usina Triunfo, AL. | Sojicultura com exportação para China: Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A. |
| Usina Santa Clotilde S.A. | Brazil Ethanol Leão Participações S/A, AL; S/A. Leão Irmãos Açúcar e Álcool, AL; | |
| Grupo Olival Tenório | Destilaria Porto Alegre, AL; Usina Porto Rico, AL. | Importadoras: Importadora Auto Peças; e Importadora Pneus; Agropecuária: Agropecuária Olival Tenório. |
| Grupo EQM | Usina Leão, AL; Usina Cacaú, PE. | Comunicação: Folha de Pernambuco. |
| Central Açucareira Usina Santa Maria S.A. | Usina Santa Maria, AL; Usina Manduri, SP. | |
| Usinas Reunidas Seresta S.A. | Usina Seresta, AL. | Meio ambiente: Projeto Recor com parceria Petrobrás. |
| Usina Serra Grande | Usina Serra Grande, AL. | |
| Grupo Santo Antônio | Usina Camaragibe, AL; | Sojicultura com exportação para |

| | | |
|------------------------|------------------------------|---|
| | Usina Santo Antônio, AL. | China: Central Açucareira Santo Antônio S.A. |
| GranInvestimentos S.A. | Granbio Unidade Bioflex, AL. | Bioquímica: Rhodia - empresa do Grupo Solvay (parceria); SGBio (joint venture formada entre GranBio e Rhodia), SP; Pesquisas: Centro de Pesquisas em Biologia Sintética (BioCelere), AL; Estação Experimental (BioVertis), AL. |
| Cooperativa Pindorama | Usina Pindorama, AL. | Comunicação: Jornal Pindorama, AL; Alimentos: Cia. Progresso Rural Cooperativa Pindorama, AL; Administrativo: Núcleo Incubador de Empresas de Pindorama (NIEP), AL; Reciclagem: Papelão, AL; Associativismo: Associação dos Psicultores de Palmeira Alta, AL; Associação dos Produtores de doce, geleias e vinagre, AL. Têxtil e moda: Rose Fashion, AL; Confecção Nova Esperança, AL. Ensino e Pesquisa: Centro de Treinamento Rural de Pindorama (CETRUP), AL. |

Elaboração: Ricardo Santos de Almeida (2016).¹⁰

No que se refere aos grupos empresariais acima elencados a articulação ocorre de modo intrafamiliar e não inviabiliza os efeitos *spill-over*¹¹, em geral provocados por inovações tecnológicas que retroalimentam o poderio econômico dessas empresas.

Percebe-se que as relações de poder presentes no território estabelecem-se a partir do processo de territorialização de capitais no campo alagoano, e das relações mantidas pelos grupos empresariais atrelados ao Estado, cujos objetivos perpassam pela continuidade dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano, do Produto Interno Bruto, da arrecadação de impostos e dos investimentos reais no bem da população.

Tudo é para o agronegócio, pois, embora haja êxito empresarial, é por meio de suas

¹⁰Fontes: <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Exportadores de SOJA para China - 2015-2016.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Exportadores%20de%20SOJA%20para%20China%20-%202015-2016.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.carloslyra.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.grupojl.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.grupotoledo.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.usinacoruripe.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.usinatriunfo.com.br/site/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

<http://www.abqm.com.br/index.php?option=com_content&Itemid=158&catid=50&id=3595&view=article>.

Acesso em: 18 jul. 2016.

<<http://www.usinasclotilde.com.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

¹¹Efeitos positivos ou negativos que uma determinada atividade econômica pode gerar sobre outras empresas que não se encontram diretamente envolvidos na mesma atividade, mas possuem interligação por meio das *holdings*.

ramificações que o capital retroalimenta-se e domina não apenas o campo, mas também os setores de alimentação, bioquímico, transportes e comunicação. É notável, nesse processo, a sujeição da política alagoana aos interesses desse setor, propiciando-lhe, ano a ano, investimentos para a manutenção de suas relações de poder.

Em relação ao território, Raffestin (1993, p. 149) destaca que este é o espaço apropriado para relações de poder. Essa relação encontra-se, assim, expressa em todos os níveis das relações sociais. Contudo, o território também se organiza a partir de redes que se interligam pelo fluxo de informações ou contatos. A partir desse pensamento, determinam-se a função da rede, suas fronteiras geográficas, a natureza de sua gestão no plano jurídico, econômico, técnico e simbólico. Uma das funções da rede é organizar a circulação dentro de um território, ou seja, as redes são canais de comunicação entre os diversos territórios.

Raffestin (1993, p. 150) indica que alguns pontos no espaço são ocupados por indivíduos ou grupos que se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados, ligados, em parte, aos fatores distância e acessibilidade. Portanto, configuram-se no espaço sistemas de malhas, de nós e redes e que constitui um território.

Nas mais diversas análises e abordagens, politicamente, o território é visto também como um espaço delimitado.

Em Geografia, pode-se afirmar que a globalização encontra-se diretamente associada às redes. Diz respeito à construção de novos espaços e de novas relações sociais desenvolvidas em um território. Para Santos (2014, p. 134), “trata-se de uma nova configuração geográfica que se superpõe aos territórios nacionais, por vezes conflituosamente”. Isso pode significar mudanças importantes nos próprios Estados nacionais com a presença, em seus territórios, de pontos de rede de corporações transnacionais e de redes técnicas, propiciando um aumento extraordinário da circulação de capital, bens industriais, serviços e informações produzidos em escala mundial.

Assim, pode-se dizer que a globalização é um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através desse processo, as pessoas, os governos e as empresas trocam ideias, realizam transações financeiras e comerciais, e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta. Essa agilidade da circulação se dá porque os espaços globais são suportes ativos dos processos socioeconômicos que ocorrem em escala mundial. Tais negócios são alimentados pelo que há de mais avançado em tecnologias de produção e circulação.

Para Santos (2014, p.133), “só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios, contribuindo significativamente para entendermos que as redes

ou, pelo menos, muitas delas, ganharam um maior alcance e abrangência no espaço geográfico mundial”.

O acesso e o poder de difusão dessas redes dependem das diferentes hierarquias nas sociedades constituídas pelo poder econômico ou político. Logo, quem possui mais recursos ou poder possui uma maior possibilidade de usufruir da estrutura das redes geográficas. Afinal,

A organização espacial é o resultado do trabalho acumulado da sociedade ao longo do tempo, tendo no capital e na ação do Estado, seus agentes de organização do espaço, mas não se pode esquecer que a organização espacial, é também reflexo e condição de reprodução social. (RIBEIRO, 2000, p. 91).

No domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, destacam-se os diversos tipos de redes que assumem diversas formas de manifestações, tornando-se, portanto, cada vez mais relevantes para a análise geográfica do mundo atual. Entre os diferentes tipos de redes, para Ribeiro (2000, p. 78),

Mencionam-se, de um lado, as formais, exemplificadas através da distribuição, da produção e da gestão, controladas pelas diversas instituições do Estado, pelas diversas instituições sociais e pelas grandes empresas que se orientam, via de regra, por mecanismos de mercado.

A partir das redes, estabelecem-se as interações espaciais, materializadas ou não, por onde fluem as mercadorias, os capitais, os trabalhadores, os consumidores e as informações. Por outro lado, identificam-se múltiplas redes ilegais ou clandestinas, como, por exemplo, a rede da droga, que se vincula à rede capitalista oficial, bem como as redes do crime organizado e do terrorismo e, ainda, as redes de tráfico humano, relacionadas especialmente à migração clandestina.

Essa simultaneidade de redes formais e informais manifesta-se, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede agrária, na qual os centros podem assumir papéis diferenciados, especializados e/ou hierarquizados, conseqüentemente, com diferentes fluxos. Portanto, em uma definição mais abrangente, temos as redes geográficas como um conjunto de locais da superfície terrestre conectados ou interligados entre si. Essas conexões podem ser materiais, digitais e culturais, além de envolver o fluxo de informações, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros.

A mudanças de enfoque da política industrial implementada em diversos países, para

Britto (2002, p. 345), “tem o intuito de privilegiar o apoio a redes envolvendo diversas empresas, em contraposição ao apoio a empresas isoladas”.

O estabelecimento de empresas em rede, redes de empresas e indústrias em rede nos possibilita compreender o conceito de rede na ciência econômica e a noção de redes de empresas: as duas abordagens são distintas, a primeira tem caráter instrumental do conceito de rede para a compreensão da dinâmica de diferentes mercados.

Trabalham-se a partir das externalidades técnicas relacionadas a situações nas quais a interdependência entre os agentes, do ponto de vista técnico, resulta em modificação nas características das respectivas funções de produção.

As externalidades em setores variados da economia se traduzem na mudança de preços relativos dos produtos, influenciando, por variados fatores, as modificações das estruturas de custo das empresas.

As externalidades tecnológicas associadas a efeitos do tipo *spill-over* resultam em mudanças no ritmo de adoção, difusão e inovações em determinado mercado.

As externalidades de demanda presentes em situações nas quais a demanda de bens oferecidos por cada unidade é afetada por modificações na demanda de outras unidades ou nas quais a demanda de um consumidor individual é influenciada pela demanda agregada do mesmo bem.

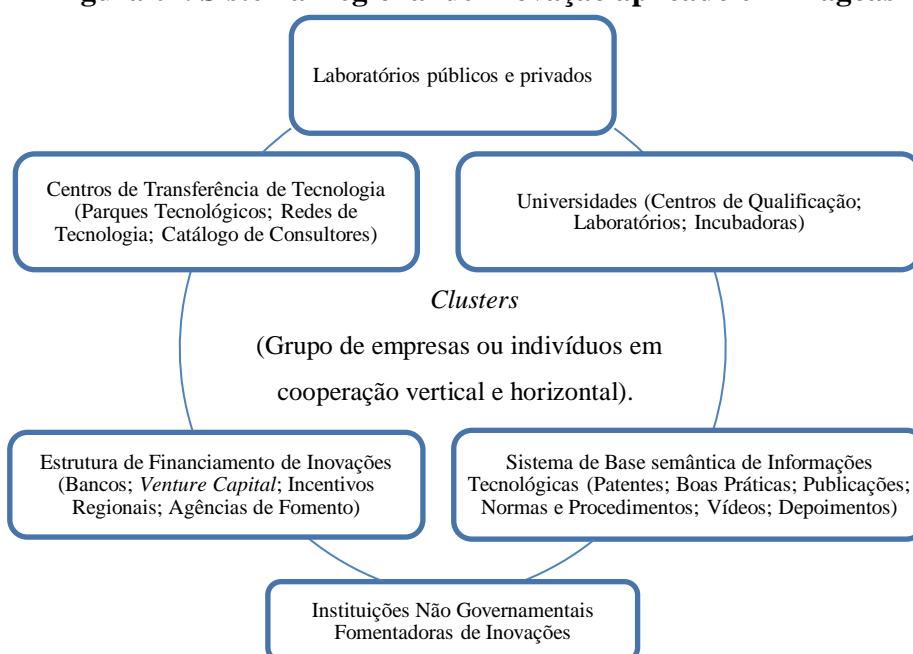
A presença de graus elevados de compatibilidade e complementariedade técnica entre os agentes e as atividades por eles realizadas permite a existência de um grau também elevado de integração de atividades produtivas ao nível da rede, devido à presença de externalidades técnicas, pecuárias e de demanda.

A geração de externalidade tecnológica e outros tipos de ganhos estão relacionados ao progresso técnico atrelado à variedade de empresas inseridas nesses arranjos e à complementariedade entre as respectivas competências. Logo, a consolidação de uma infraestrutura particular que conforma tais sistemas implica em um grau de irreversibilidade nos investimentos realizados por agentes que a eles se integram.

As redes de empresas se constituem a partir de elementos estruturais, elementos morfológicos gerais das redes, elementos constitutivos das redes de empresas. Indivíduos, empresas ou atividades posições, a estrutura da divisão de trabalho e suas ligações, os relacionamentos entre empresas por meio dos aspectos qualitativos aos quais se incluem os fluxos, fluxos de bens (tangíveis) e de informação (intangíveis) e de cooperação entre empresas, permitem a formação de alianças estratégicas. Exemplo disso é a aplicabilidade do precário e incipiente Sistema Regional de Inovação em Alagoas (ver figura 07).

De caráter pré-competitivo, a minimização dos custos está associada a funções produtivas, alianças baseadas numa integração conjunta de atividades. Esse é o estágio mais avançado da cadeia de produção e comercialização de bens: alianças baseadas numa configuração aditiva entre duas ou mais empresas de uma indústria particular para viabilizar escala; alargamento do mercado interno; alianças baseadas numa configuração complementar integram duas ou mais empresas de maneira a permitir uma aglutinação de ativos; e competências complementares.

Figura 07. Sistema Regional de Inovação aplicado em Alagoas



Adaptado de: Patrícia Brandão Barbosa da Silva (2013).

O caráter sistemático das transações realizadas decorre da presença de incentivos específicos à continuidade e ao aprofundamento das articulações entre agentes, da realização de algum tipo de adaptação nos procedimentos produtivos realizados devido à integração da empresa à rede, do esforço da especificidade dos ativos envolvidos na transação. Resultante desse processo, há o reflexo de adaptações mútuas realizadas nos procedimentos operacionais, bem como a continuidade e o aprofundamento das articulações entre empresas, que possibilitaram compreender a diferenciação morfológica das estruturas em rede – indivíduos, posições, ligações e fluxos.

O espaço geográfico é fruto das transformações humanas e, ao mesmo tempo, é um objeto social cuja relação tempo e espaço e a organização espacial revelam, através dos períodos históricos, uma sucessão de sistemas espaciais no qual o valor relativo de cada lugar

está sempre mudando no decorrer da história. Torna-se necessária uma Geografia que se dedique ao estudo da sociedade como um todo, pois não há dissociação entre o agrário e o urbano no sentido das relações estabelecidas em contextos sociais, afinal, nenhum fenômeno ocorre isoladamente.

As interferências existentes no espaço geográfico configuram as diferenciações de um espaço a outro com o passar do tempo, produzindo e reproduzindo relações sociais em seu interior culminando no entendimento destas, que são constituídas a partir de modos, relações e sistemas de produção.

Torna-se essencial analisarmos os vestígios do passado deixados pelo homem e pela natureza para entender o que o levou a desenvolver suas atividades econômicas, sociais e políticas naquele fragmento do espaço geográfico.

A articulação do pensamento geográfico tendeu também a estruturar, por meio das categorias analíticas, nossos norteamentos. A discussão proposta nesta dissertação possibilita a reflexão sobre o papel do ser humano na sociedade: ou este se articula em prol de uma ciência que desnude a complexidade do mundo contemporâneo, ou que reforce suas mazelas.

Considerando-se uma problemática necessária à compreensão de relações socialmente produzidas, Raffestin (1993, p. 31) permite que se reflita, a partir da existência do indivíduo, a busca pelo entendimento do ato de existir como suprasumo do ideário intelectual geográfico, pois, a partir desse fator macro é que se pode repensar objetos de pesquisa, percursos de entendimento de uma dada pesquisa, bem como dar novas explicações a fenômenos.

No âmbito metodológico, devem-se considerar novas lógicas que se enveredam por feições nem sempre reveladas nas paisagens, ou seja, as ocultas no tempo e no espaço, mas que consistem em influenciar e reordenar os territórios, a exemplo de um sistema de leis que flexibilizem e nem sempre permitem que se perceba as reais transformações que ocorrem em recortes do espaço geográfico, até mesmo aqueles considerados essencialmente naturais, como se busca elucidar ao longo desta dissertação.

O espaço que se discute está diretamente vinculado à microesfera social, ou seja, o modo como o homem pensa, age, reflete e, principalmente, (re)produz de forma social as influências e discursos para, então, vislumbrar na busca pela compreensão de um espaço geográfico uno, que seja lócus de pertencimento para além da mera territorialidade que se expõe a intencionalidade das articulações das necessidades territoriais.

A mistificação do conceito de espaço se apresenta no dito projeto diferenciado de evolução da ciência geográfica, que traz consigo elementos considerados empíricos, os quais fortalecem visões epistemológicas distintas. Nesse sentido, é salutar identificar-se a influência

do fator localização como fundamental para a desestruturação na reestruturação do conceito de espaço geográfico como comumente se conhece hoje.

O conceito de espaço geográfico traz consigo elementos inconclusos em si próprios. Estes tendem a se complementar, considerando-se que a ciência geográfica é uma e não separada, como ainda persistem em fazê-la em Geografia Física e Geografia Humana.

A dita acumulação desigual dos tempos traz consigo a expressão visível e perceptível da (re)estruturação social, inclusa nesta suas ações e sujeições, bem como suas superações. Ora, para alguns esse conceito é carregado apenas de conteúdo discursivo essencialmente humano, porém, se analisado for em sua essência, esse discurso permite as seguintes reflexões: como e onde podem ocorrer essas acumulações de tempos? Se daria esta por si só, somente pela influência das ações humanas? Ou seja, é possível inferir que tudo faz parte de uma interpretação sistemática, pois não se está flutuando no espaço geográfico.

O que se percebe é que a ciência geográfica precisa ser repensada num coletivo que resgate a real essência geográfica, e esta está inclusa em um ideário. Mas qual seria esse ideário? Antes de responder, é preciso compreender qual é o método essencialmente geográfico e como conduzi-lo na busca por um debate coerente que leve em consideração o aporte reflexivo sobre a relação sociedade-natureza, cada vez mais sujeita às teias do capital.

O poder de síntese sobre tais reflexões deve resultar, como frisa Raffestin (1993, p. 144), “num projeto sustentado por um conhecimento e uma prática, ou seja, que se baseiem nas nossas ações e comportamentos e, para tal, nos permite a necessidade de compreender as representações sociais”.

Cabe à crítica anterior à consolidação da ciência geográfica entender o desenvolvimento do pensamento geográfico cujo intuito reproduz, nas entrelinhas, as relações de poder em novos espaços de conquista e governança, ou seja, entender os territórios.

É neste sentido que se compartilha a ideia de Fernandes (2009, p. 7) no que se refere a sua compreensão de território enquanto locus de (re)produção social, das classes sociais que reorganizam seus espaços, territórios e imprimem a conotação de sua existência, que traz consigo a seguinte análise:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser

aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

No sentido amplo, a articulação ideológica de Konder (2002, p. 16) propõe com ênfase em sua compreensão da reflexão marxista o entendimento dos processos de subserviência dos modos de pensar, agir e refletir, ou seja, como as sociedades se permitem cooptar aos anseios e práticas de organismos extremamente articulados em prol de um único fim: a busca pelo poder.

A busca pelo poder é tida em Maquiavel (2011, p. 9), “enquanto corrida armamentista com o intuito exclusivo de tornar subservientes ideários, crenças e modos de acumulação”. Por falar em acumulação, o uso e a apropriação de bens e serviços em todos os modos de produção, possibilitam ao homem ressignificar alguns entendimentos, dentre os quais o modo como o Estado age em prol do capital, tornando-o cada vez mais forte e perseverante em tempos-espacos distintos, sempre se remodelando e adequando-se às novas demandas sociais.

Neste sentido, deve-se pensar que, na atual conjuntura, os posicionamentos dos membros da sociedade que se permitem à reprodução da prática da sujeição da renda da terra ao capital, por exemplo, que traz consigo implicações radicalmente congruentes, pois é em efeito cadeia que a sociedade reafirma sua condição subserviente, contrária aos poucos enfrentamentos na luta por acesso a bens e serviços que estejam realmente atendendo a seus anseios.

CAPÍTULO 02

2. DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E O CAMPESINATO

Em termos simplistas, reprodução pode ser entendida como “[...] produção nova, repetição, renovação do processo de produção.” (LUXEMBURGO, 1976, p. 11). E, se aqui se fala de produção do espaço, destaca-se a importância de compreender o espaço produzido pelas relações de produção expressas na dinâmica social contraditória e combinada.

Vale lembrar que não se está trabalhando apenas com a definição dicionarista do que significa reprodução, e sim com a reprodução enquanto processo contínuo e repetitivo da atividade humana, cujas implicações consistem nos modos de desenvolvimento social, econômico e técnico.

O processo de reprodução diz respeito a um processo inicial de produção que se dá por intermédio de um conjunto de ações desenvolvidas por diferentes sociedades em diferentes épocas, e que são reflexos da apropriação das condições naturais disponíveis por meio da ação humana. Essa ação se realiza intermediada por um conjunto de técnicas desenvolvidas segundo as necessidades que se apresentam.

A reprodução acha-se subjugada às condições técnicas do trabalho humano e resulta de certo nível da produtividade do trabalho.

As implicações do processo de reprodução na construção dos aspectos culturais das sociedades não se dá de maneira aleatória, pois o que se nota é uma progressão da forma de reprodução dos conjuntos técnicos desenvolvidos, já que os processos anteriores, uma vez ultrapassados, configuram-se como a base do novo processo existente.

Somente o cultivo da terra, a utilização dos animais domésticos e o rebanho para fins de alimentação tornam, porém, possível a alternativa regular de produção e consumo, que constituem a nota característica da reprodução. Nesse sentido, o conceito de reprodução encerra algo mais que a mera repetição; ele já implica certo nível no domínio da natureza exterior pela sociedade ou, em termos econômicos, certo nível na produtividade do trabalho. (LUXEMBURGO, 1976, p. 12).

O processo de reprodução depende fundamentalmente das relações de apropriação das condições naturais por intermédio da criação técnica. Logo, o processo de reprodução é um processo, de construção cultural/social, uma vez que dependem fundamentalmente do grau de

relação estabelecido entre o homem e a natureza e entre o homem e a sociedade, uma vez que os meios de (re)produção dizem respeito à implicações diretas nos modos de organização social. E é a partir desse ponto que se inicia de maneira efetiva esta análise acerca do que consiste o problema da reprodução do espaço.

Não é difícil de imaginar que diferentes meios de reprodução surgiram durante todo o processo de desenvolvimento das civilizações humanas¹².

Ao trazer como exemplo diferentes tipos de sociedade com meios de produção distintos que ora constituem uma divisão igualitária dos materiais produzidos com fins estritamente voltados para o consumo diário, e ora desencadeiam o simples consumo desinteressado, afirma-se que o raciocínio começa com os povos primitivos que, com suas atividades de caça e pesca, apenas renovam a produção pelo acaso, sem ter muita noção da necessidade que isso representa, sendo mais uma questão de repetição.

Somente com o uso e a ocupação da terra aparece a necessidade de regular a produção e o consumo. A reprodução deixa de ser mera repetição e passa a ter certo nível de produtividade: o trabalho. Cabe, então, analisar alguns destes exemplos a título de melhor entendimento.

Numa tribo agrária comunista primitiva, a reprodução e todo o plano da vida econômica correrão a cargo do conjunto total dos que trabalham e de seus órgãos democráticos. [...] Numa exploração à base de escravos ou num feudo senhorial, a reprodução é imposta à força e está regulamentada [...] pelo regime de domínio pessoal, regime que não conhece outra fronteira além do direito do chefe ou do senhor, dispondo sobre maior ou menor quantidade de força de trabalho alheias. (LUXEMBURGO, 1976, p. 12-13).

É possível correlacionar os modos de produção com as relações de poder estabelecidas. Relações estas que adquirem um caráter tirânico na medida em que ocorre uma apropriação dos meios de produção econômica por uma determinada parcela da sociedade. Esse aspecto se encontra presente de forma essencial no sistema produtivo capitalista, uma vez que a desigualdade é um resultado necessário para a ampliação dos meios de produção.

Antes de adentrar à forma como o capitalismo conduz a produção do espaço agrário, vale refletir sobre o campo no percurso do feudalismo até o advento do sistema produtor de

¹²Isso é óbvio, pois não somos uma sociedade homogênea. E é justamente disto que decorre o grande problema da reprodução, pois essa heterogeneidade implica diversos tipos de relações desenvolvidas no modo de formação e de organização social e, portanto, resultam em implicações diretas na perpetuação ou na aniquilação de desigualdades que possam advir desse processo de reprodução. Existe um aspecto cíclico fundamental que diz respeito ao desenvolvimento do processo de reprodução (conforme já foi visto por alto) e que se define segundo as relações técnico-sociais. Afinal, “diferentes sistemas de reprodução advêm destas diferentes relações, inclusive as formas sociais de produção que enfatizam a dominação”. (LUXEMBURGO, 1976, p. 12).

mercadorias, para compreender a lógica campesina.

O campesinato da mesorregião Leste alagoano encontra-se imprensado em áreas menores e marginais, ao agronegócio canavieiro ou condicionado à subalternidade.

Considerando-se que é apenas a partir do processo de desenvolvimento do capitalismo que se estabelece a sujeição da terra ao capital, torna-se necessário compreender as lógicas processuais que configuram a passagem para esse modo de produção. Para tal, torna-se necessária a compreensão do processo que condicionou a transição de um modo de produção a outro.

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo aconteceu a partir de transformações nas relações sociais e de produção, cujo intuito se direcionava ao fortalecimento de uma sociedade que almejava liberdade de produzir, vender e criar. Pelo menos no plano da retórica, isso representava a máxima do capitalismo.

No escravismo antigo, a noção de propriedade privada já se notabiliza e o escravo era considerado uma coisa ou um instrumento *vocale*. A Grécia Antiga e a Roma Imperial adotaram o escravismo. No quadro da crise geral do escravismo Romano, podemos localizar o nascimento do sistema feudal, caracterizado pelas relações servis de produção.

O feudalismo europeu marcou a história medieval por mais de mil anos. Nesse sistema, a economia era fechada, ou seja, autossuficiente, com produção para o consumo, e a sociedade estamental, imóvel, polarizada entre senhores e servos.

As relações estabelecidas no modo de produção feudal caracterizam a servidão:

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa do camponês servo foi edificada a coerção feudal. Ela permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais. Não se trata aqui da propriedade total e absoluta como no escravismo. Aliás, cabe distinguir essas duas relações sociais distintas: o escravo era parte integrante da propriedade, ele em si podia ser comprado ou vendido em qualquer tempo ou lugar. Já com o servo isso não acontecia, ele em si não podia ser vendido, ou seja, ele não podia ser vendido fora de sua terra. O que podia ocorrer era a venda da posse de um feudo de um senhor a outro, e isso traduzia apenas uma nova realidade: o servo tinha outro senhor, entretanto permanecia em "sua" parcela de terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

O servo poderia utilizar a terra. Esse modo de relação permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais.

É importante ressaltar que o camponês não era escravo, pois o escravo podia ser

vendido ou comprado. Nessa relação feudal, existia a relação de opressão sobre o camponês, pois ele trabalhava em uma pequena parcela de terra para seu autoconsumo, tendo ainda a obrigação de trabalhar para o senhor feudal. No entanto, precisaria pagar pela terra através de favores ao senhor, que poderiam ser através da oferta de sua força de trabalho ou de produtos. Essa sistemática foi chamada de coerção feudal.

O traço marcante da agricultura no feudalismo era a servidão, que, na prática, tratava-se de uma espécie de coerção. A terra era, por sua vez, dividida em duas partes, o domínio e a parcela.

O senhor feudal organizava suas terras em domínio: parte de terras onde os servos trabalhavam, disponibilizando horas de trabalho ao senhor; e as parcelas: que formavam a outra parte das terras do feudo, e eram divididas e concedidas aos camponeses. Estes, por sua vez, ficavam obrigados a entregar tributos sobre a produção de sua parcela de terra e, além disso, prestar dias de trabalho pessoal conhecidos como corveia para a exploração do domínio direto do senhor. Já a parcela era a parte compartilhada com os camponeses que podiam produzir.

No feudalismo, segundo Oliveira (2007, p. 14), existiam duas formas de renda da terra: “no início era mais forte a presença da renda em trabalho, que, em função das lutas dos camponeses contra a corvéia, foi diminuindo em vários lugares, aumentando a participação da renda em produto”. Existia uma produção mais local e de autoconsumo, onde havia também trocas de produtos. No feudalismo, a concentração de terras e domínio nas relações era acentuada, pois quem decidia o modo de lidar com a terra eram os senhores ou suas pessoas de confiança.

Na comunidade aldeã feudal, a aldeia era propriedade privada dos camponeses. A aldeia constituía-se por um conjunto de casas e quintais dos camponeses. No espaço do quintal, poderiam ser cultivados vegetais e frutos.

Os campos de cultivos, que poderiam ser privados ou de uso comum, eram parcelados e poderiam ser de tamanhos diferenciados, de acordo com a localização. Para Oliveira (2007, p. 48), “terrenos localizados mais próximos do mercado têm uma despesa menor com transporte de seus produtos ao mercado”.

Observa-se que, enquanto o camponês vivia na unidade básica – a casa e o quintal, e na parcela de terra ao redor dessa área, produzindo de forma diversificada as frutas, verduras, legumes e grãos –, o senhor feudal concentrava terras para produzir em larga escala e com menor grau de diversificação. Pode-se remeter esse quadro à lógica atual, em que o agronegócio concentra terras, produzindo seus monocultivos e ao acrescentar à

industrialização da sua produção diferencia-se do feudalismo.

Em algumas situações, os servos e os senhores utilizavam a mesma parte da terra, com exceção das lavradias, que eram cultivadas por cada família e consistiam na aração e em variados atos de preparação ou cultivo da terra, permitindo uma produção com qualidade e menor perda do que eram produzidos através de variados sistemas técnicos. Contudo, no que se refere aos campos de cultivo, a cada ano eles sistematicamente passavam por um processo de rotatividade.

A transição do feudalismo para o capitalismo não é um processo simples mediante o qual os elementos capitalistas no interior do feudalismo vão fortalecendo-se até estarem bastante vigorosos para romper a casca feudal. O feudalismo não é rompido como se coloca nos textos comumente divulgados, ele é dissolvido por uma nova dinâmica que tende a atender a nova classe que vem se consolidando.

Na prática, a propriedade parcelada perde forças a partir do estabelecimento de um novo modo de produção validado a partir do modo como a propriedade privada é instituída. Esse fenômeno, ao promover a indústria urbana e o comércio, desenvolve novas forças e formas produtivas sociais no trabalho.

A partir disso, o dinheiro passou a ganhar mais importância. Para consegui-lo, o camponês passou a transformar os seus produtos em mercadorias, comercializando-os. Assim que as distâncias entre o produtor e o consumidor tornaram-se entraves, surge a figura dos comerciantes para a realização desse elo.

O padrão da família camponesa existente no feudalismo foi se destruindo, dando lugar a novos padrões e valores.

É a partir do Século XVI que surgem novas relações sociais, as quais se destacam pelo acréscimo das desigualdades entre os companheiros da aldeia. Essas desigualdades potencializaram a fragilização da família do camponês, pois, além de produzir de forma diferente, com o acréscimo do quantitativo de fábricas com elevado grau técnico fechando toda a cadeia produtiva, a partilha das terras para a produção já não era mais vantajosa, pois os senhores do campo as utilizavam a partir da demanda dos mercados.

A ruptura do compromisso entre o comunismo fundiário e a propriedade privada, representado pelo sistema de cultivo da Idade Média, estabelece a propriedade privada completa, ou seja, o proprietário fundiário se tornaria o proprietário completo de suas terras dispostas numa superfície contínua. Essa superfície poderia então ser explorada de modo exclusivo, segundo as regras da concorrência e do mercado.

As novas relações camponesas não implicam no aparecimento simultâneo das relações

burguesas de produção, é um elo indireto.

Quando alguns pequenos produtores conseguiam a emancipação parcial da exploração feudal, iniciava-se alguma acumulação de capital a partir do modo como se apropriam ou elaboram novas técnicas. Isso permitiu a contínua dicotomização dos camponeses.

O relativo equilíbrio do território estava rompido, pois a sociedade estruturara-se de modo a não solicitar quase nada de fora e também entregava muito pouco para outros lugares.

A procura por cereais e o crescimento da própria população levaram à partilha das terras comuns, provocando uma diminuição da propriedade em função da transformação gradativa também da terra em mercadoria.

O modo de produção capitalista tem sua gênese associada às ações da burguesia comercial que desejava se tornar uma classe social, pois esse espaço não era permitido pela organização social então vigente. A cidade torna-se símbolo da ruptura com a economia feudal, pois a relação social que perpassava pela servidão foi deixando de existir, permitindo que a terra se tornasse mercadoria, característica evidente do modo de produção capitalista.

No processo de constituição da burguesia como uma classe social, o que era produzido não visava apenas à satisfação das necessidades humanas, mas, ao existir em seu caráter de mercadoria, a lógica do lucro a permeia.

A mudança de pensamento e ações fomentou um novo modo de circulação das mercadorias, outrora a fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, que agora tem como operação baseada na fórmula Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro/investimento. Logo, não se tratava apenas de acumular mais dinheiro, mas este se torna capital a partir dos investimentos realizados, seja no campo, seja na cidade.

Sendo assim, rompe-se o equilíbrio do

Sistema de cultivo dos três campos, pois no início, o que mais convinha aos nobres feudais era a exploração das florestas para a obtenção de madeira, que, com o crescimento das cidades, era muito procurada, até o momento em que foi substituída pela hulha e pelo ferro (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

Contudo, afirma-se que, nesse período, já existia o manejo do solo quanto à rotação de cultivos, geralmente em três partes: uma para o trigo, outro para a sementeira e outro para o repouso. No período posterior, ocorria a mudança de uma para a outra, para não ocorrer o desgaste do solo. Além das terras para a exploração agrícola, existiam áreas comuns, que eram os bosques, as pastagens e os terrenos baldios.

É importante salientar que a transição do feudalismo para o modo capitalista de

produção aconteceu de diferentes formas e foi marcada, de acordo com Oliveira (2007, p. 18), “por um grande número de guerras camponesas onde lutaram contra a corveia, depois contra a renda em produto e renda em dinheiro e por fim contra a coerção e o pagamento dos tributos ao senhor”. Em determinados países, esse processo foi rápido e violento; em outros, devagar. Para Oliveira (2007, p. 18-19),

Na Inglaterra, durante os séculos XVI e XVII, os cercamentos praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo, e em seu lugar surgiram os arrendatários capitalistas. Na França, só com a Revolução de 1789 aboliram-se os últimos direitos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar.

Já no centro e no leste europeus, o fortalecimento dos senhores feudais foi decorrente de uma espécie de segunda servidão já que se tratou, para Oliveira (2007, p. 19), de um período nos “(séculos XVII, XVIII e mesmo XIX) em que os senhores passaram a utilizar as relações feudais para produzir mercadorias, que então enviavam para os mercados das outras regiões industrializadas da Europa”.

Hobsbawm (1977, p. 163) elenca esse processo como produtor de uma “contradição entre classes”, logo, culminando posteriormente num contínuo conflito de classes.

De modo objetivo, destaca-se que o capitalismo não surge como uma evolução do feudalismo, tampouco como um sistema revolucionário que se instaurou do dia para a noite. E, como há de se deduzir ao levar-se em consideração a multiplicidade de diferentes formas de funcionamento de diferentes sociedades feudais, ele não ocorreu de forma homogênea. Segundo Hobsbawm (1977, p. 203),

Não se pôde, porém, eludir o fato de que a transição do feudalismo é feita, em escala mundial, de um modo muito desigual. O triunfo do capitalismo ocorreu integralmente apenas em um único lugar do mundo, e essa região, por sua vez, transformou o resto.

Há de se considerar diferentes momentos, diferentes contextos e diferentes ambientes no qual o feudalismo estava instituído. E, para além disso, torna-se necessária a compreensão do modo de organização da sociedade feudal em suas relações de poder e de uso da terra, conforme são destacadas por Dobb (1977, p. 166)

Das diferentes formas de feudalismo em diversas partes do mundo; acredito, porém, estar certo em dizer que as diferenças sobre as quais Eric Hobsbawm

fala com enciclopédica erudição se referem em geral a distintas formas de extração do produto excedente. Assim, na Europa ocidental predominou a renda-trabalho, sob a forma de prestação direta de serviços na propriedade de um senhor, pelo menos em alguns séculos (como também na Europa oriental depois da "segunda servidão"); todavia, mais para o Leste, na Ásia, parece-me ter predominado uma forma tributária de exação.

Dobb corrobora com Hobsbawm ao levarem em consideração as diferentes formas de organização feudal, embora não com tanta ênfase como Dobb, referindo-se aos diferentes momentos históricos pelos quais a sociedade feudal passou. Na prática, o que houve foi uma participação crucial da classe camponesa na implantação/criação de um sistema produtivo voltado ao acúmulo dos produtos excedentes.

A participação dos camponeses na formação do embrião do capitalismo através da revolta de grupos de camponeses inconformados com as disparidades do sistema feudal é abordada por Hobsbawm (1977, p. 161) como

Uma importante "crise feudal" nos séculos XIV e XV, caracterizada pelo colapso da agricultura feudal em larga escala, das manufaturas e do comércio internacional, em decorrência de um declínio na população, tentativa de revolução social e crise ideológica.

Os conflitos instauraram-se dentro de um cenário com uma inconsistência econômica. E foram esses conflitos contra as inconsistências de um sistema produtivo centrado na produção rural e no pagamento de tributos, além do que já era produzido, que impulsionaram as primeiras revoltas camponesas. Essa pode ser considerada a gênese do capitalismo, decorrente de um processo gradativo, mas demorado, de transição de um sistema voltado para uma produção de bens a serem consumidos dentro do feudo para outro sistema cujo cerne é a comercialização das mercadorias produzidas em função do acúmulo de capitais, ainda que de forma primitiva, já que

Segue-se daí que esse conflito básico deve ter existido entre os produtores diretos e seus suseranos feudais, que extraíam seu tempo-trabalho excedente ou seu produto excedente por meio do direito feudal ou do poder feudal. Esse conflito, ao irromper em antagonismo aberto, expressou-se em revolta camponesa (individual ou coletiva, por exemplo, na fuga da terra ou em ação ou força ilegal organizada), que Rodney Hilton demonstrou ter sido endêmica na Inglaterra nos séculos XIII e XIV. Foi essa a luta de classe crucial no feudalismo, e não qualquer choque direto de elementos urbanos burgueses (comerciantes) com senhores feudais. Este último ocorreu, naturalmente (como o testemunha a luta das comunidades urbanas pela autonomia política e o controle dos mercados locais). Todavia, os

comerciantes burgueses, na medida em que eram apenas comerciantes e intermediários, viviam em geral como parasitas do feudalismo e tendiam à conciliação com o mesmo; em muitos casos, eram verdadeiros aliados da aristocracia feudal. De qualquer maneira, creio que este antagonismo permaneceu secundário, pelo menos até uma etapa muito mais tardia. (HOBSBAWM, 1977, p. 166).

A revolução contra o sistema feudal se deu a partir dos conflitos existentes nas relações de arrendamento da terra, o que resultou em uma revolta camponesa. Esse conflito de classes foi o principal cerne de luta contra o sistema feudal. A partir do momento em que há rompimento de parte da classe camponesa com o seio feudal, inicia-se o processo de acumulação primitiva de capital, pelos idos dos Séculos XIV a XV.

Tendo as terras para si, os camponeses poderiam guardar parte dos produtos excedentes destinados à realeza em forma de tributos. Dentro desse contexto, com o surgimento da acumulação primitiva de capital, iniciam-se as diferenças de classe dentro da economia dos próprios produtores camponeses.

A nova indústria urbana, a partir do Século XVII, que levou à desagregação da pequena indústria doméstica dos artesãos-camponeses a partir de novas demandas de produtos, como ferramentas que as pequenas indústrias (artesanais) não conseguiam produzir, criando a imagem de que era preciso comprar e comprar, criando ainda novas necessidades que penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e irresistível: quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e os campos, menos fortes estavam esses camponeses. Esse processo transformou os produtos campesinos em artigos de luxo, pois eram feitos de modo artesanal, demandando mais tempo para serem produzidos, diferentemente das indústrias urbanas, que eram produzidos em larga escala.

O processo de militarismo também contribuiu para a desagregação da indústria camponesa, pois, ao convencerem os filhos dos camponeses a participações em guerras, viabilizou o contato com novas necessidades urbanas, resultando em um maior consumo. A própria melhoria dos transportes e meios de comunicação que a sociedade capitalista implantava, como as estradas de ferro, os correios, os jornais, permitiram à redução do valor de mercado de tudo o que era produzido pelo camponês, pois as famílias ao longo dos tempos estavam adquirindo novos hábitos de consumo.

Um dos principais pontos abordados por Merrington (1977, p. 172) diz respeito à “separação entre produção e consumo”, levando em consideração um aspecto que diz respeito a uma absorção dos padrões de consumo urbano pelo sistema produtivo rural. Basicamente, refere-se a uma superação do acúmulo de capitais de forma primitiva, enfatizando a expansão

do mercado para áreas maiores, no caso, os grandes centros urbanos que se formam no decorrer da evolução do capitalismo e da recessão do sistema feudal.

As grandes cidades haviam se tornado grandes centros de comércio na região, e estabeleceram relações que iam para além dos limites do feudo, ou seja, algo que era também realizado na gênese do capitalismo, embora em menor escala. Além disso, os padrões de consumo urbanos se tornaram os padrões a serem atendidos. É uma etapa na qual a capacidade de consumir deixa de ser um prêmio concedido pelo senhor feudal e se torna um preço a ser pago.

Para se adequar a esses padrões de vida urbanos, é necessário consumir. É a partir dessa diferenciação decorrente das diferenciações de classe que se massifica a perspectiva de que em um centro urbano desenvolvido em função da sua capacidade de consumir e da alta disponibilidade de bens de consumo e de uma área rural menos desenvolvida justamente por não conseguir se adaptar aos novos padrões de consumo.

Os camponeses passaram a vender seus produtos em mercados, pois queriam adquirir dinheiro para comprar novas mercadorias, deixando, assim, de autossustentarem-se, considerando as novas necessidades a eles apresentadas. O senhor das terras passava a exigir dos camponeses a renda em dinheiro, em substituição à renda em produto.

A necessidade do dinheiro aumentou e, com isso, mais camponeses envolveram-se com as demandas do mercado. O camponês transformou-se em produtor individual de mercadorias abrindo arestas à existência do comerciante atravessador, que comprava os produtos dos camponeses.

Quando havia menor produção, os preços eram aumentados, e quando as colheitas eram fartas, os preços caíam, ou seja, estabelecia-se a lei da oferta e da procura. Por fim, os detentores do dinheiro e do poder tiveram aberturas para a sua produção, criaram indústrias, transformaram as terras privativas para a produção de forma individual. E, ainda nesse processo, a produção para o autoconsumo deixa de ter importância, abrindo um leque de variadas possibilidades de consumo.

A situação da família camponesa existente sob o feudalismo foi-se destruindo para dar lugar a novas formas, novos padrões e novos valores, em que a sociedade estabelece relações de trabalho e produção que “deve(m) ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma sociedade determinada” (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

As contradições internas do modo de produção feudal causaram a sua desintegração, contrária aos agentes externos (mercado, comércio, etc.). A desintegração não estava obrigatoriamente ligada ao aparecimento de um mercado comercial desenvolvido, mas sim a

evolução dos modos de se produzir, que permitiram uma sucessão revolucionária de classes sociais no poder.

A transição do feudalismo para o capitalismo gerou no campo um conjunto de variadas formas de produção não especificamente capitalistas que, para Oliveira (2007, p. 40), são “produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital”, e resultam em uma massa de camponeses proprietários individuais que, para o desenvolvimento capitalista deveriam desaparecer, mas, no percurso da história, eles resistem à ofensiva capitalista no campo. Esse fato afirma-se tendo em vista as próprias contradições do capitalismo ou do agronegócio, que não conseguem dar conta das diversas dinâmicas sociais, ambientais ou de produção campesina, pois, no caso do agronegócio, as grandes extensões de terras produzem, em geral, um único cultivo, e nem todos servem diretamente à alimentação, como, por exemplo, no caso do estado de Alagoas, a produção da cana-de-açúcar.

2.1 O campesinato no âmago da questão agrária brasileira

A agricultura camponesa no Brasil se formou em situações diversas e particulares, mediante as resistências e as lutas pela terra. Sua legitimidade é a busca pelo acesso livre e independente aos recursos da terra. Na realidade brasileira, Guimarães (1989, p. 105) afirma que “foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todo-poderosos senhores da terra”. Essas lutas trariam, mais tarde, como consequência, o nascimento da classe camponesa. A formação do campesinato deu-se de forma lenta e constante e, de acordo com Andrade (1989, p. 15),

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento, deu-se vagarosa e persistentemente, desde o tempo da colonização.

Para compreendermos a formação do campesinato e como se deram as relações sociais, torna-se necessária a compreensão da formação territorial do Brasil. É nesse momento que a questão se torna espacial, pois, como afirma Bombardi (2004, p. 49):

A nossa formação territorial, grosso modo, baseou-se na destruição dos territórios indígenas pelos portugueses, na busca maciça de negros na África para a produção e exportação da cana de açúcar, na vinda de imigrantes pobres europeus para as lavouras de café (também para exportação) e no sempre dificultado acesso dos pobres à terra, a partir do momento que a pessoa do trabalhador se tornou livre.

O início do povoamento do Brasil se deu com grandes áreas desmatadas pelos portugueses, para inserção de cultivos, em especial o da cana-de-açúcar. Então, a partir daí, começaram a capturar os índios e a torná-los escravos, assim como a importar escravos da África. Também começaram a trazer para o país animais de tração, diretamente da Europa. Vale lembrar que: “O processo colonial, porém, era de expansão capitalista em que eram empregados vultosos capitais que necessitavam multiplicar-se; para isso, restauraram formas de acumulação primitiva, como a escravidão” (ANDRADE, 2004, p. 21-22).

É importante ressaltar a revalorização do latifúndio colonial, que foi uma das bases da estrutura de produção e que está relacionado com as doações das sesmarias, tornando-se uma das medidas tomadas para distribuição de terras brasileiras, durando todo o período colonial. Assim, descoberto em 1500 pelos portugueses, o Brasil possuía imensas terras a explorar.

A Coroa portuguesa, então, dividiu o território em capitanias hereditárias, que eram lotes de terras doados pelo rei de Portugal, que estabeleceu nos forais dos donatários que estes deviam doar porções de terras em regime de sesmarias. Em Portugal, a sesmaria era a concessão de terras portuguesas por tempo determinado e gratuito a todos aqueles que quisessem produzir nelas, com o intuito de promover o avanço da agricultura. Intitulada como Instituto da Sesmaria, foi criado em Portugal, em 1375, pelo Rei D. Fernando I, por causa da crise econômica que se manifestava na época. Tinha como base principal o cultivo do solo e, se o sesmeiro não pudesse agricultar a terra concedida por completo, era obrigado a dar o excedente em arrendamento a terceiros para fazê-los.

Essa lei foi adaptada para o Brasil, como forma de fazer obedecer à questão da propriedade territorial, todavia só tinha o direito de receber as sesmarias aqueles que tivessem alguma ligação com a classe dos nobres portugueses em Portugal ou os que fossem dignos e tivessem méritos de ganhar a terra. Cada ganhador recebia um documento denominado cartas de sesmaria, legalizado em registros públicos nas paróquias locais.

O regime de sesmarias retroalimentou ainda mais os senhores, enquanto as camadas com menos recursos se encontravam cada vez mais com dificuldades. Para tanto, é bom entender que desde as capitanias hereditárias até o encerramento das concessões de sesmarias

a forma como as terras eram distribuídas se baseava numa política de favores, encontrando no latifúndio canavieiro um relevante campo de aplicação.

Os sesmeiros tinham por obrigação cultivar toda terra recebida, porém, muitos deles não o faziam, surgindo, desse modo, o posseiro, que passou a ocupar as terras improdutivas, implantando roças e currais. Quando ocorria o caso de eles “terem suas terras apropriadas por senhores de prestígio no governo colonial, tinham que se submeter e se tornar seus foreiros ou migrar para terras mais distantes” (ANDRADE, 2004, p. 55). “Num primeiro momento, o posseiro, na figura do pequeno lavrador, surgia como uma grande ameaça ao regime de sesmaria” (CAVALCANTE, 2005, p. 2), pois, apesar da coroa portuguesa, em alguns períodos, limitar a extensão das terras a serem doadas no regime sesmeiro, as leis eram sempre violadas. Segundo Pereira (2011, p. 6),

A partir da segunda metade do século XVIII observa-se uma preocupação maior da Coroa portuguesa em relação ao disciplinamento do sistema de sesmaria no Brasil. Por determinação real datada do ano de 1777, o sesmeiro passou a receber unicamente o domínio útil da terra em vez da propriedade plena, enquanto que a cobrança do foro por légua e segundo a importância das terras, já instituída desde 1695, porém jamais cumprida, passou a ser a ordem geral. A passagem de D. João VI pelo Brasil pouco alterou o sistema de sesmarias, mas baixou um decreto em 25 de novembro de 1808 permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros.

Além do mais, ela fortaleceu o monopólio da terra com a distribuição desigual. De um lado, imensos lotes doados aos nobres e, do outro lado, pequenos lotes doados a pessoas com poucos recursos. Agora, surgiria o açúcar, que permitiria a Portugal a ocupação da terra de forma viável aos seus interesses.

Em torno das sesmarias transformadas em engenhos, sempre surgiam outros tipos de atividades, como a agricultura de subsistência, que era submissa à monocultura do açúcar. Como afirma Guimarães (1989, p. 50), “desde as suas origens, a sesmaria, o engenho, erguiam intransponível barreira à cultura dos mantimentos, à pequena e pouco rendosa agricultura de subsistência”.

Do mesmo modo, ressalta Andrade (1989, p. 15), que “os cronistas do século XVI já afirmavam que os colonos que aqui chegavam montavam engenhos, quando tinham posses, ou plantavam cana para moer nos engenhos, se não dispunham de capital”, enquanto que os mais pobres cultivavam lavouras de subsistência em locais afastados dos engenhos.

Quando eram concedidas pequenas tarefas de terra, esta “tinha por finalidade de mantê-las subjugadas, como mão de obra de reserva, dentro ou nas proximidades dos

latifúndios”, como relata Guimarães (2009, p. 45). Também entre esses colonos havia os donos de animais que, quando possuíam uma quantidade significativa deles, tornavam-se fazendeiros.

No entanto, o país estava perdendo o controle da distribuição de terra, fato que levou a inúmeras preocupações no âmbito de sua organização política.

Preocupado com alguns questionamentos, José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1821, apresentou um projeto no qual fundamentava uma nova legislação para o sistema das sesmarias, revalidando suas doações e regularizando as terras adquiridas por posse. Da mesma forma, aquele que não cultivasse a terra concedida, perde-la-ia para o governo, do mesmo modo que, para quem tinha a posse da terra, caso não a cultivasse no determinado prazo, poderia perdê-la. Em seu projeto, incluiu “uma política de vendas de terras e a proibição de novas doações, a não ser em casos específicos” (CAVALCANTE, 2005, p. 2). Contudo, propôs beneficiar os europeus pobres, os índios, os mulatos e os negros forros¹³. Entretanto, seu projeto nunca saiu do papel, pois suas propostas não iam ao encontro dos interesses dos latifundiários.

Em 1822, as concessões das sesmarias foram encerradas por um decreto feito pelo então príncipe regente, D. Pedro I, proibindo novas concessões de sesmarias e novas posses, mas reconhecendo aquelas realizadas anteriormente, antes da resolução. Entre 1822 e 1850, vigorou no Brasil o Regime da Posse de Terras Devolutas, que foi a obtenção da propriedade pelo reconhecimento da posse da terra. “Confiava o Governo do Príncipe-Regente, logo elevado a Imperador, que, com o reconhecimento do direito de posse, se resolveria o problema da terra e os pequenos posseiros teriam direitos de se fixar nas áreas que exploravam” (ANDRADE, 2004, p. 55). Na verdade, foram poucos destes que se favoreceram da lei, pois o fato era que muitos deles não tinham condições para fazer valer seus direitos diante dos grandes proprietários e das autoridades. É importante lembrar que, até 1850, a terra não podia ser vendida e nem comprada, fato que mudou com a criação da Lei de Terras.

A Lei n. 601, de 1850, conhecida por Lei de Terras, foi estabelecida para impedir a aquisição de terras por outro meio que não fosse a compra e a venda. As terras eram vendidas a altos preços, do mesmo modo que se permitia a venda de todas as terras devolutas. Contudo, o governo continuou tendo os direitos sobre as terras devolutas, cabendo-lhe o monopólio sobre elas, decidindo quando e como vendê-las. Segundo Cavalcante (2005, p. 04-05),

¹³Negros alforriados, e, na época do Brasil Colônia, tinham a Carta de Alforria.

Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse. No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa. Com tempo, esse termo passou a ter o significado de vago.

Além do mais, ela foi criada no mesmo ano da Lei que proibia o tráfico negreiro, chamada de Lei Eusébio de Queirós. De acordo com Bombardi (2004, p. 63), a “Lei de Terras surge como um marco na história agrária do Brasil, pois, curiosamente, uma lei com este nome teve a função justamente de impedir o acesso à terra”.

A proibição de novas posses focava os interesses econômicos dos grandes latifundiários, permitindo a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no campo. Aliás, devido a essa lei, o Estado manteve totalmente o poder sobre as terras, transformando-as em propriedades privadas, aumentando seu preço de tal modo que era impossível um simples trabalhador livre comprá-la, favorecendo os latifundiários.

As relações dos trabalhadores livres que viviam no campo se tornaram muito diferentes, porque muitos não tinham direitos. Antes, os lotes de terras eram cedidos pela Coroa de modo gratuito; após a criação dessa lei, o governo podia ceder gratuitamente as terras às companhias, que, por sua vez, vendiam-nas visando ao lucro. É preciso destacar, também, que, como produto desse processo, a Lei Eusébio de Queirós permitia o acesso a terras para os indígenas, fundação de povoados, para construção de estradas, estabelecimentos público e naval.

De acordo com Bombardi (2004, p. 62),

A partir desse momento, então, a terra tornou-se mercadoria o que alterou profundamente as relações que se estabeleceram por meio dela. Essa cisão tem um marco histórico, que é a passagem do Brasil-Império para o Brasil-República. Durante a monarquia, portanto, durante a escravidão, o trabalho determinava que houvesse um monopólio sobre a pessoa do trabalhador, caso contrário não haveria escravidão, já que esta não poderia suportar a coexistência com o trabalho livre. Pois bem, com o fim do trabalho escravo, já no Brasil-República, a relação com a terra alterou-se profundamente: se agora o trabalho era livre, a elite precisaria manter o monopólio sobre a terra de forma a assegurar o trabalho (ter mão de obra disponível).

Portanto, durante a época colonial brasileira, a agricultura camponesa era composta por uma mistura de portugueses pobres, povos indígenas e africanos, que conseguiram fazer

parte da formação social nas regiões brasileiras de forma subalterna, controlados por donatários (mesmo que tenham se rebelado em diferentes momentos), fato que permeou até as últimas décadas do período colonial. Esses camponeses lutaram muito pela conquista do espaço e reconhecimento, tendo um papel fundamental na formação da sociedade brasileira.

Nesse período, o Brasil possuía uma economia de exportação, exportando não só cana-de-açúcar, mas também café, ouro, algodão, fumo e pau-brasil, pois as fases de exportação não aconteceram como alguns historiadores relatam e dividem cronologicamente, mas sim como afirma Andrade (2007, p. 53): “o volume e o valor de determinado produto tiveram mais importância em certo período histórico, enquanto o anteriormente dominante entrava em fase de estagnação ou mesmo de decadência”. Na verdade, enquanto um produto se destacava, o outro não parava de ser produzido.

O cultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu junto à colonização e, conforme a evolução aconteceu, estimulou a fundação dos primeiros engenhos de açúcar, tornando-se o produto mais importante, cujo momento de esplendor deu-se na segunda metade do século XVI e no começo do século XVII, como principal produto exportado. Segundo Andrade (2007, p. 61), nos séculos XVI e XVII, “foram a Mata Pernambucana e o Recôncavo Baiano as grandes áreas produtoras de açúcar para exportação, enquanto nas outras havia culturas pouco expressivas que visavam ao comércio interno”.

No século XIX, a lavoura canavieira perdeu lugar para o cultivo do café, cultura que se encontrava em crescimento acelerado. É bom lembrar da existência dos lavradores de cana que podiam ser proprietários de terras ou não proprietários, nesse último caso quando cultivavam terras do senhor de engenho. Tal fato se deu porque alguns proprietários de terras não eram donos de engenho, e nem toda a cana que ia para os engenhos para ser moída era cultivadas pelos donos de engenho.

Andrade (2007, p. 59) ressalta que: “Moendo sua cana no engenho, os lavradores, quando proprietários, perdiam para ele metade do açúcar produzido e dois terços da produção, quando cultivavam a terra do senhor de engenho”. A cultura do fumo se tornou importante porque o fumo era usado como moeda de troca por negros, ou seja, à medida que ia crescendo a necessidade de mão de obra escrava, ia crescendo o cultivo do fumo. Já o pau-brasil continuou a ser exportado até a metade do século XIX.

Nesse período, existiam dois tipos de latifúndios: os engenhos açucareiros, que reuniam o monopólio da terra e tinham grande resistência aos domínios da população pobre; e a fazenda, que se originou das subdivisões das sesmarias nas áreas onde não era possível o cultivo da cana-de-açúcar. Era também um tipo de latifúndio, mas menor e capitalista.

É na fazenda que a exploração do trabalho permanece forte, pois sua forma de existência era através do arrendamento e de trabalhadores livres.

Nota-se, dessa maneira, que as relações sociais se mostram bem claras no modo de produção capitalista, pois este tanto redefine relações sociais antigas quanto permite relações não capitalistas no seu meio. Assim, afirma Bombardi (2004, p. 51):

Sabemos que capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua reprodução, sua manutenção só se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital. Essa premissa poderia levar a pensar que ele abarca todas as relações de trabalho através de sua forma típica que é o assalariamento, mas, assim não acontece, ele “permite” que relações não capitalistas coexistam com ele, configurando-se, portanto, como um modo de produção contraditório.

No capitalismo, a formação do campesinato se dá mediante um processo contraditório, isso porque o próprio campesinato cria e recria relações que não são capitalistas. A sua condição de trabalhadores livres nem sempre os levou à situação de proletários rurais. Muitas vezes, esses trabalhadores engrossaram a classe camponesa. No entanto, o campesinato deve ser percebido como pertencente a esse sistema de produção.

Na sequência, as alterações nas relações sociais e de produção no campo brasileiro foram dirigidas pelo avanço do café. O desenvolvimento da cafeicultura em pequenas proporções no norte do país, espalhando-se para as demais regiões brasileiras, teve seu apogeu a partir de 1870, no oeste paulista, precisamente nos municípios Campinas e Ribeirão Preto, cujos solos ricos e condições econômicas favoreciam aos imigrantes o êxito.

O cultivo do café teve início nos fins do século XVIII, mas seu momento de esplendor foi no século XIX. Segundo Guimarães (1989, p. 79), “durante o primeiro quartel do século XIX, os latifúndios cafeeiros já se haviam formado nos dois primeiros focos de irradiação no Rio de Janeiro. Ou seja, o café era agricultado em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, estados da Região Sudeste.

O açúcar era cultivado em toda a faixa litorânea do território brasileiro e era o principal produto exportado do período, sendo a base econômica do país. Porém sua exportação entrou em decadência no início do século XIX, devido à concorrência estrangeira. Contudo, melhorava sua posição no mercado interno. Esse período foi favorável ao país com a acumulação de capital, iniciando seu processo de industrialização.

Embora a economia açucareira tivesse dificuldades na exportação, o café vivia seu momento de crescimento. De antemão, pode-se dizer que o café “provocaria a implantação e

modernização dos transportes, acarretando um grande impacto sobre as paisagens e a economia brasileira. Contribuiria ainda para consolidar a posição de vanguarda, de dominância econômica da região Sudeste sobre o continente” (ANDRADE, 2007, p. 145 e 146).

Quanto à questão do trabalho nessa fase do país, Andrade (2007, p. 153-154) ressalta que

Abolido o tráfico, passaram os fazendeiros de café a utilizar mão-de-obra dos moradores e a intensificar a imigração de italianos, instaurando o sistema do colonato. Os italianos, oriundos em grande parte do sul da península, em consequência do desemprego aí dominante, decorrente da unificação política da Itália, formaram os grandes contingentes de imigrantes. Instalados no meio rural, desenvolveram as atividades agrícolas, transformando-se muitos deles, após uma ou duas gerações, em sitiantes e fazendeiros de café. Entre os migrantes muitos operários, desempregados, forneceriam também a mão-de-obra qualificada necessária a indústria nascente. Nas demais regiões do país, onde os rendimentos agrícolas não eram suficientes para permitir uma política migratória, passaram os proprietários de terra a intensificar a utilização da mão-de-obra dos chamados moradores.

A agricultura cafeeira começa a ter uma produção cada vez maior, com seu preço elevado e sua ampliação no campo.

O país já possuía uma mão de obra assalariada com a chegada dos imigrantes para trabalhar na produção cafeeira que trazia consigo conhecimentos relacionados à indústria. Esses fatores possibilitaram o nascimento de um mercado industrial interno junto às inovações que chegavam, tais como ferrovias e navios movidos a vapor. Assim, segundo Guimarães (1989, p. 81), “uma particularidade histórica da expansão do latifúndio cafeeiro é que ela se processa na época em que, no mundo inteiro, estava em pleno florescimento do capitalismo industrial”.

Com a intensificação da produção e o aumento da exportação no século XIX, o país chega ao século XX conectado ao sistema capitalista. Porém o monopólio da terra com atividades monocultoras permanecia, enquanto os espaços para a agricultura camponesa foram reduzidos.

No Nordeste, a cultura da cana ainda se fazia de forma tradicional, os trabalhadores das lavouras moravam próximos aos engenhos sob o domínio do proprietário, onde tinham o direito de cultivar uma pequena parte da terra, mas, para isso acontecer, forneciam, por ano, dias de trabalho árduo e gratuito no canavial.

O fumo também era desenvolvido nessa região, nas áreas de solo silicosos, enquanto na região Norte a indústria extrativista tornava-se cada vez mais importante a partir de 1870, com o chamado ciclo da borracha, que se deu até 1907, contribuindo para o processo de organização econômica do espaço amazônico.

Na região Sul, pode-se falar que a partir do começo do século XX, os estrangeiros que migraram para lá desenvolveram a agricultura camponesa. Segundo Andrade (2004, p. 71), “o campesinato ganharia maior importância depois da imigração de agricultores para o Brasil, organizada pelo Governo português”.

Já na região Sudeste, o desenvolvimento da lavoura do café trouxe a necessidade da construção de estradas e portos para o escoamento da lavoura, acarretando em melhorias na infraestrutura. Mesmo com o desenvolvimento na lavoura cafeeira, o país se mostrava atrasado até meados do século XX, quando se iniciaram as preocupações políticas a respeito da modernização da agricultura.

No mesmo ritmo de crescimento, o Brasil acabou por contrair dívidas para aumentar o seu campo industrial, e teve que ampliar a exportação, logo, também a sua linha de produção.

Os meios usados para produção, até então artesanal, passaram a ser substituídos por meios mecânicos, produzidos em ferro e aço, fazendo, desse modo, um novo tipo de relação no mercado econômico. Como aborda Silva (1996, p. 4), “a industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do homem com a natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho”.

Em síntese, a economia colonial fundou-se em dois pilares: de um, o capitalismo utilizava as formas de produção nativas para fazer os nativos produzirem mercadorias, de outro, a produção de produtos tropicais baseada no trabalho escravo.

Com a proibição do trabalho escravo no Brasil, surgiu o colonato, que era caracterizado pelo trabalho livre, mas não pode ser visto como uma relação capitalista de produção, pois o colono era um trabalhador familiar e não individual. Houve uma concorrência dos produtos agrícolas da Europa com outras partes do mundo devido aos baixos preços dos importados. Os preços eram baixos por causa dos menores custos de produção e do elevado grau de exploração dos trabalhadores.

Para Oliveira (2007, p. 19), “nos anos de poucas colheitas, o camponês, sem dinheiro, passava a tomá-lo emprestado, e, para garantir o crédito, hipotecava as terras”.

No caso do colonato, o que há na prática é uma nova lógica para submeter os indivíduos que estão inseridos numa dinâmica de relação não capitalista de produção, justamente pelo modo que se dá a articulação entre o capitalista e o colono, caracterizando,

assim, uma relação social de exploração.

Como Bombardi (2004, p. 65) afirma: “nesse processo de expansão da agricultura capitalista, a estrutura fundiária brasileira, que historicamente sempre foi concentrada, passou a torna-se mais concentrada ainda”. Essa concentração de terras promove uma consolidação da questão agrária brasileira, a qual produz crescentemente trabalhadores rurais sem terra e denuncia a polarização entre o latifúndio e o campesinato, uma classe que vive em luta pelo direito de viver e produzir no campo. Expõe uma luta de classes que se aprofunda com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

2.2 Quem é o sujeito do campo: o camponês em discussão

À medida que a indústria urbana aumentou a procura pelo lucro, numa relação capitalista D-M-D (Dinheiro-Mercadoria–Dinheiro), passou a ser construído um novo mosaico sociocultural. Nesse caso, o camponês produz mais gêneros alimentícios para vender nas cidades sob uma lógica que inclui a entrega da produção, muitas vezes, aos atravessadores, fomentando uma estratégia de perversidade no campo, já que nesse processo a extração da renda da terra camponesa acontece, muitas vezes, submetida às armadilhas do capital. De outra maneira, o monopólio da terra nas mãos dos capitalistas permite a eles comprarem o trabalho livre de camponeses sem terra ou com pouca terra:

Segundo Karl Marx, esse fato deu ao capitalismo poder para extrair uma nova forma de lucro. Uma vez que os trabalhadores não possuem nem controlam os meios de produção, eles dependem dos patrões, que compram seu tempo em troca de salários. Os empregadores exploram essa dependência pagando aos trabalhadores apenas uma parte do valor do que eles produzem e conservam o resto — a *mais-valia* — para si mesmos sob a forma de lucro (JOHNSON, 1997, p.137).

A mais-valia (o trabalho social não pago ao trabalhador) está sempre intrínseca à forma de produção capitalista, proporcionando a exploração do homem em relação à venda de sua mão de obra.

Apesar desse quadro, quem é o camponês e por que ele demanda a terra como meio de trabalho e de reprodução social? O ponto de partida é considerar o campesinato possui sua essência baseada na lógica M–D–M (Mercadoria–Dinheiro–Mercadoria).

A condição camponesa em Alagoas, nas áreas de cultivo de cana, é validada a partir

do momento em que o trabalhador rural cultiva, nos pequenos sítios, a sua produção, estabelecida a partir das relações de parceria com os donos da terra para que se criem animais ou se produzam alimentos.

Quando se oferta trabalho no período da safra das usinas, a mão de obra camponesa é apropriada pelo agronegócio, permitindo a sua exploração alçada no pagamento de remuneração por peso.

É notório destacar que o arrendamento das terras dos plantadores de cana pelos camponeses para o plantio de alimentos é uma estratégia adotada pelo capital para oxigenar o solo continuamente utilizado para o plantio da cana-de-açúcar.

Não obstante, o termo camponês, no Brasil, não era usado até a metade do século XX para se referir o trabalhador rural. Enquanto que, na Europa e no Oriente, era comumente empregado para indicar a população que morava no campo e que se dedicava à produção agrícola.

É a partir da teoria geral do campesinato que Mendras (1978, p. 12-13) estabeleceu a afirmação de que, na Europa Ocidental:

A aparição e o desenvolvimento da feudalidade criaram um claro corte entre senhores e camponeses: os primeiros constituam a sociedade feudal, baseada no laço pessoal de homem para homem, que vivia do trabalho dos segundos, completamente dedicados a fazer frutificar a terra a que estão habitualmente ligados. Em seguida, as cidades e a burguesia (judiciária, comerciante e depois industrial) disputarão com a nobreza o controle da terra e submeterão os rústicos a uma nova subordinação. O direito de propriedade e o dinheiro tomam o lugar da servidão, do direito de polícia e do domínio eminente, essa superposição da feudalidade e depois da burguesia sobre a sociedade agrária transforma esta última em campesinato: na medida em que não há mais um senhor ou uma cidade, não existe mais camponês no sentido estrito que se dá aqui a esta palavra. Dez séculos depois, o triunfo definitivo da sociedade industrial faz cessar essa coexistência de uma sociedade camponesa e de uma sociedade envolvente. Toda autonomia das coletividades camponesas desaparece frente à sociedade urbanizada e industrializada, que não pode tolerar que em seu seio uma população tão importante se mantenha marginal e conserve sua lógica de produção e de vida.

Ao fazer tal afirmação, “Mendras se refere a uma civilização camponesa cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social” (WANDERLEY, 2013, p. 44).

Mendras (1978) define o tipo ideal de sociedade camponesa em cinco traços, tais como uma coletividade autônoma relativa frente a uma sociedade envolvente que as domina,

mas tolera; um grupo doméstico organizado econômica e socialmente; um sistema econômico de autarquia relativa, que possui relações internas de conhecimento e relações débeis com as coletividades circunvizinhas; uma função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Os cinco traços formam um modelo geral que identifica o camponês, e estes aparecem nas grandes civilizações, como a Mesopotâmia, que planeou a policultura, e o Egito, que desenvolveu técnicas ainda hoje lembradas. “Essas sociedades urbanas e o poder faraônico puderam conhecer sua esplendida expansão graças aos camponeses que dominavam” (MENDRAS, 1978, p. 15).

Oliveira (2007, p.11) nos chama atenção para que “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. O camponês deve ser visto como um trabalhador ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista”.

Martins (1981, p. 21) reforça que:

As palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta. Antes disso um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias.

O termo camponês usado neste trabalho não tem a mesma expressão usada na Europa, pois aqui o camponês é entendido como o trabalhador da terra e que, mesmo expulso dela, sempre retorna, ainda que em outra região.

A história do camponês se redescobre e se torna um desafio à economia industrial, passando, assim, por uma reviravolta de eficácia revolucionária e histórica, pois, “o camponês trabalha a terra para se nutrir” (MENDRAS, 1978, p. 44), comercializando o excedente para um mercado que o envolve.

Essa forma de produção da agricultura camponesa é o que vai diferenciar da agricultura capitalista. Enquanto a primeira desenvolve um trabalho do tipo familiar, usando algumas vezes a mão de obra assalariada em pequena escala, a segunda passa a usar máquinas e equipamentos para produção em longa escala e, assim, atender à demanda comercial.

Pode-se dizer que sempre existiram duas formas de desenvolvimento na agricultura do Brasil e que, segundo Gorender (1987), uma é o latifúndio, que se transformou com maior ou menor lentidão, em empresa capitalista no decorrer da história; e a outra é a pequena

exploração de caráter camponês-familiar independente (sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos).

Segundo Guimarães, referindo-se ao período colonial (1989, p. 216), “durante os três séculos, essa luta foi apenas esboçada, não passou de um movimento desordenado e espontâneo, porque ainda não estava formada, no sentido preciso do termo”, ou seja, os pequenos agricultores não tinham uma classe formada a ponto de enfrentar o latifundiário, que passa a surgir no século XIX, quando ganha forças.

No contexto social, duas modificações afetaram os camponeses: o fim da escravização negra, em 1888, ocorrida antes do fim da monarquia, e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o Estado, transformando-as em monopólio deste, que era controlado por latifundiários.

As lutas pela conquista de terras em meio às dificuldades de acesso a elas desencadearam os movimentos camponeses ora com efeito positivo, ora negativo. Entre eles, a Guerra de Canudos, de cunho religioso, que tinha como líder Antônio Conselheiro, que, por sua vez, tinha o objetivo de tornar a comunidade de Canudos sustentável, em meio à crise econômica que afetava a região do Sertão devido aos grandes latifúndios, além da seca que agravava mais ainda a crise, enquanto na região Sudeste, a cultura cafeeira formava uma elite agrícola, por causa do seu crescimento na exportação.

Outro exemplo foi a Guerra do Contestado, um conflito entre os camponeses e os poderes estadual e federal. Ocorreu no sul do país, de 1912 a 1916. Ganhou esse nome porque se deu em uma área de disputa territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Nessa área, gerou-se muita insatisfação dos camponeses sem terra, que, sob o comando do beato José Maria, armaram o conflito, mostrando que os interesses financeiros de grandes empresas e latifundiários ficavam acima das necessidades da população mais carente.

Já a Revolta do Formoso e de Trombas, no estado de Goiás, entre os anos de cinquenta e sessenta, onde os camponeses desenvolveram um território próprio, foi uma das poucas revoltas de cunho camponês que teve êxito no período republicano. Foi um dos movimentos mais importante do estado do Goiás, mas esquecido na história do Brasil. Segundo Martins (1981, p. 72),

Os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos, desenvolveram o trabalho coletivo do mutirão nos momentos de tensão mais aguda, para permitir que grupos de camponeses armados montassem guarda contra ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, encarregada de representá-los e organizá-los, para obtenção da propriedade da terra. [...] até 1964, a de Trombas e Formoso se

constitui num território liberado, de certo modo sujeito a governo próprio, uma espécie de governo popular; o que foi facilitado pela criação do município de Formoso, solicitação dos camponeses, além da eleição de José Porfírio como deputado estadual.

Outro movimento importante foram as Ligas Camponesas, que se desdobrou de 1955 até 1964. “Elas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade” (CAMARGO, 2006, p. 1).

As Ligas Camponesas surgiram no governo João Goulart e apoiaram os trabalhadores sem-terra que pagavam arrendamento aos latifundiários. Foram formadas inicialmente como Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), com a intenção de melhorar a produção das famílias dos engenhos.

A intensificação das Ligas ocorreu mediante uma decisão judicial aos lavradores, favorecendo a desapropriação do engenho e a distribuição das terras para as famílias, influenciando as lutas camponesas pela reforma agrária em vários países.

Na década de 1960, dividiram espaço com os sindicatos rurais. Tornou-se o movimento mais importante da época por apoiar a reforma agrária, cujas origens se relacionam com a ação do partido Comunista do Brasil no campo. Este foi o primeiro partido a levantar os problemas do povo camponês. “A mais famosa liga camponesa [...] foi a fundada no engenho Galileia com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco” (ANDRADE, 1989, p. 27). O ocorrido se deu quando os foreiros foram ameaçados de expulsão pelo então proprietário do engenho. A partir daí, as ligas foram se espalhando por todo país, ganhando mais força nas áreas que tinham camponeses ameaçados de expulsão por conta da expansão da cana-de-açúcar.

Paralelo a esse processo, em Alagoas, os trabalhadores rurais passaram a se organizar em associações e a reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários. Uma dessas organizações é a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado de Alagoas (FETAG AL). Tal mobilização iniciou-se em dezembro de 1963, mas o reconhecimento da federação se deu em 1964. A culminância dessa luta proporcionou a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), cujo objetivo permeou a resistência na vida no campo e a reforma agrária.

Esse movimento, caracterizado pelo sentimento de revolta e insatisfação dos camponeses, começou a preocupar o governo do regime militar, instalado em 1964, que criou o Estatuto da Terra com a promessa de uma reforma agrária. Mas essa promessa foi só para

abolir o movimento e acalmar os grandes proprietários. Assim, o governo conseguiu acabar com as Ligas Camponesas em 1964. Na verdade, dos principais objetivos do Estatuto da Terra, que eram a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, só o segundo objetivo pôde ser percebido já que foi atendido pelos governos, enquanto o primeiro não saiu do papel.

A ruptura do processo democrático sofrido pelo Brasil enfraqueceu as lutas no campo, permitindo a ofensiva capitalista para expansão de suas estratégias de lucro.

É evidente que a agricultura, quando se torna capitalista, aumenta os seus meios de produção, visto que se materializa com as máquinas e os elementos técnicos científicos. Desse modo, esses passam a ser os principais meios de produção e não mais a terra. Mas, na agricultura brasileira, como afirma Guimarães (1989, p. 35): “continua a caber à terra aquele papel predominante no conjunto dos meios de produção. Por isso na situação objetiva de nossa agricultura, dominar a terra, açambarcá-la, monopolizá-la significa ter praticamente o domínio total dos meios de produção agrícolas”.

A manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra, tão elevado no Brasil, aliado a uma rápida expansão da fronteira agrícola significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários, que iam perdendo as terras que possuíam, não tiveram nova oportunidade na agricultura. Em outras palavras, tiveram de se mudar para as cidades em busca de uma nova maneira (nem sempre satisfatória) de ganhar a vida.

É importante ressaltar a diferença da produção camponesa e da produção capitalista, pois, enquanto na primeira, o que produz entra no consumo direto do produtor como sustento, e o seu excedente como mercadoria que pode ser comercializada.

O método de acumulação do capital é algo global. As funções desempenhadas pela produção não capitalista surgem a partir do momento em que as empresas familiares submetem-se à produção por encomenda, ou seja, os pedidos de indústrias. Contudo, substituem-se as demandas dos trabalhos nos quais não foi investido capital para que houvesse a realização de alguns bens e serviços.

No que concerne à circulação dos bens industrializados, os comerciantes, atrelados à centralização do capital em diversos setores da economia capitalista promovem o rebaixamento do custo de produção do trabalho.

Com esse rebaixamento, o custo da força do trabalho assalariado permite a marginalização dos trabalhadores.

As relações capitalistas, ao adentrarem seja no meio rural seja no meio industrial, vão depender exclusivamente da separação do trabalhador e dos meios de produção. E sua

produção termina por reunir forças históricas da sociedade e desestabilizar a ligação entre o homem e a terra.

No capitalismo, o ser humano não se mostra como uma pessoa, mas sim como um produto de troca. Portanto não é a pessoa do ser humano que vale, mas sua força de trabalho, o quanto ele pode vender ou comprar. Por isso, como afirma Martins (1981, p. 157), “as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias, é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas”.

O campesinato é formado por agricultores caracterizados por serem trabalhadores que podem determinar o seu tempo de trabalho e seus dias. “Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” (OLIVEIRA, 2002, p. 72). Bombardi (2004, p. 59) explica que

Quando afirmamos que os camponeses são livres, pois determinam seu trabalho e a intensidade do mesmo e são, portanto, donos de seu tempo, estamos afirmando, na mesma maneira, que também eles são donos de seu território e constroem uma unidade territorial que se diferencia daquela na qual as relações de trabalho se dão de forma tipicamente capitalista.

Assim, a industrialização chegou ao meio rural, mas o fato é que ele não deixará de ser rural, e o campesinato, junto com o desenvolvimento industrial, ora se modernizou procurando sempre o seu lugar numa sociedade cada vez mais envolvida nas relações capitalistas, ora manteve-se buscando sua autonomia. Contudo, a modernização na agricultura tornou ainda mais forte, o latifúndio brasileiro.

A indústria e a agricultura eram processos que aconteciam separados, mas com o desenvolvimento da agricultura, os dois processos se uniram, pois o dono do capital também pode se tornar dono de terras. Oliveira *et al* (2004, p. 41, 42) explica que “isso se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para a indústria”.

Ainda, segundo Oliveira *et al* (2004, p. 42)

Um exemplo desse contraditório desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos

boias-frias que moram/vivem nas cidades. O outro exemplo se dá com os plantadores de fumo no sul do Brasil, que entregam sua colheita às multinacionais do cigarro. Nesse caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário da terra e trabalhador é uma única pessoa, os camponeses. Já nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens sociais: o capitalista industrial, o proprietário da terra-rentista (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês renteiro, que a família trabalha a terra.

Os dois exemplos mostram casos conflitantes no desenvolvimento da agricultura capitalista: no primeiro exemplo, o capital se territorializa; já o segundo mostra o capital monopolizando o território, mas sem se territorializar. Oliveira *et al* (2004) trata o primeiro modelo da territorialização do capital monopolista na agricultura e o segundo modelo da monopolização do território pelo capital.

Onde o capital se territorializa, há como consequência a saída dos trabalhadores do meio rural para a cidade para se tornarem assalariados, onde o desenvolvimento do capital irá atingir o seu grau máximo, ou seja, as relações constituídas são puramente capitalistas.

Sobre o segundo modelo, que é o caso da monopolização do território, Oliveira *et al* (2004, p. 42) explica que “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e, com ela, o campesinato como classe social”. São observadas, nesse caso, que o camponês sujeita-se às condições impostas pelo capital, mas suas relações não são capitalistas, o que significa dizer que o capital não é constituído puramente de relações capitalistas. Oliveira *et al* (2004, p. 43) afirmam que:

É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, renteiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir o seu capital.

Oliveira (2007, p. 40) explica, ainda, que “o caminho para entendemos a presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital”.

Quando os camponeses se inserem na lógica da relação entre Estado e capital, reestruturam sistematicamente sua condição camponesa, ou seja, desde o modo como se dará a oferta de sua mão-de-obra a partir de sua especialização, permitindo, nesse sentido, vender sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, a coexistência das relações de produção não

capitalistas.

Contribui para esta afirmação Santos (2005, p. 62) ao destacar que “novos objetos são criados para atender a novas funções”, mesmo com todo esse “aparato tecnológico”.

A lógica do sistema linear de produção favorece o mercado, maneja o trabalhador para atividades mais competitivas, guiando-o a um mercado consumidor forte, interconectado a processos industriais (agroindústria); com isso, muitos são os casos em que esse trabalhador sofre diante das perversidades impostas pelo grande sistema.

O sistema capitalista estrutura as relações que promovem a viabilização dos fluxos econômicos, políticos e sociais. Cria-se um conjunto de conexões que promovem a reorganização das atividades ligadas ao trabalho do camponês. Para Huberman (1976, p. 174), “o processo toma ao trabalhador a posse de seus meios de produção; um processo que transformará, de um lado, os meios sociais de subsistência e produção no capital, e do outro, os produtos imediatos em trabalhadores assalariados”.

A análise de Martins (1981, p. 170) contribui para mostrar a complexidade dessa questão: “mediante a compra e a concentração da terra o capitalista subtrai capital do processo social de produção, imobiliza o seu capital, prende-o à terra”. A concentração da terra faz com que o capital nela empregado pelo capitalista fique estagnado, não sendo rentável para o seu proprietário, visto que não é necessária a concentração de terra para que o capitalismo se aproprie da agricultura.

A renda da terra, ou seja, de parcelas de terras, até mesmo de diversos proprietários, faz com que o capitalismo se apodere delas, sem que haja necessidade de concentrar, pois, segundo Martins (1981, p. 168), “quando a terra é concentrada, ela não aumenta em nada a capacidade de produção do trabalhador, nem a capacidade do capitalista extrair mais-valia do trabalho agrícola”.

A instabilidade gerada quando a terra se torna mercadoria irradia entre os camponeses explorados dinâmicas que levam à continuidade da dependência em relação aos grandes proprietários de terra, seja a partir da oferta momentânea da força de trabalho, seja ao arrendar essa terra para a reprodução do capital.

O lavrador, por sua vez, mantendo seu trabalho organizado com base na família, entrega ao banco, anualmente, os juros do empréstimo que fez, garantindo a permanência na terra e a posse de seus instrumentos. Dessa forma, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem que o mesmo seja dono dela. “O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real para nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua”. (MARTINS, 1981. p. 176).

Esse processo irradia as lutas sociais entre os grupos de camponeses e as grandes propriedades que, aos poucos, abarcam toda a propriedade rural com o apoio do Estado, que lhes propicia condições de retorno da produção.

“Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso a terra; deve isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”. (OLIVEIRA, 2007. p. 67). O quadro a seguir apresenta alguns dos entraves à reforma agrária.

Quadro 03. Principais entraves para as transformações da agricultura brasileira no sentido de uma reforma agrária que não seja precária ou incipiente

| |
|--|
| No papel determinante que assume a propriedade da terra |
| Na persistência do latifúndio |
| No alto grau de exploração a que se submete. Seja a mão de obra familiar ou assalariada. |
| No fato de que, por maiores que sejam os meios e recursos envolvidos, os instrumentais de política não têm conseguido maiores progressos, a não ser em algumas culturas especiais e regiões privilegiadas. |

Adaptado de: SILVA, José Graziano. (1982).

É a partir da procura do mercado que as transformações são realizadas buscando inviabilizar a reprodução camponesa ao refutar a reforma agrária. O campesinato resiste, pois dele o capital necessita para a reprodução de suas estratégias, do plantio à comercialização.

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Na prática, afirma-se também nessa relação a condição da função social da terra conjuntamente direcionada às armadilhas do capital, ou seja, a própria legislação brasileira, de acordo com Delgado (2013, p. 57), constitui-se na

Articulação público-privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio.

Essa articulação inviabiliza o uso da terra destinada à produção de alimentos e a reprodução camponesa enquanto estratégia de sobrevivência frente à reestruturação da economia canavieira nos anos 2000.

Essa situação gera revoltas e conflitos, os quais se repetem em quase todas as regiões do país, cada uma com suas particularidades, mas com o mesmo objetivo, lutar pela terra.

Esse movimento se deu após vários anos de expulsão dos camponeses do campo. Impedidos do acesso à terra, passaram a contestar estrutura fundiária vigente. Organizados a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas.

O golpe militar colocou fim na reforma agrária, no entanto, ao final dos anos de 1970 e início de 1980, novas ocupações começaram a acontecer, reivindicando a reforma agrária em 1983. Dessa forma, iniciaram-se as ocupações de terra pelos movimentos dos trabalhadores sem terra, que depois, entre 1984 e 1985, unificaram-se, formando o MST.

Assim, em meio à luta e às reivindicações ao direito de acesso à terra e contra o seu monopólio, nasceu o campesinato. Alega Oliveira (2007, p. 11) que “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador que quer entrar na terra”, pois em relação à terra, ela

Não se constitui em um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias não se trata de algo produzido pelos homens, ou pelo capital. Não pode ser submetida às leis do capital. A terra não gera lucro, como o faz o capital, mas sim renda. O preço da terra no modo capitalista de produção aparece como juro do capital com que compra a terra, e por conseguinte, o direito à venda. É regulado pelo montante da renda da terra e pela taxa média do juro no mercado de capitais. Preço da terra tem mesmo caráter irracional no processo capitalista de produção, pois a terra mesmo sem produzir “valoriza-se”. (OLIVEIRA, 2007, p. 63-64).

Na prática, a partir do modo como a renda da terra é apropriada pelo capital, inviabiliza-se a aplicabilidade da reforma agrária no Brasil, pois ela

Não altera a essência desse modo de produção, e sim tenta remover esta irracionalidade que a propriedade da terra exerce na produção agrícola, impedindo-a de produzir. Nem a nacionalização conseguiria eliminar integralmente todas as formas de renda. Discussão referente à reforma agrária põe em questão a discussão sobre a propriedade privada da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 63-65).

A história do Brasil se fez diante de grande desigualdade social, e a formação de grandes latifúndios, os quais estiveram presentes no meio político e econômico e se mantêm até os dias atuais, agrava o problema.

O camponês é, nessa história um ator social, com um passado de lutas cuja característica principal é a forma como se organiza socialmente, ora respondendo aos interesses capitalistas, ora sendo totalmente contrário a eles.

É evidente, pois, que a modernização do campo deu-se de forma impiedosa, causando um impacto social muito grande no Brasil.

Gradativamente, o processo de industrialização da agricultura foi se concretizando, visando à produção para exportação, transformando grandes propriedades em verdadeiras empresas. Nessa situação, conforme diz GONÇALVES NETO (1997, p. 109), “restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, à marginalização, o esfacelamento ou a venda e a emigração para os centros urbanos”.

Muitos fatores contribuíram para a população rural se deslocar para áreas urbanas, tais como mecanização, uso da violência para desapropriação das terras ocupadas por parceiros, agregados, posseiros, etc., fazendo surgir os trabalhadores sem terra, caracterizando de forma marcante a migração rural. O camponês segue lutando pelo acesso à terra em pleno século XXI, criando e recriando o seu modo de produção em meio ao processo de produção capitalista.

O trabalhador camponês está submetido ao mercado, mesmo assim, podemos afirmar que inúmeros são os grupos que persistem negando essa lógica. Assim, não podemos afirmar que o campesinato tenderá a desaparecer, mas, sim, encontra-se subjugado aos interesses do sistema de produção, que flexibiliza relações de trabalho diante dos interesses do grande capital, criando, assim, uma multiplicidade de territórios em conflito e, dessa maneira, produz diferenciação no/do espaço geográfico.

O estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção é caracterizado pelo debate político e econômico e requer atenção especial. É preciso entender as inúmeras transformações que o campo vem sofrendo, as quais redefinem toda a estrutura socioeconômica e política no campo alagoano.

CAPÍTULO 03

3. ESTADO E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

A discussão da relação existente entre o Estado e o agronegócio está exposta a partir do modo como o Estado, no tempo e no espaço, torna-se provedor das atividades produtivas. Logo, o Estado não é neutro: visto que se coloca como responsável pelo bem-estar social, atrela-se às intencionalidades da lógica do capital e também as fortalece.

Harvey (2005, p. 77) afirma que

Atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. No entanto, não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.

Logo, o Estado é produto de um processo histórico socialmente produzido. O Estado tem como intuito o estabelecimento de relações opressoras que confluem a sua funcionalidade a modos e a relações de produção. Ele estimula a luta de classes e seus antagonismos inconciliáveis.

É essencial destacar que o atual modelo de desenvolvimento reforça a alienação, acentuando no capitalismo a articulação entre as instâncias jurídicas e políticas, retroalimentando, assim, o poder do Estado.

O direito da propriedade privada, para Harvey (2005, p. 84),

Constitui a base do poder econômico, mas, sob o sufrágio universal, os privilégios da propriedade privada são substituídos pelo poder correspondente a “uma pessoa, um voto”, que constitui a base imediata do poder político. Sob essas condições, o relacionamento entre interesses de classe economicamente concebidos e o Estado enquanto entidade política se torna especialmente nebuloso, o que, naturalmente, é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses. Nessas condições, a riqueza também precisa empregar seu poder de modo indireto.

Ao deter a posse da propriedade privada, obtêm-se o poder de dominação sobre as outras classes, pois o próprio sistema capitalista caracteriza-se pela dominação de uma classe sobre a outra. Também se configura como sinônimo de poder econômico, porque,

principalmente, tem o Estado como uma superestrutura a seu favor, que mantém intacta a lógica do sistema, em que as ações são voltadas para os interesses das classes dominantes – estas que são legitimadas pela falácia de que o Estado age para o bem comum.

Para Harvey (2005, p. 89),

A concepção do Estado como forma superestrutural que possui sua base num modo particular de produção (nesse caso, o capitalismo), é perfeitamente adequada para o propósito da análise teórica, mas tal concepção se mostra bastante inadequada ao ser projetado ingenuamente ao estudo da história das sociedades capitalistas reais.

Compreende-se que as formas e os modos de funcionamento do Estado foram se modificando – de acordo com o amadurecimento do capitalismo. Logo, pode-se interpretar o Estado como sendo uma importante ferramenta de legitimidade do sistema capitalista, ou seja, um elemento ativo da história.

O Estado pode mudar de acordo com o desenvolver do capitalismo, já o capitalismo sempre dele necessitou, bastando analisar, na história, sua estreita ligação com o Estado para desenvolver-se. Esse Estado capitalista apresenta-se como uma instituição que, no plano da aparência, busca o bem comum, mas, na verdade, serve para legitimar os interesses da classe dominante.

Harvey (2005, p. 82) afirma que

O Estado e, em particular, o sistema legal, possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário [...] estão todos dentro do campo de ação do Estado. (HARVEY, 2005, p. 82).

O modo como se encontram dispostas as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo, no contexto da reestruturação produtiva, dispõe para a classe trabalhadora dilemas e contradições que tendem a enfraquecê-la. Esse processo é responsável pela redução da utilização da mão de obra no campo, dada a evolução tecnológica atrelada também às institucionalidades promovidas pelo Estado a partir de um conjunto de legislações específicas.

Se o Estado representa os interesses de uma classe social específica, as políticas públicas, ao direcionarem suas ações, no atual modelo de desenvolvimento, a partir do modo como o capital redistribui poder adotando estratégias para a desconstrução do processo de luta

e emancipação política do homem, reafirma a conotação do Estado como regulador de uma estrutura hierárquica de uma dada sociedade. Nesse sentido, afirma-se a condição do Estado como fio condutor das contradições de classe.

O Estado, essencialmente funcional ao capital ao estimular práticas mercadológicas, coopta as técnicas para serem adequadas aos seus interesses. O caráter político do território diz respeito também ao fato do Estado agir como gestor principal deste, ou seja, o Estado age como instância de poder máximo sobre o território nacional. Logo, o Estado é uma superestrutura que sempre comportou uma política econômica nacional, em que, atualmente, tem por objetivo alcançar a racionalidade e a eficiência do mercado.

Na prática, esse novo modelo de Estado busca torná-lo categoricamente uma propriedade exclusiva do capital, uma vez que este é cada vez mais manipulado para tal fim.

3.1 Uma relação de comprometimento com a agroindústria canavieira no Nordeste

Estimulados pela Revolução Comercial, aproximadamente entre os séculos XII ao XVIII, e pela necessidade de obter produtos diferenciados, os portugueses, localizando-se em excepcional posição geográfica na Europa, buscaram novas rotas comerciais, visando não apenas às especiarias, mas também minerais, durante o metalismo do mercantilismo, período compreendido entre os anos de 1453 até 1789, cujo intuito era a acumulação de capitais. Ou seja, por decisão do Estado português, através dessa acumulação, a metrópole desenvolveu seu sistema de transportes e urbanização. Sendo assim, tal acumulação facilita à metrópole desenvolver seu sistema de transportes e urbanização. O processo colonizador foi, acima de tudo, de expansão capitalista¹⁴.

Para as viagens no Atlântico, era necessário formar esquadras de caravelas, que, nesse período, era algo muito acima de seus padrões de vida. Naquela época, só os reis tinham recursos suficientes para custear tais embarcações, pois, além de serem autoridades fortes com a criação dos Estados Nacionais, também contavam com autorização para a cobrança de tributos de seus súditos.

O exemplo histórico mais notório da realidade econômica e social dessa Era, foi o Estado Nacional na França sob o reinado de Luís XVI, conhecido pela sua máxima “*L’Etat*

¹⁴O monopólio árabe-italiano sobre o comércio com o Oriente fazia com que o preço das especiarias permanecesse muito elevado. Para o restante da Europa, era necessário conseguir uma nova rota comercial com o Oriente, a qual possibilitasse baratear o custo daqueles produtos tão cobiçados. Para isso, não havia outro caminho senão navegar pelo tenebroso e desconhecido Oceano Atlântico.

c'est moi''.

Os portugueses chegaram às terras do Novo Mundo, o Brasil, em 1500. Nesse primeiro momento, motivados pelo declínio das relações comerciais com o Oriente, buscaram alternativas para reduzir a dependência comercial introduzindo nas terras em que aportaram a cana-de-açúcar. É sob a égide dessa cultivar que o território brasileiro é (re)organizado e (re)produzido.

Os primeiros modos de organização do território brasileiro se pautaram no Tratado de Tordesilhas, documento de 1494. Portugal, a partir de 1530, passa a ter direito a frações do que hoje corresponde o território brasileiro, ou seja, o correspondente a frações dos estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e à totalidade dos estados do Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe. Para ocupar esse território, estabelece-se o sistema de Capitanias Hereditárias – divididas em quinze faixas de terra, desconsiderando-se os aspectos naturais, e observando apenas os políticos.

As terras das capitanias eram doações de grandes lotes a nobres e a detentores da alta hierarquia empresarial portuguesa. Esses indivíduos, embora tivessem autonomia, deveriam resguardar os direitos de Estado. Com intuito da defesa ao que na terra era produzido, foram estabelecidas a fundação de vilas, o recolhimento de impostos para a metrópole, a distribuição de sesmarias¹⁵ aos livres de mediana hierarquia social e escravos negros e indígenas, permitindo que a lógica da relação de domínio se estabelecesse.

De um modo geral, havia uma organização jurídica, definida pela Metrópole/Estado, que obrigava os comerciantes dessas áreas ao pagamento de impostos.

Os valores recolhidos dos impostos pagos à Coroa Portuguesa reforçavam a condição de sujeição do território em formação, fortalecendo o processo de acumulação de capitais pela Colônia ao inviabilizar investimentos no território brasileiro.

A imposição de foros, nas sesmarias do Brasil, equivalendo a uma apropriação legal do respectivo domínio direto, feria de frente esse preceito e inaugurava, entre nós, o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de

¹⁵As sesmarias foram terras destinadas à produção, para combater a crise europeia impulsionada pela peste negra, que assolou o continente. Os sesmeiros tinham apenas a posse da terra, mas não o domínio. Os índios capturados ou considerados sedentários e com interação social minimamente estabelecida eram considerados reserva da força de trabalho podendo ser recrutados em ocasiões onde houvesse maior demanda para mão de obra na agricultura, ou como investimentos de combate contra outros índios. Também houve a existência de negros neste contexto – venda ou troca. Suas terras conquistadas eram doadas em sesmarias para pessoas influentes, gerando os primeiros latifúndios, inviabilizando o acesso à terra até hoje.

concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio. Isso não se fez, no entanto, sem controvérsia e discussão. (LIMA, 1990, p. 43).

Com essa atitude, o governo português monopolizava a extração do pau-brasil e reafirmavam a condição de concessões das sesmarias: “Na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si”. (LIMA, 1990, p. 42).

O processo de apropriação do território brasileiro perpassa pela contínua expropriação do território à lógica do capital. Essa expropriação é permitida pelo aparato jurídico construído ao longo dos anos, cujo intuito reforça a condição de subordinação do território ao agronegócio da cana em Alagoas.

Para Lima (1990, p. 47):

Esta simplicidade no processo, e aquela nitidez nas providências de legislação, podemos nós, presentemente, descobri-las, mas recuados como estamos, de séculos, na perspectiva da história. Nos próprios quadros da época, todavia, a legislação e o processo das sesmarias se complicam, emaranham e confundem, sob a trama invencível da incongruência dos textos, da contradição dos dispositivos, do defeituoso mecanismo das repartições e ofícios do governo, tudo reunido num amontoado constrangedor de dúvidas e tropeços.

É entre 1763 e 1822, durante a época em que a Corte Portuguesa e a do Reino Unido mantinham relações de cunho geopolítico estritas, que o agronegócio da cana obteve, sob o aval do Estado, investimentos que perpassavam pela instalação de modais logísticos cujo intuito permitia a maximização do processo da produção ao escoamento, bem como subvenções que propiciavam a reestruturação produtiva do setor a partir da modernização do parque industrial.

Com a chegada do Príncipe D. João VI à Bahia, em 24 de janeiro de 1808, o Brasil começa a abrir seus portos para os países vizinhos, deixando livre toda atividade comercial, que, no período em questão, seria apenas autorizada em Portugal, permitindo, dessa forma, a entrada de produtos estrangeiros, processo que viria dar criação à aduana brasileira. Nesse percurso, para Lira (2007, p. 43) o Estado continua

Apoiando a atividade açucareira, principalmente no âmbito financeiro, com créditos fornecidos pelo Banco do Brasil que, criado em 1808, era uma

instituição poderosa no auxílio aos senhores de engenho, sobretudo liberando empréstimos para comprarem terra e aumentarem a produção.

Entretanto, o que mais traria despesas para os cofres públicos seria nada mais nada menos que a chegada da Corte Real ao Brasil, que alterou o modo como se auferiam os tributos, bem como criaram novos, estipulando a formação de novos serviços e, com isso, possibilitou o aumento, a cada novo serviço prestado, via uma modalidade que hoje chamamos de taxa.

A não aplicabilidade desses impostos no território brasileiro inviabilizou, ao longo dos séculos, uma série de investimentos que poderiam promover o país a um patamar menos desigual. Logo, como contributo à concentração de renda, os impostos só favoreciam a Família Real e aos que com ela mantinham relações.

Com o período contemporâneo, vieram o crescimento das percepções de sociedade e a elaboração de cartas, regidas por normas constitucionais. Desse modo, as arrecadações passaram a ser estabelecidas, tendo como objetivo final o bem-estar social. Através disso, desde então, foram sendo elaboradas normas e regimentos com a finalidade de se arrecadar os tributos de forma lícita, a fim de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Foi somente após a decretação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 que foram traçados os limites e os fundamentos do Direito Tributário Nacional. A partir de então, sucederam-se as disposições que criaram, alteraram e suprimiram tributos, modificando as competências tributárias.

A ocupação do território da nova terra foi facilitada pelos aspectos naturais dos rios e de seus afluentes no Nordeste brasileiro, favorecendo o avanço da agricultura de mantimentos. A pecuária teve que se desenvolver no interior, pois afastados do litoral, composto em variados recortes do espaço geográfico brasileiro por cana-de-açúcar, teria a produção mínima, caso os animais compactassem o solo devido ao peso.

O interesse do Estado português pelas condições naturais apresentadas no Nordeste brasileiro tornou essa região, desde o período colonial, a principal produtora de açúcar até as primeiras décadas do Brasil República, só então perdendo sua hegemonia para o Sudeste, em especial para o Estado de São Paulo no final do século XIX, a partir do acréscimo da demanda internacional atrelada às necessidades internas.

Para Lima (1990, p. 22), “no caso brasileiro, no primeiro momento temos a Coroa Portuguesa como sócia dos produtores de cana-de-açúcar incentivando o processo produtivo

dos vegetais, a fundação dos primeiros engenhos¹⁶ entregando-lhes também aparato militar” para que o produto final fosse comercializado com êxito na colônia.

A cana-de-açúcar propaga-se pelos seus brotinhos que, plantados como a nossa videira, crescem até atingir a altura de doze pés, quando lançados em solo fértil e limpo. Seis meses depois de plantada a cana, aparece-lhe no topo uma semente de cor castanha; está, então, no ponto de ser cortada, pois, se ficar mais tempo na terra, o caldo seca e azeda. Se ingerido logo depois de extraído, o caldo de cana solta os intestinos. Os terrenos baixos são muito mais convenientes que os morros para a cultura da cana-de-açúcar. O ideal é plantá-la nas regiões ribeirinhas, facilmente inundáveis por ocasião das enchentes. Existe um certo verme negro alado a que os nativos dão nome de “Guirapeakoka” e os portugueses chamam “pão de galinha”, que infesta os canaviais. Quando o terreno é úmido, esse inseto ataca e destrói as raízes. O açúcar proveniente da cana não se consegue sem grande esforço e trabalho, e, no seu fabrico, empregam-se numerosos escravos que trabalham sob às vistas dos feitores a serviço dos senhores de engenho. Estes eram, na maioria portugueses, pois os holandeses jamais conseguiriam se aperfeiçoar na produção do açúcar. (NIEUHOF, 2004. p. 344).

No segundo momento, a Coroa Portuguesa além de incentivar a produção de cana, impõe limitações e taxa a lucratividade dos engenhos, com o intuito de controlar ainda mais o que é produzido não permitindo comercializações com outros países.

No terceiro momento, no século XIX, a política liberal é adotada permitindo à iniciativa privada o controle da produção, a comercialização dos produtos e derivados da cana, bem como o estímulo à modernização tecnológica por meio da automação¹⁷. Este momento é configurado como sua fase menos sofisticada.

Em 1850, é desenvolvida a Lei n. 601, de 18 de setembro, que mantinha relações com o anterior regime de terras – sesmarias – e lidava também com novas providências instituídas às relações que envolviam as terras brasileiras, a fim de assegurar a execução de providências relacionadas a indenizações, legitimidade da posse, medição da sesmaria ou concessões, e à durabilidade dessas legitimidades, Lima (1990, p. 67) destaca que

¹⁶Significados para os variados tipos de engenhos: banguê: movido por tração animal ou água, em que se fazia a evaporação da garapa nas caldeiras; copeiro: a roda é movida pela ação da água nos cubos ou copos; de fogo morto: engenho parado; Real: engenho hidráulico (movido a água) de grande capacidade produtiva; central: concentração da produção em grandes usinas; trapiche: engenho movido por tração animal. Fonte: Diégues Júnior (2012). Adaptado pelo autor (2016).

¹⁷Também chamada de Maquinização, consiste na modernização do processo produtivo de forma que o esforço físico e mental do ser humano aplicado na realização de determinadas operações seja substituído pela máquina, que passa a desempenhar suas funções sem a interferência imediata do trabalhador, que se torna um supervisor do trabalho, pois coloca a máquina para funcionar e fica aguardando o final da operação para intervir novamente no processo. Podemos exemplificar com a produção de um eixo cilíndrico: se antes o trabalhador precisava ser um hábil ferramenteiro e limar o material, fazendo usos abaulados, até conseguir arredondar o material preso a uma placa giratória que uma ferramenta de corte o desbasta, transformando-o em um cilindro perfeito. Existem também a automação flexível e a automação rígida. (ALMEIDA NETO, 2003. p. 07-08).

A lei estabeleceu a pena de comisso, cominada aos que não cuidassem de cumpri-las, nos prazos, para esse efeito, marcados pelo governo (art. 8º). Por exceção, as posses ocupadas com cultura efetiva não ficavam sujeitas ao comisso (art. 8º, *in fine*). Não obstante, deveriam ser legitimadas como as demais, porquanto a lei, com relação a todas, vedou a alienação e a constituição de hipoteca, sem que houvesse sido já expedido o título de legitimação (art. 11).

O intuito da instauração da Lei de Terras era organizar a classe latifundiária, fortalecer os investidores da região Sudeste que se organizavam para a produção de outros cultivos e para a prática da pecuária, permitindo a reestruturação do mercado interno de trabalho com a vinda de estrangeiros. A lei fora moldada para o Brasil, embora não atendesse a sua realidade.

Em algumas áreas do território nacional, durante o Império, desenvolveu-se a concessão de pequenos lotes de terras a grupos estrangeiros, que formaram colônias em áreas isoladas e muitas vezes localizadas nas proximidades das terras indígenas, para garantir a ocupação portuguesa. Esses fatos e a defesa dos direitos da elite latifundiária, agroexportadora, determinaram a promulgação da Lei de Terras, que estabelecia o processo de compra e venda para a aquisição de propriedades.

O impedimento do acesso à posse da terra por grande parte da população rural pobre criou problemas entre proprietários e não proprietários no início do século XIX, e que tendiam a se intensificar ainda mais com a abolição da escravatura.

No século XIX, ocorreram avanços tecnológicos no setor agroindustrial canavieiro, contando com os processos que envolvem a extração do caldo e o uso do bagaço para a produção energética. No contexto brasileiro, esse avanço foi considerado tardio, uma vez que países concorrentes, como Alemanha, Austrália e Índia, estavam à frente por não terem se prendido a tecnologias agrícolas consideradas rudimentares.

A tardia modernização se deu pela continuidade da utilização de muita mão de obra a baixo custo no Brasil, bem como baixo valor das terras, reforçando o atraso tecnológico brasileiro.

O custo final da produção e dos valores a partir da venda em nada possibilitava aos donos de engenhos a aquisição de equipamentos sofisticados mediante a política cambial que os desfavoreceu, embora somente a partir de 1870 introduziram-se timidamente equipamentos movidos a vapor.

Os mercados importantes para o açúcar motivaram a continuidade da utilização da mão de obra de escravos. Esse é considerado um dos principais fatores que possibilitaram a inserção do Brasil na lógica das células de produção, que consistia, para Almeida Neto (2003,

p. 14), na reunião de “trabalhadores de diferentes profissões, que se organizam em função do trabalho a ser realizado”.

É no centro de usinagem que as células de produção encontram-se dispostas e realizam o processo de beneficiamento da produção da cana. Para que esse processo tenha se estabelecido, fez-se necessária a modernização do parque industrial, que permitiu a retroalimentação do capital pelos canavieiros, pois se tratou de um investimento em médio prazo que propiciou a diferenciação entre os participantes do processo de produção à venda dos produtos derivados da cana.

Os choques externos decorrentes da expansão da produção de açúcar e de álcool condicionaram processualmente a reestruturação do agronegócio da cana-de-açúcar a partir de sua modernização tecnológica no final do século XIX. Para tal, tornou-se necessária a desativação dos engenhos ou sua modernização, bem como o início da produção diversificada de vários tipos de vegetais, viabilizando novas frentes produtoras, a exemplo do café e do algodão, dentre outras. Para Lima (2014, p. 23), esse processo “incentivou a desvalorização das moedas estrangeiras viabilizando não apenas a exportação de produtos derivados da cana, mas também sua importação”.

Conjuntos de leis condicionaram a estrutura fundiária a estar vinculada a um conjunto específico de famílias, a exemplo da Lei Provincial Alagoana, de 03 de maio de 1875¹⁸, e da Lei do Governo Imperial n. 2.687, de 26 de novembro de 1875¹⁹. Embora existissem leis específicas sobre o uso da terra, não existia a institucionalidade por parte do Estado que beneficiaria o setor canavieiro. Sabe-se também que os empresários estrangeiros aufeririam mais lucratividade por deter o domínio do poder econômico sobre os produtores que teriam de tornar-se exclusivos plantadores da matéria-prima que necessitava ser beneficiada pelos Engenhos Centrais.

A competitividade continuou acirrada até a década de 1880, tendo como pano de fundo a desvalorização das taxas cambiais, permitindo ao Estado intervir na economia, subsidiando, assim, a modernização dos donos de engenhos banguês, que se dotaram de estratégias nas quais se incluem a redução de custos operacionais para, com isso, obterem crédito em praça, maximizar a produção e também, se possível, comprar áreas dos fornecedores. Diégues Júnior (2012, p. 109) afirma que

¹⁸Que autorizou a construção de empreendimentos em três zonas regionalizadas localizadas atualmente nas mesorregiões do Agreste e Leste alagoanos.

¹⁹Autorizava a construção e a administração de engenhos, mas que nunca foram concretizados em Alagoas.

O domínio que a monocultura açucareira logo assumiu na economia alagoana, veio facilitado não só pela riqueza que a produção canavieira proporcionava, mas também pelas condições adequadas de terreno para o cultivo da cana. O solo, pela água e pelo terreno de massapé, e o clima das Alagoas permitiram o fácil desenvolvimento da cultura no território alagoano.

Para Santana (1970, p. 305), a decadência dos engenhos banguês, especificamente em Alagoas, foi decorrente de

Causas como o baixo rendimento industrial, falta de inovação e métodos arcaicos de trabalho. No ano de 1875, os 235, dos 404 engenhos da província ainda tinham suas moedas movidas por tração animal, contra 151 que se movimentam com água e apenas 18 a vapor. Ausência de recursos ao setor após iniciado o ciclo do café.

Contudo, reafirma essa situação perpassando pelo desinteresse dos filhos dos proprietários pelo trabalho com o açúcar, pois os mesmos tinham inclinação para a vida nas cidades e o exercício de profissões tradicionais para a época. Por ostentação, os proprietários se endividaram por não administrarem os recursos que amealharam anteriormente, e também para manutenção do *status* social. De acordo com o ditado popular: “*pai rico, filho nobre, neto pobre*”, explicando assim, segundo Santana (1970, p. 305), a razão da situação de decadência dos engenhos no final do século XIX.

Em alguns desses processos, percebe-se que o dono de engenho metamorfoseia-se em usineiro por dotar-se não apenas de um único recorte do processo produtivo, mas da produção à comercialização direta, os considerados Engenhos Centrais. Em casos específicos, percebe-se a compra de terras brasileiras por estrangeiros, como ocorreu em Alagoas.

Em via de mão dupla, o processo de modernização consistia, para Lima (2014, p. 31), “ora em centralizar todo o processo produtivo bem como separá-lo, o verticalizando permitindo a classificação e o estudo do papel de cada um dos indivíduos inclusos da produção à venda a partir de modelos franceses e antilhanos”.

Na nova lógica, os senhores de engenho exerceriam um novo papel. Seriam eles os responsáveis apenas pelo plantio e pela venda da cana madura mediante contrato. O beneficiamento estaria a cargo de grupos econômicos dotados de infraestrutura industrial, a usina e a destilaria, responsáveis por processar a cana.

De modo hierarquizado, a comercialização obteria segurança, pois os grupos econômicos que processam a cana têm, em sua gênese, investimentos de capitais estrangeiros,

o que possibilitaria maiores flexibilidade e alcance global do que eram produzidos.

O modelo de modernização, embora contivesse subsídios através de legislações provinciais e federais que facilitavam esse processo de inserção de capitais estrangeiros no país, foi considerado um fracasso devido à baixa produtividade.

Para Lira (2007, p. 57), os industriários estrangeiros estariam dependendo da estabilidade dos preços da cana de fornecedores para comprá-la, a valores mais baixos, sendo que o produto beneficiado teria um valor acrescido, possibilitando, assim, uma maior lucratividade. Logo, esses fornecedores perderam, no decorrer dos anos, seu poder político e econômico, como decorrência da perda do controle de todo o processo produtivo.

Frente ao quadro da estrutura fundiária em 1889, com o aval do Estado brasileiro, o agronegócio da cana-de-açúcar revigora-se ao permitir investimentos diretos do capital estrangeiro que incrementem, a partir de novas técnicas, iniciando-se com o modo de se plantar as atividades relacionadas ao parque industrial.

Mediante o fracasso da experiência da década anterior, eis que a partir de 1890, uma nova configuração do Complexo Canavieiro é estruturada com a participação dos governos estaduais, utilizando-se de legislações específicas que beneficiavam os produtores de cana. Essa experiência trouxe à tona o atrelamento do poder político ao poder dos senhores de engenho nordestinos, principalmente porque, ao aglutinarem a estratégia de acumulação extensiva, seja de terras, seja de capitais, afastaram circunstancialmente os investidores estrangeiros, permitindo aos brasileiros mais benefícios. Dentre eles, destacam-se a construção de unidades centrais de beneficiamento intituladas usinas, que tinham os produtores como responsáveis pela integração produtor-indústria, possibilitando o domínio sobre a lucratividade de toda a comercialização externa.

O jogo político germinado na década de 1890, para Lima (2014, p. 48), “desencadeou a conformação do chamado Ambiente Institucional”, pois o Estado não financiava apenas a implantação da fábrica, mas também a compra das terras, ou sua expansão, plantio e técnicas, bem como as obras infraestruturais, entre as quais também se incluem as estradas de ferro e as rodoviárias. Embora na teoria essas subserviências sejam processualmente compreendidas como um contínuo, não ocorreram de modo ordenado, pois houve inúmeras fraudes e a fiscalização era precária e incipiente.

A heterogeneidade tecnológica da produção açucareira permitiu também a diversificação do preço de venda nos mercados interno e externo, pois alguns dos pequenos produtores de cana persistiram em meio ao processo de metamorfoseamento de engenhos em complexos agroindustriais complexos – usinas – configurando a luta pela terra e pelo lucro

entre os agricultores produtores de cana e os industriais da cana. Desse modo, concordamos com Lima (2014, p. 36) ao enfatizar que “o processo produtivo no que concerne a conflitos existia apenas entre os produtores e usineiros nacionais”.

Com a diversificação da produção agrícola no sudeste brasileiro, o mercado interno passa a ser o nicho de mercado dos produtores nordestinos. É neste momento em que o mercado externo deixa de comprar os produtos de baixa qualidade, desencadeando o barateamento do açúcar brasileiro, concorrente do açúcar produzido a partir da beterraba europeia, embora houvesse avanço tecnológico no parque industrial açucareiro nacional.

A partir da década de 1900, a produção nordestina focava-se no açúcar mascavo. Em meio a conflitos entre os comerciantes e refinadores sobre o modo como o preço seria fixado no mercado interno, tendo como base os conflitos, havia suspeitas de manipulação nos preços pelos produtores com maior poder político e também na quantidade de produtos estocados nos trapiches.

Nota-se que, caso o Brasil não se esforce para modernizar ou reestruturar o modo como se produz açúcar, naquela década seria incapaz, seja de absorver a produção interna, seja de escoar a produção para outros países devido à superprodução, o que levava o setor à estagnação por alta oferta e pouca demanda, levando também a diversificação de produção, desativação dos engenhos e das usinas. Embora essa ideia seja interessante, para Lima (2014, p. 22), “à época o mercado regional nordestino com baixa expressividade poderia debruçar-se em completo colapso pela alta perecibilidade do que poderia ser produzido bem como seria problemática a competição com a produção canavieira da região Sudeste”.

Na primeira década do século XX, surge a primeira experiência dos usineiros para organizarem-se e gerirem sozinhos da produção, às transações que envolviam a comercialização do que por eles era produzido.

No Estado de Pernambuco donos de engenhos propõem a produção de açúcar bruto para exportação durante os dez primeiros meses do ano, aproveitando-se da demanda existente e motivando novamente a busca de mercados externos. Com o fracasso da experiência, foi criada a Coligação do Açúcar, coordenada por comerciantes cujo objetivo era enfrentar crises de superprodução e a criação de estoques que regularizariam os mercados, podendo, com essa estratégia, controlar desde a compra às mais variadas formas de venda do produto, especialmente o açúcar mascavo.

Um ano depois da experiência, em 1906, produtores dos estados Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro (participando apenas por três anos) formalizam a Coligação Açucareira do Brasil. Embora nos primeiros anos tivessem êxito, a partir do momento em que não conseguiram

incentivos fiscais, a Coligação entrou em colapso, isso nos idos de 1910.

O fracasso da experiência está no modo cooperativista desregrado, ou seja, sem nenhum estatuto ou regras norteadoras específicas que facilitassem o descompromisso de todos os produtores e industriais de cana. Com essa experiência, os produtores do Nordeste não conseguiram acompanhar a concorrência de mercados com os produtores do Sudeste, facilitando o crescente horizontal, ou seja, o acréscimo da área de produção, do setor por ainda não existir intervenção setorial pelo Estado.

A gênese do Instituto do Açúcar e do Alcool, para Lima (2014, p. 37), decorre da “prática do planejamento e da busca pelos produtores pela intervenção do Estado na economia em 1911 tendo como intuito a minimização de problemas decorrentes da Primeira Guerra Mundial e o fracasso da Coligação Açucareira do Brasil”.

Dentre as soluções para os problemas frente à instalação do IAA, estavam à redução da produção para ajustar-se ao consumo interno, exportando, se possível, o excesso, sendo considerada essa prática um fracasso, pois deveria ocorrer permanentemente, ou o governo compraria sempre o excedente e se responsabilizaria pelo escoamento da produção, bem como pela venda final. Com os problemas ambientais na Europa e o início da Primeira Guerra Mundial, a pouca produção de açúcar dos países europeus proporcionou ao setor canavieiro brasileiro o alargamento do seu nicho de mercado.

A partir de 1920, uma nova crise econômica, que culminou em 1929, mais conhecida por Grande Depressão, ocorreram muitos prejuízos para a economia mundial. É nesse período que são criadas agências reguladoras estatais, responsáveis pelo modo como o açúcar se comportava nos mercados nos estados de Pernambuco (Instituto Pernambucano de Defesa do Açúcar) e Rio de Janeiro (Seção de Assistência à Produção do Açúcar). O papel delas era promover debates entre produtores, originando o Plano Geral de Defesa do Açúcar, de Aguardente e do Alcool, e possibilitar novas frentes de intervenção estatal nas décadas seguintes.

Os planos de intervenção, para Vian (2003, p. 81), tinham como intuito

Representar interesses coletivos utilizando-se indiretamente do Estado para conseguirem alcançar objetivos comuns como o controle das quedas das vendas externas promovidas pela Grande Depressão Econômica bem como comerciantes que dela se beneficiavam para especular valores obtendo vantagens nos lucros.

Ainda na década de 1920, os cafeicultores, para minimizar os efeitos da crise, identificaram, na produção e no beneficiamento da cana, um modo de amortizar seus

prejuízos, iniciando novos conflitos com os produtores nordestinos. Para Vian (2003, p. 84), a intervenção do Estado foi “essencial para intermediar esse processo que se perpassavam as vantagens competitivas, a disposição dos preços no mercado”.

O envolvimento do agronegócio frente ao Estado, para Zylbersztajn (2003, p. 84) é visto como “um sistema de propriedade que tem como intuito principal estruturar não apenas as organizações especializadas, mas também modos como cooptar o tecido social”, que, embora tente encontrar mecanismos substitutos, pouca eficiência terá na aceitação do processo industrial inserido diretamente na lógica do mercado.

Nesse sentido, cabe lembrar que, de modo direto, as intervenções estatais em nível federal perduraram da década de 1930 até os dias atuais, permitindo ao agronegócio canavieiro sua própria autogestão a partir de um doloroso processo de desregulamentação setorial, embora este ainda tenha pouco impacto em alguns estados brasileiros, como em Alagoas, que tenta novamente beneficiar a cultivar a partir de subsídios específicos à retroalimentação do setor.

No quarto momento, para Lima (2014, p. 23), após a década de 1930, o “intervencionismo estatal sistematiza planos específicos que possibilitam ao setor a retomada pelo controle da produção”, bem como estudos específicos que viabilizam os produtores, beneficiadores e compradores estratégias competitivas que flexibilizaram as dificuldades que estes encontravam para exportar o produto brasileiro.

Cabe lembrar que, por muitos séculos, a cana-de-açúcar e seus derivados constituíram-se como um dos principais produtos comercializados no mercado internacional, embora reforçasse um retrocesso tecnológico na variabilidade industrial até hoje persistente.

A materialização do processo de coparticipação do Estado com o agronegócio canavieiro ocorre em 1931, e se deu através do Decreto n. 20.401, que tinha como intuito principal a defesa da indústria e do comércio do açúcar, mantendo de modo regulatório a retenção de 10% da produção anual de cana excedente. Permitia também o pagamento de taxas específicas para a quantidade física do que era produzido. Tanto quem comercializava internamente como externamente lucrava, podendo expandir a área de produção bem como incrementar tecnologicamente suas usinas. Foram realizados estudos específicos para a produção de novas fontes de energia e combustível, sendo instituída a Comissão de Estudos sobre o Alcool Motor pelo Ministério da Agricultura.

Para evitar novas crises, o Estado adotou medidas específicas para controlar produção e os preços. Ainda em 1931, foi instituída a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, cujo objetivo era monitorar quantitativamente o que era produzido e comercializado bem como

encontrar estratégias para equalizar eventuais problemas estruturais.

Momentos marcaram a pré-materialização do Instituto do Açúcar e do Alcool, como a instauração do Decreto-Lei n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931, que tinha como intuito principal obrigar a adição de 5% de álcool anidro à gasolina que era importada e de 10% para os veículos que eram de propriedade estatal. Reforçou-se, nesse período, a resolução de problemas que estavam atrelados ao controle da oferta de açúcar e à economia de divisas que eram gastas com a importação de petróleo.

Os principais objetivos da relação entre o Estado e a agroindústria canavieira era garantir a seguridade do equilíbrio de mercado interno entre safras anuais de cana bem como o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de matéria-prima, a determinar o fabrico de álcool e estimular a fabricação de álcool anidro mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis.

Dentre outros objetivos estava o auxílio à organização de cooperativas e sindicatos do açúcar e do álcool, independente da natureza de propriedade com o objetivo comum em instalarem destilarias para uso em comum acordo. Para Vian (2003, p. 82), “embora estivessem incorporadas nas diretrizes do IAA, posterior a este, a prática continuou a ser exercida”.

Em 01 de junho de 1933, foi constituído o Instituto do Açúcar e do Alcool, cujo objetivo central era controlar e/ou expandir as terras produtoras de cana, incrementar a produção de açúcar, programar e também expandir a indústria do álcool anidro, bem como estimular a exportação de produtos derivados da cana. É a partir desse momento que o Estado minimiza incertezas dos produtores, potencializando, de acordo com Lima (2014, p. 51), “uma economia de renda representando a sustentação do setor em momentos de crises controlando toda a produção”, facilitando para todos os participantes do processo produtivo garantias de mercado e estratégias para auferirem boa lucratividade a partir de melhores custos e benefícios promovidos pela adição de álcool à gasolina.

Com a criação do IAA, em 1933, foi constituído o órgão fundamental que consolidou a intervenção do Estado nesse setor da economia. Através de políticas protecionistas e paternalistas, o IAA, sob a direção dos usineiros do Nordeste, privilegiou as usinas nordestinas de baixa produtividade na disputa com as usinas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Fundamentalmente, o órgão garantiu “a sobrevivência do setor sucroalcooleiro como um todo, com vantagens que nenhuma outra atividade econômica recebia” (LIMA, 2014, p. 53).

A intervenção estatal teve como objetivo intervir nos conflitos de interesses entre as

regiões Sudeste e Nordeste e, por outro lado, ajustar as relações entre os produtores e os usineiros. Para evitar superproduções, essa autarquia estabeleceu cotas de produção por estado, por usina e por fornecedor, definindo regras para a exportação e a administração dos preços para o açúcar.

É a afirmação desse modelo intervencionista, no qual o Estado auxilia na solução dos problemas econômicos que o processo produtivo retroalimenta-se mais determinado pelo protecionismo da instituição governamental.

A elite agrária da época, forjada na sujeição da terra ao capital, viabiliza uma série de estratégias que permitem a continuidade das relações existentes anteriores à República, determinando como o Estado brasileiro deve agir de forma direcionada ao setor sucroalcooleiro, como o estabelecimento da subvenção e dos incentivos fiscais.

Mesmo com a atuação do IAA sob o comando dos nordestinos, o setor açucareiro em São Paulo sobrepuja-se às características arcaicas da economia nordestina, que detinha baixa produtividade. A diferença nos custos de produção de cana, açúcar e álcool no Nordeste era consideravelmente maior em relação a São Paulo. Entretanto, a lucratividade das empresas sucroalcooleiras nordestinas era muito próxima à das empresas paulistas.

Com a política de preços praticados pelo IAA através de um mecanismo de subsídios chamado equalização de custos transferiu-se dinheiro público para o ramo menos eficiente dessa indústria, conforme a tabela 01. Dessa forma, garantiu-se a equivalência da lucratividade entre as empresas.

Tabela 01. Percentual de subsídios/equalização de custos direcionados ao açúcar cristal nordestino em relação ao preço industrial médio do produto entre os anos de 1976 a 1979

| Ano | % |
|------|----|
| 1976 | 25 |
| 1977 | 16 |
| 1978 | 19 |
| 1979 | 24 |
| 1980 | 39 |
| 1981 | 42 |
| 1982 | 42 |
| 1983 | 42 |
| 1984 | 25 |

Fonte: Lima (1998, p. 441).

A manutenção de um bom desempenho político organizacional tem conferido ao

capital sucroalcooleiro no Nordeste um enorme poder de *lobby* para pressionar e assegurar a proteção e o apoio do Estado, visando compensar a sua base econômica deficiente ou pouco comprometida. Entretanto, com a recuperação da economia mundial, o preço do açúcar subiu em 140%, entre 1933 a 1937. Contudo, os usineiros, em especial os nordestinos, continuariam reclamando, ou seja, considera-se a atitude estranha. Foi a partir de março de 1944 que o poder de *lobby* aumentou, com a criação da Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda.

Por meio das diretrizes institucionais do IAA, todo o controle da produção ocorria por meio de cotas específicas baseadas no modo como as unidades produtivas eram instaladas, observando-se a expansão dos negócios e a lucratividade em médio prazo nesse processo, o comportamento dos mercados. Igualmente, torna-se importante compreender que todas as instalações e o modo como os negócios se expandiam deveriam ser continuamente supervisionados pelo IAA embora os grandes empresários do setor nem sempre agissem respeitando o instituto e as normativas por ele redigidas.

Com o apoio da bancada ruralista à época, conseguiam a aprovação do maior número de projetos para a instalação de novas unidades e, também garantindo nesse pacote promovido pelo Estado a compra de açúcar acima da cota permitida sob o argumento da capacidade de investimentos realizados e resultantes do acesso a créditos concedidos também por intermédio do instituto. Somente após a consumação do fato supracitado a solicitação do aumento de cotas era realizada, e sempre aceita pelo IAA.

O processo de aplicação de investimentos era facilitado pelo fácil acesso dos empresários aos funcionários do instituto que facilitavam não apenas esse tipo de transação, mas também obtinham e socializavam informações privilegiadas, bem como auferiam vantagens econômicas. De acordo com Vian (2003, p. 76),

Empresários do setor afirmaram, em entrevistas ao autor, que alguns empresários usavam de seus relacionamentos pessoais com funcionários do IAA para obterem informações privilegiadas e vantagens econômicas. Os usineiros que ocupavam cargos nas associações de classe tinham fácil acesso aos gabinetes do IAA, conseguindo informações confidenciais e favores dos funcionários do órgão para suas empresas em detrimento de outras. Esses fatos causaram conflitos internos e dissidências nas entidades de representação com o advento das crises mais graves nos anos 70 e com a criação do Proálcool. Representantes dos empresários que foram entrevistados pelo autor relataram que muitas destilarias autônomas foram implantadas em locais impróprios, sendo que a aprovação do projeto era conseguida por causa dos relacionamentos pessoais e também pela efetiva construção do parque industrial, o que obrigava a que os órgãos responsáveis cedessem diante do fato consumado.

Outro detalhe reafirmado, por Vian (2003, p. 83), “é que os usineiros tinham cargos de confiança nas associações da classe viabilizando também o fácil acesso ao instituto e seus funcionários para conseguirem benefícios além do permitido pela institucionalidade”, de acordo com o modo como as tramitações deveriam acontecer, promovendo uma crise interna dentro da própria instituição devido ao fato de muitas destilarias não terem sido construídas nos locais próprios e tampouco terem facilidade para escoar a produção, dificultando a lucratividade dos envolvidos no processo, sendo apenas construídas por influências políticas ou por meio de facilidades oferecidas por aproximações pessoais.

O IAA foi responsável por disciplinar as relações entre os agentes do Complexo Agroindustrial Canavieiro, mesmo quando os fornecedores de cana não conseguiam auferir tanto lucro quanto os usineiros. Essa situação só foi resolvida em 1941, com a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, que tinha como objetivo o cadastramento de todos os fornecedores de cana, bem como o controle sobre quem oferecia aos usineiros, permitindo limite de até 60% do total de matéria-prima processada produzida pela usina, ou seja, a dita cana própria e a regulamentação das demais cotas seriam acompanhadas pelo IAA, permitindo equilíbrio na relação produtor/fornecedor e usineiro.

Em 1946, houve a modificação da fórmula de concessão de cotas para cada estado da federação, tendo como metodologia a relação entre produção e consumo interno. Esse processo facilitou a expansão das áreas de cultivo e produção de açúcar e álcool no Estado de São Paulo.

Na década de 1950, os usineiros passaram a controlar todas as atividades relacionadas à produção de açúcar e álcool. O quantitativo de álcool produzido dependia diretamente do volume de cana esmagada para a produção de açúcar, embora maior parte do produto final fosse resultante da destilação do melaço. Ainda que essas estratégias tenham sido adotadas, não estimularam a produção de álcool, apenas a produção dos derivados.

Nas safras dos anos 1951-52 e 1958-59, foram adotados incentivos à transformação da cachaça em álcool anidro, embora continuassem a utilizar o melaço como matéria-prima principal. Para Vian (2003, p. 77), “Tal ocorrência, aliada à estagnação do consumo e à impossibilidade de se exportar volumes maiores de açúcar, levou a uma crise de superprodução”. Esse movimento atrela-se às demandas internacionais de álcool anidro (combustível auxiliar), decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1960, houve investimentos desordenados que culminaram, em 1964, na instituição do Plano de Expansão da Agroindústria Açucareira Nacional, cujo objetivo principal era a redução dos custos de produção em prol da construção de mais usinas e

destilarias, e na elevação da produção de açúcar, bem como em sua venda.

Na década de 1960, as relações de trabalho no campo alagoano em suas especificidades se contrapõem ao movimento existente no Brasil, a implantação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG/AL). Efetivada em 1963, em suas gestões existiram entraves que a condicionaram como mero instrumento do jogo de interesses dos patrões e das elites às políticas existentes sobre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, que vão desde perseguições a homicídios, oprimindo o trabalhador rural para além das condições de trabalho.

Na década de 1970, com o acréscimo em 50% nos índices de exportação e a redução da compra de derivados da cana pelos mercados norte-americano e europeu, tornou-se necessária a amortização dos investimentos realizados nos anos anteriores, evitando nova crise. Com a instalação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), em 1975, a destilação de garapa, essencial para a produção de álcool, tornou-se necessária, sendo uma opção à Crise do Petróleo, de 1974, regulando o mercado, embora houvesse vulnerabilidade energética no Brasil, que dependia de 80% do petróleo importado.

Com o aumento da frota de veículos no país, o petróleo se tornou o nosso principal produto de importação, onerando o seu balanço de pagamentos. Era imprescindível frear o crescimento da importação desse produto e uma das formas mais seguras era a realização da mistura de álcool à gasolina, fazendo com que aquele passasse a formar 20% do combustível consumido.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) resolveu elevar consideravelmente o preço do produto. Em 1973, houve o primeiro choque do petróleo. O preço do barril saltou de U\$\$ 3,00 para U\$\$ 12,00 e, no segundo choque, em 1979, o preço do barril chegou a U\$\$ 19,50. Frente a essa conjuntura, cresceu a importância do etanol como fonte alternativa combustível.

O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) surgiu para a economia nacional, como uma alternativa energética aos derivados de petróleo e, no plano setorial, como uma alternativa para os empresários do açúcar.

A responsabilidade da produção de álcool era do setor privado, mas sua existência só se concretizava graças às subvenções estatais.

O apoio público ao programa ocorreu por meio de financiamentos diretos, incentivos creditícios e fiscais, e dos subsídios. O PROÁLCOOL garantia até 80% do financiamento do investimento fixo das destilarias anexas e autônomas, com juros a 4% ao ano, pagamento em doze anos com carência de três. O programa também financiava a estocagem do álcool nas

destilarias.

A disponibilidade de recursos transferidos pelo Estado brasileiro resultou num total de 7 bilhões de dólares investidos no PROÁLCOOL, entre 1975 a 1990.

Não obstante, os usineiros, motivados pela força política, instituíram no programa não apenas a produção de álcool por cana, mas também de outros vegetais a exemplo da mandioca, do sorgo pelas pequenas propriedades, com o intuito de fortalecer o país na busca por fontes alternativas de energia frente à crise petrolífera.

Foram realizados diversos encontros nacionais dos produtores de açúcar. Um desses encontros ocorreu em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e foi organizado pela Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool. Intitulado “Açúcar e Álcool, o grande projeto para a economia do Brasil”, o evento ocorreu em agosto de 1975, com quinze debates, abordagens e narrativas dos palestrantes cujo intuito principal se debruçava pelo fortalecimento do agronegócio sucroalcooleiro, a partir de novas técnicas e pela socialização do rebatimento das políticas públicas subsidiadas pelo Governo Federal²⁰. Discutir-se-ão os eventos.

No primeiro debate, intitulado “Alguns aspectos da indústria agro-açucareira”, o químico industrial Paulo Vieira Belotti reconhece o papel desempenhado pelo Estado para a redução dos preços bem como o aumento dos subsídios, ressaltando a importância da utilização do álcool anidro como responsável pelo equilíbrio da balança comercial. Neste sentido, Belotti (1976, p. 13) afirma que “é de se reconhecer o enorme esforço desenvolvido pelo Governo no sentido de minimizar, e mesmo corrigir esta situação. Entende e preconiza o Governo com o ajustamento dos preços para corrigir a almejada compatibilização com os investimentos e os custos de produção devam processar-se de forma gradativa” deveria permitir o cálculo em função dos parâmetros de investimentos e custos de produção.

No segundo debate, intitulado “Novos mercados para o açúcar brasileiro”, o economista Ignácio Rangel considera alarmante o acréscimo do consumo do açúcar nos países emergentes, embora todo o mundo estivesse mergulhado em crise. Explica também que o açúcar brasileiro só consegue ser vendido por ser comprado por países emergentes, sugerindo aos produtores nacionais a adoção de novos modos de se comercializar, os quais consistiam na conquista de países próximos aos países mais desenvolvidos, com os quais ainda não se mantinham relações comerciais.

Rangel (1976, p. 16) defende que “a forma de comercialização seja revista de maneira

²⁰Estão mencionados os títulos das discussões ocorridas por membros do IAA no III Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar, realizado em Campos, Rio de Janeiro, em agosto de 1975.

a permitir a busca e a organização desses mercados que estão na periferia do mundo desenvolvido”. Não obstante, reitera ainda que o sucesso da produção nacional se dá essencialmente pelo incremento tecnológico, intensificando a produtividade dos canaviais e consequentemente das usinas. Bem afirma que o país deve investir também na produção e no escoamento da produção de outros tipos de produtos oriundos da agricultura de pequena escala.

No terceiro debate, intitulado “A política brasileira de desenvolvimento regional”, o economista Dilson Queiroz explica a importância do Ministério do Interior, criado em 1964, sendo responsável pelo desenvolvimento regional e urbano, pela ocupação de territórios e pelas migrações internas, assuma como propósito inicial a redução das diferenças inter-regionais de renda, destacando que “temos projetos no Vale do São Francisco para produção de cana-de-açúcar com o equivalente da ordem de 2 milhões de sacos de açúcar. Esse é um exemplo para dar a dimensão dos projetos previstos”. (QUEIROZ, 1976, p. 36).

Queiroz também afirma que é necessário o desenvolvimento dos territórios federais, cabendo, nesse processo, a assistência aos povos indígenas, a habitação, saneamento básico, irrigação e aproveitamento hidroagrícola potencializando economicamente através dos polos de desenvolvimento – Xingu, Araguaia, Carajás, Acre, Marajó, Nordeste, Centro-Oeste, dentre outros, respeitando-se suas características identitárias, bem como devem pautar-se nas condições naturais neles dispostas para áreas agricultáveis e irrigáveis, com apoio de subsídios fomentados pelo Estado.

No quarto debate, intitulado “A economia brasileira – expansão e perspectivas”, o engenheiro Roberto Lima Neto chama atenção para as medidas adotadas pelo Estado, fortalecendo o agronegócio canavieiro subsidiando-o por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Nesse sentido, Lima Neto (1976, p. 62) enfatiza que

A economia mundial vem de sofrer uma crise que, sem dúvida, abalou fortemente suas estruturas. Seu elemento causal mais imediato foi a decisão dos países produtores de petróleo de aumentar súbita e expressivamente o preço do óleo bruto. Constituindo-se em insumo básico, essencial e até mesmo estratégico, a elevação de seus preços desencadeou uma alta generalizada nos de quase todos os produtos internacionalmente comercializados.

Para tal, tornava-se necessário ter como pano de fundo a promoção do desenvolvimento integrado através de suas subsidiárias – EMBRAMEC, FIBASE, FABRISA e FINAME – cada qual responsável pelo financiamento e comercialização de máquinas e

equipamentos nacionais e créditos rurais.

No quinto debate, intitulado “Política governamental de investimentos no setor açucareiro”, o técnico em Administração Augusto Cezar da Fonseca resgata o modo como o IAA foi instituído, tendo como principal intuito a correção das distorções do setor açucareiro. Afirma a seguinte condição:

Vencida a primeira etapa da crise, era elementar o reconhecimento de que tanto não bastaria para a sobrevivência do setor em condições econômicas estáveis. Tornava-se necessária, senão impiedosa, uma providência que permitisse à lavoura canavieira e ao parque industrial açucareiro reequipararem-se, atualizando a tecnologia já superada que vinha sendo utilizada, sob pena de estagnação, justamente no ponto crítico em que os recursos eram todos canalizados para a realização das safras, nada sobrando que pudesse ser destinado a qualquer outra finalidade, ainda que o IAA já houvesse progredido em assistência até ao financiamento das entressafras agrícolas e industriais (FONSECA, 1976, p. 106).

Estabeleceu-se, nesse processo, uma espécie de fundo especial de exportação, cobrindo eventuais prejuízos que pudessem acontecer em épocas de crise na comercialização no mercado externo, sendo também motivador da melhoria na infraestrutura de produção, reaparelhando as indústrias e construindo terminais açucareiros, a exemplo de Maceió/AL.

No sexto debate, intitulado “Aspectos sociológicos da modernização da empresa de açúcar”, o sociólogo José Rios explica que o processo de modernização decorre da inovação de técnicas de produção. Para tal, destaca que

Então vemos o primeiro efeito social dessa concentração e expansão da usina que é o desaparecimento da classe dos senhores de engenho. Isto é um acontecimento de maior importância. Equivale a um verdadeiro terremoto social, porque o senhor de engenho constituía, como já vimos, a classe alta, a aristocracia do Império. Eis que essa classe começa a desaparecer e os engenhos passam a ser chamados engenhos de fogo morto. São meramente ornamentais. O que interessa ao usineiro não é o engenho, é a terra para o plantio de cana; o que leva o usineiro a comprar a propriedade ao senhor de engenho é garantir a produção regular de cana para suas moendas, para suas caldeias, para que, por sua vez, possa garantir um produto contínuo: o açúcar (RIOS, 1976, p. 127).

Contudo, embora realize essa afirmação, defende a contínua qualificação da mão de obra a serviço das tecnologias e foca apenas nas velhas/novas relações no âmbito da produção ao consumo, conciliando interesses dos plantadores e usineiros. Em momento algum se menciona o papel do cortador da cana e suas condições de trabalho, por exemplo.

No sétimo debate, intitulado “Álcool carburante em mistura de combustível”, o engenheiro aeronáutico Urbano Stumpf defende a utilização de variados tipos de álcool – puro ou metílico – bem como hidrogênio e seus compostos, como combustível. Para tal afirmação, Urbano (1976, p. 160) parte da seguinte premissa: “Como pode a potência do motor com álcool ser maior do que a potência com gasolina? Vimos ainda que o calor de combustão é menor. A explicação é a seguinte. Esse valor, o valor calorífico, que é argumentado, é o único que se publica, mas existem outros que influem e que geralmente não são citados.”

No oitavo debate, intitulado “Levantamento de custos de produção de cana e de açúcar”, o economista Tito Bruno Bandeira Ryff defende que a integração vertical na produção açucareira facilita a quantificação dos resultados, mostrando como ocorrem os custos e os benefícios. Para tal, Ryff (1976, p. 183) afirma que

O modo mais simples de levantar os custos de produção de uma determinada atividade econômica é mediante o registro e, posteriormente, a soma de todas as despesas feitas durante o processo de produção. Esse método é muito cômodo porque a maior parte da informação que se deseja pode ser encontrada na contabilidade da empresa. E, mesmo quando não existe contabilidade, como acontece às vezes nos estabelecimentos agrícolas de menor porte, há, pelo menos anotação, ainda que precária, dos gastos com os principais itens que compõem os custos.

Contudo, é tendo como base os gastos com operacionalidade, terra, capitais investidos e atividade empresarial que foi possível a identificação de problemas cujo Plano de Contas do IAA de 1952 sugeriu às usinas, com determinados critérios de rateio para contas que permitiram a manutenção da administração e da assistência social, bem como dos serviços de oficinas e almoxarifados do instituto.

No nono debate, intitulado “Controle de qualidade da produção e sua importância”, o engenheiro industrial Rubens Moll Filho afirma que são necessários o controle de qualidade ao longo de todo o processo produtivo, sendo necessária a inspeção do produto em elaboração, resultando em custos de prevenção, avaliação, e de falhas. Contudo, afirma-se que, para o êxito na qualidade de concepção, concordância, entrega e uso do produto, era necessário um sistema completo de qualidade constituído por um

Ciclo que pudesse ser mantido, em uma empresa, através de suas próprias atividades naturais. Acontece que, na medida em que o processo vai evoluindo, perde-se o controle desse sistema de qualidade. Nasce então a necessidade de existir na empresa um órgão, departamento, ou o nome que se queira dar, que vai acompanhar o ciclo da vida do produto, em sua

totalidade, para poder garantir que esse sistema de qualidade seja adequado e realmente cumprido para que o consumidor receba o produto que quer. O controle de qualidade tem a função de acompanhar o sistema de qualidade, verificar que todas as fases estejam sendo cumpridas exatamente. E muito mais do que isso, tem a função de fazer ver a todos os setores da empresa que estão envolvidos no sistema de qualidade. Não há nenhuma atividade em uma indústria que não esteja envolvida no sistema de qualidade. (MOLL FILHO, 1976, p. 206).

No décimo debate, intitulado “Utilização de fertilizantes e herbicidas”, o engenheiro agrônomo Alcides Maria Batista de Souza defende o cultivo químico como estratégia para evitar a introdução de parasitas e ervas daninhas, respeitando-se a tipologia do solo. Para ele,

Ao mesmo tempo observamos que uma das transformações básicas por que passa a cultura canavieira nesta região refere-se ao que diz respeito a novas áreas que estão sendo agregadas. Elas fogem do tradicional, pois não são representadas apenas pelas baixadas. A transformação da área é fundamental nesta região. Até hoje as áreas trabalhadas em grande proporção eram de baixada. Mas hoje em dia os tabuleiros e os morros passam a ter um significado todo especial. E é importante que se conceitue o tabuleiro e o morro de uma maneira diferente de como se conceituava o cultivo da baixada. É urgente, portanto, que o conceito de cultivo seja dirigido não só para as áreas de baixada, mas também para as outras. Vamos verificar o percentual de uma área de outra, numa transformação constante da região. (SOUZA, 1976, p. 228).

No décimo primeiro debate, intitulado “Tecnologia da irrigação”, o engenheiro civil W. R. Marvin Reddit chama atenção aos estudos de balanço hídrico no campo, considerando a introdução de equipamentos próprios para a distribuição de água pelo solo, reduzindo eventuais desperdícios. Para Reddit (1976, p. 248), “quanto mais é absorvida a água e é menor a capacidade de armazenamento de água no solo, mais rapidamente vai secando a terra e mais frequentemente haverá a necessidade de aplicar água, por chuva ou por irrigação”.

No décimo segundo debate, intitulado “A mecanização da cana-de-açúcar no Brasil”, o engenheiro mecânico Peter Fitzgerald objetivamente chama atenção à mobilidade do trabalho existente para outras atividades econômicas e, para suprir essa carência profissional, estimula os produtores não apenas a modernizar as indústrias, mas também a realizarem compras de maquinários para aumentar o lucro. Fitzgerald (1976, p. 266) admite que a mecanização seja inevitável, pois “dependendo da produtividade agrícola obtida, analisando caso a caso, podemos estabelecer a produção economicamente atingível, por qualquer usina de açúcar, sendo a restrição simplesmente o custo econômico da distância para o transporte da matéria-prima”.

A vantagem dessa mudança residia também no fato de que, numa lavoura de cana intensivamente cultivada, seriam estabelecidas melhores condições para o estabelecimento da mecanização, viabilizando o transporte da cana e a relação custo/benefício para o dono da terra.

No décimo terceiro debate, intitulado “Problemas de energia e automação na indústria açucareira”, o engenheiro eletrotécnico Gunther Rameststeiner, técnico da Usina Santa Cruz, Aloizio Costa Vaz, e o engenheiro eletrotécnico Otto Ernest Richter, explicam como a automação maximiza o processo produtivo por facilitar o manuseio e o processamento do produto visto que facilita a identificação correta de temperaturas, voltagens, bem como constatarem que o processo de automação ocorre do fim – na usina – ao campo, com a introdução de maquinário específico para áreas acidentadas ou não. Para Vaz (1976, p. 277),

Hoje em dia, essas atividades industriais apresentam nas suas máquinas uma variação muito grande de tensão dentro da fábrica motivada por: 1) a concessionária não fornecer uma energia dentro dos padrões; 2) a sua distribuição dentro da fábrica não ser uma distribuição equilibrada; 3) o fator de potência completamente desequilibrado. Para tal, achamos interessante o emprego de capacitores que criam melhores condições elétricas e econômicas, não só para quem fornece como para quem consome, dentro da fábrica. Principalmente para quem consome, porque não só produzem e melhoram a situação do fator de potência, dando com isso maior rendimento às suas máquinas, como também na compra, na aquisição de corrente. Não se paga uma coisa que não se está gastando.

No décimo quarto debate, intitulado “Açúcar e álcool – possibilidades e necessidades”, o engenheiro agrônomo A. Evaldo Inojosa de Andrade ressalta a dificuldade existente a partir da relação crescimento da demanda e pouca área para o plantio. Para tal, enumera três medidas básicas para o êxito do sistema empresarial:

1. estrutura de custo em que fique previsto o valor para processar uma tonelada de cana ao invés de um saco de açúcar;
2. implantação de um sistema que permita pagar cana conforme sua qualidade;
3. um aumento do lançamento de novas variedades que venham mais rapidamente substituir as atuais, em franca degenerescência, e sujeita às doenças e pragas que põem em risco a estrutura do sistema canavieiro (ANDRADE, 1976, p. 291).

Não obstante, esse programa de modernização foi financiado a taxas de juros subsidiados e a necessidades de elevados recursos tem aumentado o passivo das empresas, reduzindo-lhes a liquidez, aumentando a sua dependência ao sistema financiador, por via de

progressivo endividamento.

No décimo quinto debate, intitulado “A indústria açucareira e a política do IAA”, o General do Exército, Alvaro Tavares Carmo, critica o desinteresse do produtor em face ao preço fixado pelo governo para a tonelada de cana, tendo baixa lucratividade a partir dessa comercialização, e lembra que “há uma forte corrente de opinião que atribui o fraco ritmo de crescimento da produção canavieira a uma razão única: o desinteresse do produtor em face do preço fixado pelo Governo para a tonelada de cana, considerando insuficiente e não remunerativo” (CARMO, 1976, p. 295).

Ainda em 1975, com a criação do PROÁLCOOL e sob a influência de vias alternativas dos defensores do álcool anidro e do hidratado, no III Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar reforçaram-se também incentivos a estudos e à socialização de seus resultados, bem como novos debates técnicos com o intuito de incentivar a instalação de novas unidades produtoras frente à próxima adversidade. Em 1979, com nova crise do petróleo, o PROÁLCOOL, os governos Federal e Estaduais, estimularam a compra de carros a álcool sob incentivos fiscais, acrescentando em até 75% o preço do álcool em relação à gasolina. Além desse estímulo, os táxis tiveram isenção de impostos e taxas.

Em termos relativos, Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou com o PROÁLCOOL, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa. Entre os anos de 1975 e 1990, o setor sucroalcooleiro alagoano ampliou sua capacidade produtiva por meio de vinte novas destilarias anexas e nove autônomas, multiplicando também a produção de álcool em vinte e cinco vezes e quase duplicando a sua produção de açúcar. Para tudo isso, a área plantada com cana-de-açúcar triplicou. Um crescimento decorrente das amplas subvenções governamentais, numa transferência de recursos públicos para o setor privado alagoano, na ordem de aproximadamente 700 milhões de dólares.

A redução dos gastos com a importação de petróleo ocorreu por vários fatores, dentre os quais se destacam o aumento da produção nacional de petróleo, a diminuição do volume importado e a queda no preço internacional desse produto.

É a partir da década de 1980 que a continuidade da equalização de preços e redução circunstancial de investimentos estatais no setor canavieiro condicionou o desemprego em massa dos trabalhadores rurais que não teriam alternativas de renda em curto prazo, tampouco poderiam exercer sua mão de obra, uma vez que a concentração fundiária inviabilizou a diversificação da produção agrícola. Esse processo, segundo Vian (2003, p. 94), foi conduzido também pelo acréscimo tecnológico de modo heterogêneo, o qual minimizou o melhor

aproveitamento das terras agricultáveis e que levaram também a estagnação da produção de álcool devido à reconversão do preço do petróleo e seus derivados. Além disso, tornou-se importante a importação de álcool anidro, embora a procura por outras variedades, a exemplo do hidratado, também tenha sido reduzida, bem como a produção de carros para utilizar esses tipos de combustíveis.

O processo de desaceleração do PROÁLCOOL ocorreu em meados da década de 1980, pois o custo do etanol frente aos derivados do petróleo tornava-se menos atraente.

A desativação do PROÁLCOOL acarretou uma importante mudança do setor industrial. A Fives Lille do Brasil Ltda, uma fábrica que chegou a ter 800 funcionários, nos anos 1970, foi desativada em 1995. A Mecânica Pesada Continental S.A., uma empresa que chegou a ter 400 funcionários e um excelente parque de máquinas, foi comprada pela Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda. Logo, enquanto os usineiros se capitalizavam facilmente, muitos trabalhadores perdiam seu único emprego, em Alagoas.

Com a redução da participação do Estado, no início da década de 1990, motivado pela crise fiscal, nota-se que a autogestão dos complexos agroindustriais ficou comprometida, tendo em vista a divisibilidade dos interesses de grupos empresariais distintos. Harvey (2005, p. 83) dá sua contribuição a esse pensamento a partir de sua interpretação sobre o Estado, pois cabe a ele

Desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturais sociais e físicas, pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo (HARVEY, 2001, p. 83).

O controle da produção de açúcar também foi suprimido do processo de poder exercido pelo Estado, potencializando grupos empresariais mais estruturados a assinarem contratos de longa duração para minimizar os efeitos da dissolução do IAA. As conjunturas do mercado proporcionaram, por exemplo, ao Complexo Canavieiro de Alagoas, a sua reestruturação produtiva, não a sua crise, tal como afirma Lima (2014, p. 157).

O Estado tem o compromisso das políticas públicas, mas seria de grande importância, para a própria população, uma participação não só de cobranças, mas também de fiscalização do que realmente o Estado está fazendo. A parte mais visada em relação às políticas públicas

é a redistributiva, pois, além de ser de interesse da maioria dos brasileiros carentes, é a de grande importância dos governantes de todas as esferas, por não estar só visando ao bem-estar da sociedade, mas por ser uma carta na manga em períodos de eleição, havendo, em certos momentos, uma paralisação, como no período eleitoral, que é uma ação diante do aproveitamento de candidatos, deixando, como sempre, os que procuram as políticas públicas sempre à espera de seus direitos constitucionais.

Neste capítulo, foram elucidados como o Estado brasileiro se apropria do agronegócio da cana-de-açúcar desde sua inserção no Brasil Colônia. Contudo, torna-se necessário frisarmos que o Estado pode ser motivador ou promotor da inércia institucional, desencadeando socialmente problemas que inviabilizam a mediação de conflitos entre as classes sociais uma vez que, no caso analisado, age processualmente em prol de um grupo que se torna hegemônico a partir do momento em que traveste o Estado como uma via de mão dupla na coerção social. Sendo assim, torna-se essencial compreender como esse processo ocorre em uma escala menor, a análise da territorialização da cana-de-açúcar em Alagoas.

CAPÍTULO 04

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS E SEUS REBATIMENTOS SÓCIO-ESPACIAIS

O processo de territorialização do capital no Brasil, para Andrade (2005, p. 32), se deu “a partir de áreas próximas ao litoral, tendo a cana-de-açúcar como principal produto”. O início da formação das propriedades privadas no campo brasileiro ocorreu a partir de 1530, segundo Morissawa (2001, p. 14), confluindo com a monocultura da cana-de-açúcar e o estímulo ao mercado exportador.

A ocupação holandesa no Nordeste brasileiro ocorreu no momento em que a Coroa Espanhola anexou Portugal, entre 1630 e 1637. Até então, os interesses holandeses e portugueses estavam alinhados, na medida em que aquela era compradora do açúcar deste e tinha interesses em expandir seu comércio para além mar. A Espanha era concorrente direta dos holandeses no comércio marítimo.

Dado o quadro de embargo espanhol, os holandeses ocuparam o território Nordestino, dominando a produção de açúcar local. Embora tenha se dado em um período relativamente curto (1580-1640) e não tenha deixado legado econômico significativo nas sociedades alagoana/pernambucana de hoje, o período holandês deixou como herança rastros de destruição, justificando

As incursões holandesas em Alagoas intensificaram-se, deixando para trás grande destruição. À medida que avançavam de Barra Grande para Porto das Pedras, e daí para o porto dos Franceses, em direção a Alagoa do Sul, as lavouras foram incendiadas, os engenhos destruídos, as povoações saqueadas, moradores, colonos e animais foram mortos. (SILVA, 2011, p. 28).

Com essas incursões, as tensões se estabelecem no território e permeia a instauração da administração holandesa em primeiro momento contrária aos interesses dos produtores de açúcar ao buscar estabelecer um modo de vida urbana que se perpassa no comércio. Para buscar validar a sua permanência, os holandeses alinham-se às demandas estabelecidas pelo setor canavieiro sem sucesso.

Alagoas é um Estado que possui especificidades nos processos político e social, e possui vinculações internas autônomas, que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado.

Se o alcance da ação da organização política fosse limitado a um subespaço, ela não teria os meios para repercutir sobre outros espaços os efeitos dos impactos recebidos. Se se adota a hipótese segundo a qual o Espaço-Estado constitui o nível superior do arcabouço ou o sistema que inclui outros sistemas ou subsistemas, parece difícil admitir que ele seja ao mesmo tempo o nível inferior da construção. Mas esta hipótese é impossível em um estado moderno, e todos os estados de hoje são modernos, graças ao próprio fato de que nenhum país escapa das necessidades de modernização, imperativo do sistema histórico atual. (SANTOS, 2004, p. 188).

Em Alagoas, a formação econômico-social²¹ é constituída a partir do século XVI e baseia-se na figura do senhor de engenho como responsável pelo ordenamento do território.

De acordo com Diégues Júnior (2012, p. 43), o cultivo da cana-de-açúcar ocorreu ainda no momento em que a área hoje pertencente ao estado era incluída ao território pernambucano, até 1816.

A produção desse vegetal se deu a partir da tipologia do solo existente e dos aspectos geomorfológicos ao longo dos rios. Contudo, os capitalistas só conseguiram reproduzir no território alagoano a partir de benefícios já existentes, permitidos e legalizados pela Coroa Portuguesa. Essa legalização beneficiou as famílias com o domínio das terras, o uso e a ocupação do solo para a produção da cana-de-açúcar, pressionando a migração das populações indígenas.

No regime de dominação do território, a resistência indígena é legitimada a partir do momento em que a tomada de consciência sobre as formas de dominação do território permitiu aos povos o enfrentamento à subordinação, elemento crucial das relações sociais que confrontavam as experiências de vida outrora existentes próximos aos corpos d'água.

Os engenhos em Alagoas se estabelecem próximo aos corpos d'água essenciais para a aplicabilidade das técnicas de moagem da produção açucareira. Ao instalarem-se nesses locais, promoveram uma série de transformações no espaço, bem como desterritorializaram vários povos nativos.

A toponímia dos engenhos corroborava para essa interpretação:

O batismo dos engenhos, dos povoados uns e outros evoluindo e, às vezes, transformando-se em cidades dos nossos dias, encontrou fato manancial no elemento geográfico; na sugestão da água. Cachoeira, Mundaú, Riachão,

²¹Contribuição à crítica da economia política, Marx afirma que “Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente. Não se compreende a renda territorial sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural (MARX, 2008, p. 267).

Pratagi, São Miguel, Jiquiá, Camaragibe, Santo Antônio Grande, Olhos d'Água – abundante este não apenas em engenhos mas em localidades também – são nomes que encontraram inspirações na geografia local – o rio, o riacho, as quedas d'água. Outros foram buscar seu nome nos motivos da terra – Pau Amarelo, Boca da Mata, Angelim, Mato Grosso, Junco, Barro Branco, Campo Verde, Tabocal, Gravatá, Ingazeira. (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 46).

Mas o interesse no sistema de colonização português, voltado para o mercado externo, negava essa crença.

Alagoas, até a ocupação holandesa, era a fonte abastecedora da colônia com produtos variados como o feijão, o milho, a mandioca, a batata, a carne, o couro, o fumo e o algodão, tal como afirma Santana (1970, p. 110) ao destacar que “a mandioca e o algodão eram cultivados com a cana-de-açúcar, em pé de igualdade, respectivamente”.

Os cultivos de feijão, mandioca, milho, batata e carne constituem, na atualidade, a produção camponesa, validando a resistência frente ao agronegócio da cana. Nessas reações de resistência à ocupação dos terrenos, outrora ocupados ao longo dos séculos pelos canaviais, viabilizavam a produção de alimentos para essas famílias.

Andrade (1959, p. 37) destaca que Diegues Júnior, em 1949, ao estudar a cultura da cana de açúcar no Estado de Alagoas, mostra que o povoamento desse Estado, no século XVI, deu-se a partir de três focos (entretanto, um quarto foco surgiu, após a destruição do Quilombo dos Palmares), quais sejam:

Os três focos de povoamento inicial foram: Porto Calvo, ao Norte, fundado pelo fidalgo alemão Cristóvão Lins, que possuía aí cinco engenhos de açúcar; o das lagoas Mundaú e Manguaba, surgindo com a sesmária doada a Diogo Soares e onde apareceram, ainda no período pós-holandês, as povoações de Santa Luzia e Madalena; e o de Penedo, no rio São Francisco, surgido possivelmente em 1545, quando aí esteve Duarte Coelho, ao percorrer a costa da sua capitania visando afugentar os corsários franceses e iniciar o comércio com as tribos indígenas. O quarto núcleo de povoamento surgido no século XVII, apareceu em Atalaia, no centro do Estado, com as sesmarias doadas aos paulistas que destruíram a república do Zumbi. (ANDRADE, 1959, p. 37).

Lira (2007, p. 52) afirma que, do período colonial até o início da República, ser senhor de engenho significava ter vastas propriedades, o que deixava muita gente sem terra, dependente desses grandes proprietários.

Na prática, os proprietários de terras possuíam muito poder. Quanto maior a área de terra e o número de escravos que nela trabalhasse maior seria a concentração de poder

econômico e político. Esse poder se projetava para além dos limites do engenho banguê, alcançando as áreas urbanas, influenciando da eleição para prefeito, vereador, deputado, senador e governador a nomeações de juízes e pessoas do alto escalão do governo estadual e federal.

Legitima-se a compactuação de profissionais do alto escalão dos governos a partir dos registros contidos nos documentos oficiais, bem como atas de reuniões de sindicatos, antigos jornais e *sites* de notícias influenciados pelo setor canavieiro.

O patrocínio sistemático às mídias permitiu aos envolvidos no processo de produção de açúcar o domínio sobre o território em todas as suas instâncias, pois, para a sua reprodução, fez-se necessário um ordenamento territorial cujo intuito permeia a manutenção das relações sociais para além dos canaviais.

O senhor de engenho configurou todo o poder da época, senhor de família, senhor de sua propriedade e dos meios de produção e poder político. Esse poder ultrapassou os limites da propriedade e do que é chamado de zona rural, atingindo os limites dos núcleos urbanos. Esses passaram a dominar o poder político local e mesmo estadual, pois

Na hierarquia social da atividade canavieira, estavam os senhores de engenho e os lavradores, que não podiam ter engenho, embora dispusessem de terras²², ou que não tinham terra e, nesse caso, cultivavam a cana nas terras do senhor. Conforme a posse da terra de que dispunham para cultivar cana, o número de escravos que possuíam e as safras que produziam, os lavradores, também chamados de fornecedores, tinham maior ou menor importância social. (LIRA, 2007, p. 53).

O modo como esses lavradores lidavam com a terra possibilitou o início da reprodução camponesa no campo alagoano, pois esses seriam responsáveis por produzir alimentos necessários à manutenção da vida no engenho embora suas ações também permitam ao senhor de engenho a manutenção da estrutura fundiária de suas terras, caso os lavradores não conseguissem ofertar a demanda do comprador.

O processo de manutenção do poder político e econômico no território alagoano, ao longo dos anos, associa-se ao agronegócio da cana-de-açúcar, em consonância ou não com o poder econômico regional ou nacional.

Na prática, os senhores de engenho desenvolveram-se na estrutura social como uma elite quase homogênea, com privilégios especiais. Contudo, é no engenho, configurado como

²²Os sítios representavam as áreas às margens dos limites das terras dos engenhos e os indivíduos que nele moravam eram os responsáveis pela produção de alimentos, logo, considerado pequenos produtores, como afirma Heredia (1988, p. 57).

um núcleo demográfico que se origina a base de sustentação da formação das famílias que, até hoje, detêm o poder direta ou indiretamente e como é estruturada a sociedade alagoana.

É por meio da posse da terra e seu domínio que esses senhores organizavam-se e submetiam lavradores, agregados, trabalhadores e pobres livres que necessitavam da terra para sobreviver. Em frações do território, esses trabalhadores da terra reproduziam seu modo de vida através dos sítios, como afirma Heredia (1988, p. 60). Para essa autora, esses trabalhadores eram responsáveis pelas áreas de circulação dos produtos e dos produtores, não apenas pela localização estratégica, mas por serem os moradores dos povoados originários desses sítios.

Para Lira (2007, p. 53) *apud* Diégues Júnior (1976), “a transformação dos engenhos em usinas levou o antigo senhor de engenho a morar na cidade, para onde levou seus hábitos, seus costumes e seu modo de vida, os quais iriam transmitir para toda a sociedade”.

Será por meio do avanço tecnológico estimulado a partir do século XIX para atender aos interesses do capital estrangeiro que os engenhos banguês se metamorfosearam em indústrias, embora modernas em sua comparação, mas precárias e incipiente no que se refere à contínua defasagem técnica e à não alteração da estrutura da produção.

No século XIX, esses senhores de engenho se metamorfoseiam em usineiros por utilizarem novas variações de cana-de-açúcar e a introdução na estrutura produtiva de caldeiras verticais, evaporadores e turbinas, do final dos anos 1890 ao início dos anos 1900. Um exemplo é a Usina Brasileiro, que, em 1891, teve apoio indireto do capital inglês para se fortalecer, importando seu maquinário. Frisa-se, nesse, processo a expansão das áreas de produção, nos tabuleiros costeiros, a exemplo da Usina Cansanção de Sinimbú, em 1880, cujos donos ingleses a implantaram em 1892, a partir da aquisição de três engenhos.

Lira (1997, p. 53) afirma que “poucos senhores de engenho se transformaram em usineiros, já que, nessa nova condição, necessitariam de muita terra para plantar cana e obterem crédito junto ao governo”. Houve usinas que chegaram a incorporar/adquirir dez engenhos. Todavia, é curioso que apenas vinte e quatro famílias de senhores de engenho tradicionais de Alagoas transformaram-se em usineiros, expandindo cada vez mais as áreas de suas propriedades e elevando o número de fornecedores.

Os senhores de engenho que não acompanharam esse processo simplesmente eram rechaçados e discriminados por não deterem poder econômico suficiente para acompanhar o movimento, transformando-se nos principais fornecedores da matéria-prima que seria manufaturada, a cana-de-açúcar, para as usinas que surgiram como tais na representação do avanço tecnológico, entre 1892 a 1900.

Ramos (1999, p. 80) afirma que “entre 1885 a 1890 o governo de Pernambuco e o de Alagoas subsidiaram fortemente a montagem de diversas usinas. As facilidades oferecidas pelo governo republicano, para a montagem dessa unidade fabril isolada, foram tantas que mesmo os médios fornecedores de cana uniram-se e criaram sua própria usina”, um exemplo desse processo foi a Usina Brasileiro.

É no período republicano que a estrutura desenvolvimentista tinha como intuito a defesa da atividade açucareira, bem como a pecuarista, reforçando o atraso do avanço da diversificação de cultivos e da inserção de outras modalidades industriais.

O monopólio da posse dos meios de produção pode ser notado como reflexo desse processo que envolve a cooptação do Estado pelos setores agroindustriais, dirigindo para um único segmento social a consolidação de sua estrutura de produção.

A sujeição da terra ao capital, em Alagoas, dá-se de modo bastante peculiar, pois coexistem ainda nas relações socioterritoriais a cultura do medo e da submissão, a alienação, a precarização do trabalho e a inversão de valores que retroalimentam os poderes político e econômico dessas famílias que, durante o período do Brasil Colônia e do Brasil República, conseguiram, através de investimentos estatais, auferirem mais lucro.

Em períodos mais recentes, é por meio de estratégias que visam ao processo de reestruturação produtiva com a sofisticação das tecnologias de produção e de beneficiamento do açúcar, do etanol e seus demais derivados.

Logo, reafirmam-se as transformações socioterritoriais em Alagoas, um estado essencialmente monocultor da cana-de-açúcar, tido por Carvalho (2008, p. 19) como um paradoxo, pois, mesmo inserido no contexto da globalização, ainda coexistem relações de trabalho servis deflagrando crises institucionalizadas decorrentes dos subsídios oferecidos por programas governamentais.

O povoamento das terras do Estado de Alagoas teve a sua ocupação iniciada pelas tribos indígenas Caetés, Tupis, etc, e, mais tarde, pelos povos colonizadores, como portugueses e holandeses. Entretanto, a fixação do homem colonizador veio a se definir com a fundação de Penedo, ao sul da capitania, a partir de 1560, quando o aborígene começou a ceder lugar ao novo povoamento. Prosseguiu-se o domínio da terra com a instalação do Porto Calvo, em 1590, Santa Luzia do Norte, por volta de 1608 e, finalmente, Alagoas (hoje município Marechal Deodoro). Depois, as grandes propriedades (sesmarias) litorâneas, mesmo com diferentes funções, em grande parte das do sertão e agreste, contribuíram de início, para o povoamento de Alagoas.

No litoral e na zona da mata, os engenhos e a vida agroindustrial expuseram a

conquista humana nas paisagens geográficas de Alagoas. Contudo, destacamos que o gado também existiu nessas paisagens, tal como afirma Andrade (1959, p. 38) ao destacar que

O povoamento partido de Porto Calvo e das Alagoas caracterizou-se por ser feito a base da cultura da cana-de-açúcar e da instalação dos engenhos que ocupavam as várzeas férteis dos pequenos rios tributáveis diretos do Atlântico; não só desses pequenos rios, mas até dos riachos anônimos que nele deságuam com ínfimo volume, mas com regime perene. Os povoados do Sul, de Penedo, ao contrário, não eram predominantemente agricultores, mas, sobretudo, pescadores e criadores de gado. Com o gado e as pescarias subiram o rio São Francisco em direção à cachoeira de Paulo Afonso e expandiram-se pelo litoral até o rio São Miguel, onde encontraram a corrente de povoamento vinda da Lagoa de Manguaba. Por isso, DIÉGUES JÚNIOR (Manuel – 1949) chama de região penedense toda aquela que se estende do rio São Miguel ao rio São Francisco.

A primeira manifestação de uma futura autonomia alagoana, no contexto de dominação da Capitania de Pernambuco, ocorreu em 1711, quando foi criada a Comarca de Alagoas. No entanto, essa configuração permanece até a instauração do Decreto Régio de 16 de setembro de 1817, assinado por D. João VI. Foi por meio desse decreto que foi elevada a Comarca de Alagoas à condição de Capitania. Na segunda década do século XIX, a cartografia do espaço alagoano se achava definida como é hoje.

A Capitania de Alagoas se estruturava politicamente como forma regional de poder de Estado, submetida ao poder central do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Só com a independência de 1822, constituído o Império do Brasil, a Capitania de Alagoas evolui para a forma política de Província.

A cessação dos laços de sujeição política com a Capitania de Pernambuco favoreceu a criação de um espaço cultural alagoano fortalecido a partir da proclamação de República, em 15 de novembro de 1889, quando a Província de Alagoas muda sua forma política, convertida em um dos estados da República Federativa do Brasil.

É importante que se frise que o processo de transição do regime de trabalho escravocrata para o livre e do engenho para a usina, em Alagoas, ocorreram sem muitas alterações no que se refere à exploração do trabalho e ao controle dos meios de produção. Os privilégios continuavam garantidos aos que detinham os meios de produção, aos latifundiários, e aos demais indivíduos da sociedade, que continuavam à margem do processo. Contudo, é importante frisar que este deve levar em consideração que:

O setor fundamental que dava vida ao escravismo colonial era o setor mercantil, e não se pode pensar, nas circunstâncias brasileiras, que um escravismo colonial mercantil fosse evoluir no sentido do feudalismo que constituía uma economia, pelo menos no seu auge do florescimento, baseada na economia natural. Já no fim do escravismo brasileiro, apoiado na acumulação originária do capital, processada no próprio modo de produção escravista colonial, porque nele houve acumulação de capital, surgiu um setor industrial fabril, tipicamente capitalista. Mas no campo, após a Abolição, continuou a dominar a “plantagem” exportadora, sobretudo a de café; a de açúcar, perdido o mercado externo, teve de se voltar para o mercado interno que então se encontrava em expansão. (GORENDER, 1994, p. 22).

A história de Alagoas passa a ser contada a partir dos interesses de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia mercantil urbana.

É identificável nos antigos jornais e publicações a narrativa dos vitoriosos em detrimento dos derrotados, haja vista que os proprietários dos meios midiáticos eram subsidiados pelo capital canavieiro e inviabilizavam o compartilhamento das mobilizações existentes ao longo dos anos na luta pela terra.

No que se refere aos subsídios estatais que reforçavam a concentração da propriedade da terra, eram desenvolvidos desde o século XVIII, a partir da figura do senhor de engenho e, no final do século XIX, a partir da figura dos usineiros, para assegurar a manutenção da força política com a transferência de poder dos pais para os filhos, e reforçar no caráter paternalista, o comportamento típico da elite agrária.

Diante dessa situação, somente conseguiram coexistir e fortalecer as usinas que tinham condições de expandir suas propriedades, bem como incorporar de todas as formas possíveis os agricultores que tinham terras às margens de suas terras, estimulando-os a associarem-se em cooperativas e/ou instituí-los como pequenos proprietários associados de usinas, reforçando a concentração de poder e terra nas mãos do que detém mais o domínio das técnicas e tecnologias.

Além do controle da propriedade privada, alguns dos senhores de engenho, metamorfoseados em usineiros, possuíam também a base do poder político e tinham, como intuito, a obtenção de privilégios, transformando a sociedade alagoana quase exclusivamente dependente de uma única atividade econômica. Sant’Anna (1970 p. 217-218) afirma que “outras atividades econômicas conseguiam dentro de uma estrutura mínima de mercado coexistir a exemplo da pecuária, do cultivo do algodão, banana, laranja, limões, coco, etc.”.

Com o Brasil República, o poder político e o controle do voto no território alagoano

são reforçados sob a perspectiva do coronelismo²³, que é um processo resultante da superposição das formas desenvolvidas a partir de um regime representativo a uma estrutura social inadequada, que manifesta em sua prática como o poder privado se adapta em virtude de aspectos conjunturais sociais do passado coexistindo na base representativa do atual regime político. O coronelismo na prática é um

Compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p. 44).

No que concerne ao modo como o coronel expandia seus territórios, Leal (2012, p. 40) afirma que esse processo foi conduzido como “sistematização da usurpação das propriedades às margens de seus terrenos compostos pela supressão de seus adversários com coparticipação de seus amigos, ou da população dona de pequenas propriedades”.

Contudo, afirma Josefa de Lisboa Santos (2007, p. 98) que o coronelismo

Se estabeleceu pela dominação e dependência pessoal. A relação de poder entre o proprietário da terra e o trabalhador, a quem o primeiro cede a terra, se exprime ideologicamente como obrigação e fidelidade para com o proprietário da terra. Tratava-se do exercício de dominação concernente às práticas político-eleitorais em estados capitalistas de características peculiares, ou seja, naqueles estados onde aparecem relações não capitalistas no campo (meeiros, parceiros, colonos), os trabalhadores estão mais propensos ao controle dos coronéis. Essa submissão da classe camponesa confere aos proprietários, participação no processo eleitoral.

A aquisição das terras ocorreu de distintas formas: por exemplo, a partir da pressão social exercida contra os que tinham menor poder aquisitivo e eram obrigados a optar pela venda das terras. Esses se tornavam subservientes aos interesses dos coronéis e, em momentos posteriores, agiam como arrendatários, no caso alagoano especificamente atrelado às usinas e produzindo apenas o vegetal – cana-de-açúcar. Esse quadro reforçava a situação de miserabilidade e subordinação total à figura de seu líder, sendo-lhe sempre obediente.

Esse processo de intermediação era conduzido pelo coronel. “Essa situação é

²³Fenômeno social que se inicia em 1831, substituindo, no período colonial, milícias e ordenanças. Ao estabelecer as hierarquias, quem recebia o título de Coronel na Guarda Nacional, criada no período supracitado o adquiria ou gratuitamente como uma condecoração ou mediante pagamento a partir de donativos, dotando os intitulados de prestígios políticos que reforçam apenas os interesses individuais dos desses sujeitos.

perfeitamente compreensível em que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente.” (LEAL, 2012, p. 57).

Para o trabalhador ou o homem do interior, que vivia sob o domínio do coronel, o poder público não representava mais que um mero poder que nada fazia e, quando o fazia, era apenas para reforçar os anseios e interesses de um único indivíduo, o coronel. Na visão do trabalhador, quem tudo lhe dava era o proprietário da terra, que o privava das informações, de evolução técnica e acesso à educação, por exemplo.

Às relações existentes entre o poder público e o modo como foram configuradas as relações de poder do coronel favorece esse último, e o levam a vitórias eleitorais no decorrer dos anos em diversos municípios do Estado de Alagoas. É preciso afirmar, nesse processo, conforme Leal (2012, p. 63), que existem dois aspectos:

O prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade, a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída.

Dessa forma, ao controlar o voto de quem está sob seu domínio político e econômico, o coronel garantia a ele mesmo, quando necessário, e aos seus pares em outras ocasiões, os votos em troca de uma ascensão social e política, principalmente na esfera estadual.

Esse processo permitiu, em algumas cidades alagoanas, a gestação do poder econômico de famílias vinculadas ao setor comercial, pois deles o coronel necessitaria para a compra de produtos ou prestação de serviços.

O relacionamento entre coronéis e comerciantes fomentou a existência de relações promíscuas de dependência nas cidades ao elevar os comerciantes, em períodos eleitorais, à condição de vereadores, por exemplo, bem como outros cargos públicos momentâneos.

Os coronéis, devido à sua ascendência social, política e econômica, foram auxiliados por empregados, agregados ou capangas, posição dentro da sociedade local e das instituições sociais, tendo ampla jurisprudência sobre seus dependentes e comandados.

O coronel, na prática, poderia exercer sua influência atuando como polícia, advogado, juiz, ou seja, tornava-se a autoridade máxima local. Esse poder emanado resulta da sua condição de proprietário de terras. Contudo, afirma-se que

Quem já andou pelo interior há de ter observado a falta de conforto em que vive a maioria dos nossos fazendeiros. Como costumam “passar bem de boca” – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e têm na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – às vezes, água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio –, o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico em comparação com sua pobreza sem remédio. (LEAL, 2012, p. 47).

Associamos ainda o coronelismo no Estado de Alagoas ao poder das famílias dos usineiros, que são os grandes latifundiários do estado. Os coronéis usam de todos os artifícios e associações com o poder público para manter seus benefícios particulares em detrimento do restante da população, ainda carente das políticas públicas. Afinal,

A debilidade dos fazendeiros só apresenta fortaleza em contraste com a grande massa de gente que vive, de forma dependente e sub-humana, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandado. O “coronelismo” assenta, pois, nessas fraquezas do dono de terras, que se ilude como o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política, dependência do governo estadual, que dessa situação tira proveito em seu favor; fraqueza desamparada e desiludida dos seres sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades. (LEAL, 2012, p. 74).

Para compreender o motivo pelo qual o coronel detinha o poder, basta apenas lembrar que ele fornecia moradia e alimentação, reforçando a submissão total dos trabalhadores na votação, estratégia essencial para a retroalimentação de sua permanência nessa condição.

4.1 Transformações ocorridas na organização do agronegócio da cana-de-açúcar em Alagoas

Apontamos a introdução de variedades diferenciadas de espécies de cana-de-açúcar, como a cana caiana, no Estado de Alagoas, por concentrar maior teor de açúcar, no início dos anos 1900, bem como o incremento das estradas férreas, potencializando o escoamento da produção ao ancoradouro de Maceió.

Destacamos também o controle do processo produtivo a partir da implantação da Usina Brasileiro, que foi responsável pela introdução da técnica de correção de solo, a centrifugação e eletrificação da Usina Central Leão, bem como a inserção das variedades de

cana: B 208, BH 10-12, B 625, B 6032, Barbados, Demerara, etc., entre 1912 a 1913.

A introdução da mecanização no processo de produção facilitava o modo como eram a plantação e a colheita, e o início da produção de álcool, pela Usina Serra Grande Alagoas (a primeira usina do país que produziu etanol combustível) em 1927.

A Criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²⁴, em 1930, como institucionalização das relações entre governos e o agronegócio da cana-de-açúcar, bem como a evolução técnica do modo como era realizada a irrigação por gravidade, a utilização da eletricidade para o bombeamento da água ocorrida na mesma década, são expressões dessa modernização. Mais uma vez a Usina Serra Grande Alagoas evolui tecnicamente e, em 1938, incrementa o processo produtivo com a reutilização dos dejetos oriundos da manufatura da cana-de-açúcar, reaproveitando o vinhoto para a fertirrigação dos canaviais.

É importante destacar que, para Lira (1997, p. 54), Alagoas, em 1931, continha em seu território vinte e sete usinas instaladas convivendo com seiscentos e dezoito engenhos, dotados de técnicas e produzindo cerca de 31% do açúcar alagoano. Motivadas em momento posterior pela Segunda Guerra Mundial, as usinas não somente estimularam a produção em larga escala, mas graças ao incremento estatal nos modais de transporte, reforçaram ainda mais o modelo de plantação e colheita nas áreas expandidas.

Em 1942, ocorre o declínio do ancoradouro de Maceió e a construção do cais do porto de Jaraguá, potencializando ainda mais o escoamento da produção.

Na década de 1950, ocorre a nova expansão da área de produção da matéria-prima nas áreas de tabuleiro, bem como de novas variedades de cana-de-açúcar como a CO 331 e a CO 333.

O pacote de financiamentos, estimulado pelo governo de Getúlio Vargas por intermédio do IAA, na década de 1950, adota uma série de medidas que tem como principal intuito ampliar a área de influência do setor agrícola bem como ajuda a financiar a compra da terras, facilitando ainda mais o avanço dos canaviais nas áreas de planalto na mesorregião Agreste Alagoano.

²⁴O principal intuito era atuar desde a produção a partir do controle do estado brasileiro sobre a possível superprodução de cana-de-açúcar que desencadearia a não venda do produto *in natura* ou beneficiado, ou seja, o Governo Federal, através da organização por cotas de produção por estado, responsabilizar-se-ia na intermediação, da compra à comercialização. Seria também o instituto responsável por mediar conflitos entre produtores, fornecedores e beneficiadores da cana-de-açúcar, bem como investiria em longo prazo na disposição física infraestrutural das usinas e destilarias, bem como o maquinário utilizado especificamente para potencializar a plantação, a colheita e o beneficiamento, além do estímulo a pesquisas desenvolvidas articuladas a universidades públicas, bem como intuito promover a qualificar tecnicamente os produtores através do próprio instituto, bem como foi o responsável pelo Plano Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) na década de 1970.

Com a crise estrutural do agronegócio da cana-de-açúcar no mercado externo, o governo federal estimulou efetivamente a sua modernização pautada na busca incessante pela maior produtividade atrelada à qualidade, oferecendo subsídios, os quais envolviam desde o acesso ao crédito com facilidades, a baixo custo e alto benefício, a partir da década de 1950. Além disso, foram desenvolvidas estratégias que potencializaram a infraestrutura logística, minimizando os custos para o setor e pautado em planejamento estratégico, que viabilizava aos governos municipais, estaduais e federal um retorno em médio e longo prazos.

O retorno do investimento seria pautado no tabelamento do preço da cana (a depender do tipo e sua manufatura). O retorno, que não aconteceu em anos posteriores, principalmente em Alagoas, direcionou o processo de modernização do setor como principal motivador da inacessibilidade da população à saúde, educação e segurança. Logo, a única parcela da população que tinha acesso a esses considerados privilégios eram o usineiro e os fornecedores de cana.

O atrelamento da indústria metalúrgica associada à construção de novas usinas ou suas sofisticações, que incluíam desde melhorias técnicas à potencialização da eficiência do processo produtivo em áreas plantadas, cada vez mais longínquas entre as décadas de 1960 e 1970.

Nota-se, nesse processo, que, atrelado às transformações ocorridas no mundo do trabalho em Alagoas, oprimia cada vez mais o trabalhador rural para além das precárias e incipientes condições de trabalho. Nota-se que, em outros momentos históricos, em outros estados a constituição de sindicatos representativos dos trabalhadores do setor, a exemplo da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado de Alagoas, criado em 1963, o jogo de interesses pós-ditadura militar relacionou-se aos interesses patronais. Esse momento histórico contribuiu para que os trabalhadores da cana-de-açúcar que estavam organizados buscando melhorias salariais e de condições de trabalho de alagoanos permaneciam à margem desse processo, justamente pela desarticulação dos sindicatos com outros de esferas regionais.

Outro elemento que reforça a afirmativa do poder dos usineiros é pautado no crescimento da produção de cana-de-açúcar e seu beneficiamento, no Estado de São Paulo. Esse crescimento alcançou a produção da Região Nordeste, embora, segundo Lira (2007, p. 56)

Os usineiros estavam apenas decididos a preocupar-se com a modernização do setor com o intuito de destacar que os custos operacionais da produção à comercialização são mais caros que o estado do sudeste reivindicando um preço mais alto.

Ou, então, o preço mais justo para eles, com o intuito de equalizar os custos a partir da estratégia das cotas por estados e usinas.

Outros benefícios foram concedidos a partir das políticas de desenvolvimento regional estimuladas pelo IAA, dentre as quais se prioriza a análise do PLANALSUCAR, que, em 1971, foi implementada com o intuito de estimular o desenvolvimento de novas variedades do vegetal e outros modos de se conseguir potencializar os custos por meio do controle da produção, garantindo a comercialização dos produtos derivados. Contudo, nesse programa se atrelava o PROÁLCOOL, que tinha em si incluso o processo de eletrificação das usinas e a ampliação e melhoria dos modais de transporte próximos a elas, facilitando, assim, o escoamento da produção.

Faziam também parte do contexto do PROÁLCOOL, entre 1975 e 1979, financiamentos que tinham como objetivo potencializar a melhoria e a ampliação das destilarias que estavam anexas às usinas de açúcar, reforçando novamente o apoio à expansão das áreas dos canaviais e o incremento de aditivo de álcool anidro na gasolina. Além deste, Lira (1997, p. 70) considera outros dois períodos bem distintos do PROÁLCOOL.

Nos engenhos centrais, todos compartilhariam frações do processo de produção, situação inviabilizada justamente para não permitir o enfraquecimento das relações promíscuas existente entre o estado e o reforço às concentrações da propriedade de terras, reestruturando o modo como as usinas e as destilarias estariam configuradas e inseridas. Esses movimentos são notados cotidianamente nos discursos de 1975, ocorridos no Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, dentre outros que trataram do modo como seriam especializadas as políticas brasileiras de desenvolvimento regional, bem como o processo de modernização pautado na busca incessante por qualidade e quantidade, atreladas ao processo produtivo.

A construção do Terminal Açucareiro de Alagoas, em 19 de outubro de 1978, considerado, à época, o mais moderno do país, facilitou o processo logístico e reforçou ainda mais o processo de modernização das usinas e destilarias, que foram expandidas através de estratégias políticas decorrentes de subsídios oriundos do IAA. Esse facilitou a instalação da Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Alagoas (EECA), como estímulo do PLANALSUCAR, que iniciou suas atividades a partir de 1971, cujo objetivo principal

também era melhorar a infraestrutura de exportação do açúcar.

É essencial compreender que, no final da década de 1970, incentivos do Governo Federal foram essenciais para viabilizar a venda de veículos automotivos movidos a álcool, bem como a produção de álcool hidratado, ou popularmente conhecido como etanol, estimulando, nesse processo, a construção de destilarias autônomas.

Entre 1980 a 1985, com a elevação da produção de álcool hidratado, que era utilizado nos motores a álcool, foi também impulsionada pela desconcentração de destilarias responsáveis pela manufatura de outros derivados específicos da cana-de-açúcar. Essas destilarias estavam localizadas em áreas próximas às plantações que foram inseridas em substituição a outros tipos de cultivo, principalmente nos estados de Pernambuco e Alagoas, avançando em direção ao Agreste. Esse quadro agravou problemas sociais, ao promover a concentração fundiária subsidiada pelo estímulo à abertura do mercado interno, expandindo novamente os latifúndios.

Observando a inexistência de terras consideradas ociosas, ocorreu a contínua expropriação dos pequenos e médios produtores agrícolas que as usavam e ocupavam para a produção de alimentos como o milho, o feijão e outros cultivos, como o fumo. E, o período, entre 1986 e 1990, decorrente do declínio de investimentos e altos gastos em torno de sete bilhões de dólares, que limitavam os retornos econômicos e sociais decorrentes desse processo. É salutar destacar que

As formas políticas, jurídicas e ideológicas são, portanto, solicitadas a se inserir no vazio que se abre nas condições capitalistas de reprodução, tirando, da maior ou menor extensão desse espaço, sua força. Mas isso vale também para as diferenças entre o papel que tais condições desempenham nos vários modos de produção, pois, uma vez que cada um deles se funda em formas distintas de articulação entre os meios de produção e a força de trabalho, as relações jurídicas solicitadas precisam ser diversas. Sua integração a cada modo de produção é possibilitada pela combinação dos elementos da produção, sob a condição de que essas formas se revistam conforme as solicitações de autorregeneração da estrutura social. A separação característica ao capitalismo, entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho, requisita, como condições de sua existência, *relações jurídicas* que tomem, a uns e a outros, como *indivíduos livres e iguais*, bem como solicitam *politicamente* relações entre produtores diretos e apropriadores de mais-valor, sob a forma dissimuladora de *cidadãos*. (SADER, 2014. p. 22-23).

Nos últimos cinco anos da década de 1980, o processo de desaceleração do setor, a partir da queda de 40% dos investimentos públicos, promove o início da reestruturação produtiva motivada pela concentração e pela centralização de capitais que favoreceram o

desaparecimento das usinas e destilarias de pequeno porte. Embora saibamos que houve novos investimentos para a produção de álcool e açúcar por meio do Governo do Estado de Alagoas através de acordos financeiros. Nesse sentido, nota-se que os representantes políticos, até os dias atuais, continuam sendo os responsáveis pela situação de ordem social e econômica privilegiada por serem os donos das terras até hoje.

Toda a produção de açúcar e álcool e seu lucro, bem como a propriedade das terras, concentrava-se em apenas vinte e quatro famílias.

Em 1988, a família Bezerra de Melo era dona da Usina Santana e da destilaria Santana; a família Canuto, dona da Usina Terra Nova; a família Coutinho Dias Lins tinha a Usina e destilaria Sinimbu; os Jatobás tinham a Usina Serra Grande; a Leão era dona da destilaria Roteiro, bem como da Central Leão e destilaria Leão; a Lyra, dona das Usinas Taquara e Ouricuri e destilaria Ouricuri, a quem pertenciam a Usina e destilaria Mirim, Usina e destilaria Cachoeira, Usina e destilaria Caeté, Usina e destilaria Guaxuma, Usina e destilaria Laginha; a família Maranhão possuía a Usina Uruba, a Usina e destilaria Santo Antônio e a Usina Camaragibe; a família Moreira tinha a Usina João de Deus; a família Oiticica, dona da Usina e destilaria Santa Clotilde; a família Omena, dona das Usinas e destilaria Alegria, São Simeão e Bititinga; os Sarmentos tinham a Usina e destilaria Conceição e Usina Peixe; os Sampaio eram donos da Usina e destilaria Roçadinho; os Tenórios tinham as Usinas e destilarias Triunfo e Porto Rico; os Toledos eram donos das Usinas Capricho e Sumaúma, que também eram destilarias e eram ainda donos das destilarias Paisa e Massiape; as famílias Uchoa e Wanderlei, donas da Usina e destilaria Coruripe e das destilarias Camaçari e São Geraldo; os Vasconcelos, os Vilelas e Gomes de Barros, donos da Usina e destilaria Seresta. Dessa forma, em 1988, em Alagoas, 24 famílias eram donas de mais de 70% de todas as terras agricultáveis do Estado, de 27 usinas e 30 destilarias. Em todo o Estado existia apenas uma destilaria que não era propriedade de famílias tradicionais de senhor de engenho de Alagoas e Pernambuco, a destilaria de Pindorama, que pertencia a uma cooperativa de pequenos produtores. (ANDRADE 1997 *apud* LIRA 2007, p. 72).

A partir do momento em que a modernização do agronegócio da cana-de-açúcar está localizada no campo ou na cidade, como em Alagoas, as exigências dos mercados em nível global têm condicionado as atividades a reestruturarem-se e a ajustarem-se para não só atender a novas demandas, mas também como estratégia de minimização dos rebatimentos por essas fomentados, as dívidas públicas promovidas pelos excessos de investimentos sem retorno. A alta inflação potencializou a dívida interna no final da década de 1980, associada à crise internacional, bem como poucas condições de segurança ao viabilizar novas estratégias que viabilizassem novos recursos técnicos, tecnológicos e de logística. Contudo, os financiamentos junto ao IAA foram simplesmente suprimidos do processo de

desenvolvimento do país.

Na prática, a crise da produção açucareira do Nordeste está associada ao modo como as políticas governamentais são desenvolvidas para minimizar a quantidade de concorrentes, potencializando também a supressão da arrecadação de impostos a partir dos benefícios concedidos.

4.2 A resistência dos trabalhadores

No início da década de 1980, os trabalhadores rurais canavieiros de alguns estados nordestinos, como Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, estavam organizados em busca de melhores salários. Já em Alagoas, o processo não se deu do mesmo modo, devido à configuração territorial existente.

A luta organizada se deu em duas fases, segundo Lúcio (2006, p. 121)

A primeira de 1980-1986, marcada por acordos apenas entre as lideranças sindicais e a classe patronal e, a segunda, 1987-1989, com a realização de campanhas salariais conjuntamente com os demais Estados nordestinos produtores de cana-de-açúcar sob pressão da CONTAG.

O que chama atenção na primeira fase desse processo é a desarticulação entre FETAG/AL e Confederação, principalmente quando a FETAG/AL omite divulgações dos acordos entre patrões que visavam ao estancamento das greves, fomentando o setor sucroalcooleiro a receber novos investimentos da máquina pública exacerbando a cultura do medo e as individualidades de seus sindicalistas, interrompendo a luta por melhores condições de salário e trabalho. A segunda fase começa apenas no final da referente década, movida pelo processo de democratização no Brasil, iniciado em 1987.

Mesmo com suas particularidades, os trabalhadores rurais canavieiros, ainda que pressionados pela oligarquia alagoana, mantiveram-se em campanha por melhores salários e condições de trabalho. No final do ano 1987, perdem a luta e iniciam novas relações de trabalho, ao serem expulsos das vilas agrícolas.

Nesse movimento, percebe-se expressiva retração devido ao crescente investimento na modernização no campo alagoano, considerando as novas tecnologias na irrigação, substituição de pessoas por maquinários e a redução da queima da palha da cana.

O processo de reestruturação produtiva do agronegócio canavieiro alagoano é

decorrente da inserção de novas tecnologias atreladas às novas demandas estatais cujos investimentos se diluíram para outros cultivos. Junto a esse processo, houve o atendimento das obrigatoriedades trabalhistas asseguradas pela legitimidade do poder normativo da Justiça do Trabalho desencadeada a partir da Constituição Federal de 1988, que atendeu às demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho no campo.

Apesar das dificuldades financeiras impostas pelo mercado, as usinas alagoanas concederam reajuste de 6,5% aos trabalhadores do campo. Com o aumento - retroativo a 1º de novembro - o salário base sobe dos R\$ 523 para R\$ 557 e se mantém como o maior piso da categoria no Nordeste. Os 6,5% ainda incidem sobre a tabela do corte da cana. O acordo também prevê mudanças no valor do piso garantia que passa de R\$ 13 para R\$ 15. O gatilho salarial é disparado caso o novo mínimo nacional - que será divulgado em janeiro de 2011 pelo governo federal - seja maior ou se equipare ao piso dos trabalhadores rurais alagoanos. Hoje, o salário mínimo praticado no Brasil é de R\$ 510. O presidente do SINDAÇÚCAR-AL, Pedro Robério Nogueira, destacou a importância do reajuste dado aos trabalhadores rurais. “O setor, apesar das dificuldades financeiras existentes, concede este reajuste acima da inflação e preserva todas as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores”. Foram conquistas obtidas pela categoria graças a um canal sempre aberto de negociação”, destacou. O presidente da FETAG/AL, Genivaldo Oliveira, acredita que as conquistas obtidas neste acordo foram positivas. “Fizemos o possível para atender as expectativas dos trabalhadores. No Nordeste, podemos afirmar que Alagoas foi o Estado que mais obteve conquistas, especialmente na questão salarial. No âmbito do Brasil, só perdemos para Goiás. Conquistamos 1,5% de reajuste acima da inflação, além de mais R\$ 2,00 no piso garantia.”, declarou. Com as negociações encerradas, a homologação do acordo deverá ser concretizada nos próximos 15 dias. Alagoas - piso salarial: R\$ 557, gatilho R\$ 15; Sergipe - piso salarial: R\$ 555, gatilho R\$ 15; Pernambuco - piso salarial: R\$ 547, gatilho R\$ 12; Rio Grande do Norte - piso salarial: R\$ 531, gatilho R\$ 10; Paraíba - piso salarial: R\$ 528, gatilho R\$ 8. (SINDAÇÚCAR/AL, 2010).²⁵

Embora os trabalhadores do corte da cana em Alagoas tenham um dos melhores pisos salariais conquistados por meio das mobilizações junto aos sindicatos ao longo dos anos, as conquistas e os direitos sociais são lutas permanentes dos cortadores.

A sobrecarga na jornada de trabalho ainda é um desafio permanente, pois, mesmo que atualmente os trabalhadores tenham assegurados os equipamentos de proteção individual e obtenham um acompanhamento contínuo da Justiça do Trabalho, os abusos laborais ainda preexistem, pois se trata de um trabalho penoso configurado pelas repetições posturais, viciosas e fatigantes.

²⁵Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/wp-content/uploads/2010/12/3122010_132.2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

Desde janeiro de 2016, o Decreto Federal n. 8.618 de 29 de dezembro de 2015 institui novo salário mínimo para os trabalhadores da indústria do açúcar, no valor de R\$ 968,80 (novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), 10% a mais em relação ao salário mínimo nacional em vigor.

O STIA/AL conquistou, através de convenção coletiva, em sua cláusula Terceira, que o trabalhador da categoria possui um piso salarial com 10% a mais referente ao salário mínimo nacional em vigor. O decreto número 8.618 de 29 de dezembro de 2015 instituiu um salário mínimo de \$ 880,00. Ou seja, desde janeiro de 2016, o trabalhador da indústria passou a ter um piso – o mínimo vencimento – de R\$ 968,00 devido à conquista do STIA/AL. Saiba essa e outras regulamentações que passaram a vigorar esse ano: Salário mensal – R\$ 968,00; Salário dia – R\$ 32,27; Salário hora normal – R\$ 4,40; Salário hora-extra 50% – R\$ 6,60; Salário hora-extra 100% – R\$ 8,80. (STIA/AL, 2016).²⁶

Em entrevista realizada no dia 20 de julho de 2016, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar do Estado de Alagoas (SITIA/AL), o sindicalista E. L. L. destaca que “o sindicato foi fundado no ano de 1944” e, no diálogo, estabelece como o SITIAAL se mobiliza para atender às demandas dos trabalhadores da indústria do açúcar no Estado de Alagoas. Para tal, estabelecem-se as reuniões com

Os representantes delegados e alguma explicação é passada ao delegado para assim repassar para os associados. O delegado e o representante do sindicato. Os sindicatos atendem e repassam todas as situações com os associados, passada em reuniões periódicas. (Sindicalista E. L. L., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.)

A transparência na socialização das informações é perceptível pela circulação de panfletos e do *site* do SITIAAL, que possui fácil navegação e a página das notícias é atualizada semanalmente, permitindo ao trabalhador da indústria do açúcar, em qualquer local do estado com acesso à Internet, atualizar-se sobre as mobilizações existentes e a conjuntura do agronegócio em Alagoas.

Questionado sobre a realização de acompanhamento do quantitativo de trabalhadores filiados ano a ano, bem como se existe uma filiação permanente ou se ela ocorre apenas durante o período em que os trabalhadores realizam o corte da cana, ou seja, o emprego temporário, o entrevistado responde:

²⁶Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/84-piso-salarial-do-trabalhador-da-industria-do-acucar-e-reajustado>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

Sim, geralmente nós damos transparência das informações no portal com atendimento social, onde existe uma listagem dos associados e existe uma prestação de contas com os delegados, com controles. Caso algum associado queira de desvincular envia a documentação para ser dado baixa. Quando é necessária alguma homologação, é obrigado ter a documentação que é encaminhada pela empresa. (Sindicalista E. L. L., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Para acessarmos os dados das atualizações cadastrais dos associados, faz-se necessário contato prévio com o sindicato e solicitação da listagem dos associados, haja vista o fluxo contínuo de informações.

No que concerne à participação do sindicato na definição dos salários, bem como se há algum tipo de diferenciação dos valores recebidos por função exercida e sexo, diz-se

É feita uma reunião em meados de setembro onde sentamos com o patronal e fazemos uma assembleia para definir o reajuste, onde é feito todo um estudo para o aumento de contribuição. A diferencial do salário depende de cada empresa, porque cada um tem sua função e sua categoria, por aí você vai ver que existe uma diferença, mais não é porque é mulher ou homem. Geralmente quando somos convidados para reuniões fazemos isso, até porque entre o trabalhador e o patrão eles precisem do apoio é só chegar junto. As demandas geralmente são de rescisão de contrato e atendimento médico. O trabalhador chegando no sindicato tem direito à refeição, existem três restaurantes que o sindicato possui convênio. Além de assistência jurídica não só na área trabalhista mas em outras áreas. Uma delas é a questão salarial, o pagamento em dia por conta da crise no setor, o acompanhamento sobre os equipamentos de proteção, denúncias onde ficamos a par da situação. Nós temos uma assistência médica no sindicato, clínica geral, dentista, oftalmologista e otorrinolaringologista, tudo no próprio sindicato. E sempre é tudo acompanhado, caso seja necessário a utilização de óculos já é acompanhado. Aí é a questão do prestador de serviço, tem que ter um acompanhamento porque o trabalhador, o sindicato tem que estar atento porque alguns direitos são violados para evitar a perda do direito dos trabalhadores. (Sindicalista E. L. L., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

A fala do entrevistado pôde ser comprovada, pois, em conversas informais com os sindicalizados na sala de espera, estes afirmaram que ali compareciam em função de agendamentos de consultas médicas no prédio do sindicato, bem como se alimentavam em restaurantes localizados nas proximidades que estabeleciam parcerias para receber esses trabalhadores na capital.

Questionado sobre esse processo e sobre a atuação do sindicato frente à luta pelo acesso à terra em Alagoas, o entrevistado responde:

Acho que é uma boa, pois você ter uma variedade de cultura é bom para todos além da cana-de-açúcar, pois o clima é muito variável e propício, como, feijão, soja, milho. (Sindicalista E. L. L., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

De acordo com o entrevistado, a diversificação de cultivos em áreas onde há plantio de cana é defendida pelo sindicato, seja em reportagens contidas em seu *site* oficial, seja pelo reconhecimento da labuta árdua que os trabalhadores travam dia a dia. Para tal, faz-se necessária a redução da área de cana plantada.

Para que haja a diversificação de cultivos, faz-se necessário repensarmos as estratégias que permitem ao país destacar-se como exportador de alimentos, cabendo o Estado repensar o modo como elabora suas políticas públicas, pois, ao permitir créditos aos agricultores familiares, inviabilizam sua qualidade de vida, a geração de emprego e renda, bem como a permanência dos povos do/no campo ocorra.

A cana-de-açúcar está cedendo espaço para outras culturas agrícolas, como soja e amendoim, para florestas e até para condomínios residenciais. Com a crise do setor sucroalcooleiro, usinas e fornecedores de cana da região Centro-Sul do Brasil estão abrindo mão de seus canaviais para investir em atividades que garantam uma renda maior. O avanço de outras culturas sobre a cana ainda não é generalizado, mas começa a ganhar espaço em São Paulo, maior estado produtor da matéria-prima no país, Minas Gerais, e na região Centro Oeste, o grande “celeiro” da soja, afirmam fornecedores de cana e especialistas do setor. Essa substituição ocorre, principalmente, em regiões onde usinas enfrentam problemas financeiros ou fecham por falta de capital para manter o negócio. Atualmente, 80 das cerca de 450 usinas do país estão paradas. Dessas 80, 36 estão em recuperação judicial. Outras 44 pediram proteção contra credores, mas continuam na ativa, de acordo com a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA). O anúncio da volta da Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina e a expectativa de elevação da mistura do etanol na gasolina, de 25% para 27%, podem dar um alento ao setor no curto prazo, mas não resolvem a situação financeira delas, diz Plínio Nastari, da consultoria Datagro. (STIA/AL, 2016).²⁷

Em meio a este novo cenário promovido por sucessivas crises do setor, é preciso questionar como o STIA/AL se organiza e se articula com outros sindicatos rurais e/ou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas (FETAG), para que, juntos, possam estimular alternativas como essas forças, frente às adversidades atuais do setor, e o sindicalista responde que

²⁷Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/45-cana-de-acucar-cede-espaco-para-atividades-que-garantam-uma-renda-maior>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

O alvo é o açúcar, a cana-de-açúcar, nesse caso, já parte para o sindicato rural. O contato do sindicato é com a Federação de Alimentação dos Trabalhadores da Indústria e a Confederação de Alimentação dos Trabalhadores da Indústria, Alagoas e Sergipe, onde existe uma parceria para discutir como anda a parte da alimentação. (Sindicalista E. L. L., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão da mobilização dos trabalhadores da agricultura tradicional no estado, pois são eles os responsáveis pelo abastecimento dos mercados com frutos, verduras e legumes, bases nutricionais da sobrevivência humana.

No que concerne à luta e à resistência dos trabalhadores do/no campo, foi realizada uma entrevista, em 20 de julho de 2016, com a Secretária Geral da FETAG/AL, M. N., que fala sobre o histórico e a luta pela permanência dos povos do campo no campo, com qualidade de vida e trabalho. Sobre essa questão, a entrevistada afirma que:

A formação sindical se deu na fundação da Federação, que aconteceu em dezembro de 1963. Em 1964 a Federação, ela esquadrou e voltou em 1966, devido à necessidade dos dirigentes de sindicatos estar por dentro das leis e defender os trabalhadores foi feita essa formação aqui mesmo em Maceió, onde alguns iam para Brasília para se capacitar e voltavam para dar cursos. Hoje já está mais além porque existe uma escola de formação a nível nacional que é a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), e capacitando também a nível estadual. Dias 27, 28, 29 de julho meta regional que são eventos acontecidos por polo com 150 participantes, fruto da escola de formação FETAG. (Federada M. N., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

O que se percebe, nesse processo, é que a FETAG/AL contribui para a permanência dos agricultores no campo. A acessibilidade de informações disponíveis no *site* da federação²⁸ viabiliza a socialização das ações nos variados níveis, afirmando sua articulação com sindicatos em variadas escalas. Assim, para a obtenção de objetivos em comum dos agricultores, a entrevistada respondeu:

Escutamos os sindicatos a nível municipal, porque temos contato com todos os municípios do Estado e trazemos todas essas demandas. Quando é nacional vai pra Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), estadual nós temos o Grito da Terra Alagoas. Esse não realizamos porque teve todo esse problema estadual, mas participamos de uma grande mobilização que foi a nível nacional, mas no próximo ano voltaremos a fazer o estadual, onde veremos quais são as maiores demandas

²⁸Disponível em: <<http://www.fetagal.org.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

para os trabalhadores canavieiros para cobrar do Governo. (Federada M. N., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

O Grito da Terra (ver figura 08) é mais que uma marcha de trabalhadores rurais. É por meio dessa expressividade mobilizadora, formativa e informativa, que os trabalhadores rurais discutem, trocam experiências e lutam por melhores condições de trabalho e permanência no campo, bem como se visibilizam as ações sindicais frente ao agronegócio em Alagoas.

Figura 08. Grito da Terra Alagoas, Maceió, maio de 2014



Fonte: FETAG (2014).

As ações decorrentes do Grito da Terra viabilizam outras ações, que permitem a elaboração de documentos de políticas públicas, com o intuito dessas atenderem as demandas dos trabalhadores rurais.

É por meio das mobilizações pelos direitos trabalhistas e previdenciários dos assalariados e das assalariadas rurais alagoanos que a federação tornou-se a referência nas lutas do povo do campo alagoano. Sobre esse processo, a entrevistada aponta que

No setor canavieiro já existiu muito essa discriminação, onde existia mulher no campo, depois quando houveram muitas brigas e as mulheres se organizarem no sindicato canavieiro, passaram a igualar o salário da mulher e do homem. Hoje não podemos falar isso, porque poucas usinas possuem trabalho com mulher. Se você chegar na região canavieira, você vai encontrar mulher na Usina Santo Antônio, na Camaragibe, ainda encontra mulheres trabalhando, mas outros grupos optam por não ter mulher no campo. (Federada M. N., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Somente a partir da mobilização das mulheres é que serão asseguradas melhores condições de trabalho para esse gênero. A participação das mulheres no sindicato é permanente e perceptível no quadro de funções existentes na FETAG/AL.

No que se refere a como a Federação se articula com os trabalhadores da cana, a entrevistada afirma que há

Uma secretaria de assalariados da FETAG, esse secretário vai participar da reunião de polo e vê a situação, dialoga com os trabalhadores e convoca a secretaria, fazendo o trabalho de base no setor canavieiro, e tem também as assembleias dos canavieiros no sindicato, onde o secretário sempre está participando. Sempre é tudo registrado no portal da FETAG. (Federada M. N., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

O diagnóstico permanente das relações existentes no campo permite ao secretário identificar as reais demandas para que delas se extraiam soluções por meio do diálogo estabelecido junto aos trabalhadores. A transparência dessas negociações está disponível no *site* da FETAG/AL, no *link* notícias, e, caso haja necessidade de acesso a documentações, é pelo *link* contatos que a demanda deve ser solicitada.

Durante a entrevista também foi perguntado como a Federação se articula com o sindicato dos trabalhadores da cana-de-açúcar e se há algum tipo de influência na organização dos salários, férias e demais direitos trabalhistas. A entrevistada destaca que

A Federação organiza e existe uma data base para os trabalhadores rurais. que é primeiro de novembro. Em agosto é realizada uma grande plenária onde todos os sindicatos da região canavieira onde é feita uma pauta de preparação de reivindicação daí os sindicatos vão fazer suas assembleias e depois volta para a Federação e verificar as demandas que e fazer uma negociação já prevendo a data base. (Federada M. N., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

A FETAG/AL sempre participa das mobilizações que perpassam pela luta salarial, direitos trabalhistas e condições de resistência e permanência no campo identificando-se, nesse processo, a sua participação no acompanhamento das políticas públicas direcionadas aos povos do campo, dentre as quais se destacam na história o Programa Amigo Trabalhador, elaborado em 2013 pelo Governo do Estado de Alagoas cujo objetivo é cadastrar eletronicamente os trabalhadores rurais para recebimento de auxílio financeiro para participação em cursos de qualificação profissional promovidos pela Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego.

O histórico da FETAG/AL consiste na luta cujo intuito perpassa pela continuidade do povo do campo no campo, organizando resistências contra o latifúndio a partir das reuniões e mobilizações frente ao avanço do agronegócio canavieiro e demais *commodities*. Nesse sentido, entre os objetivos, o desenvolvimento de formações continuadas, cujo intuito se debruça na defesa do agricultor pelos seus direitos e deveres na sociedade, assim como a permanência do povo do campo no campo, com qualidade de vida e seguridade social.

Figura 09. Margaridas realizam ato público, Maceió, março de 2016



Fonte: FETAG (2014).

O que se nota é que o Estado brasileiro, por séculos, ao estimular o setor canavieiro, realiza sua promoção não somente por ser representante e representado pelos empresários desse setor, mas também torna insustentáveis as condições de sobrevivência da maior parte da população, tornando-a cada vez mais submissa às tramas e enredos promovidos pelo capital. É preciso que se repense o modo como o governo brasileiro estimula a agricultura. Para que? E para quem?

4.3 O agronegócio da cana-de-açúcar e o Estado

No contexto que envolve a inserção do Brasil na lógica econômica neoliberal, as atividades do agronegócio da cana-de-açúcar dependiam promiscuamente do Estado. Cada vez mais sua crise foi se aprofundando num raio de aproximadamente 15 anos, porém esta foi temporariamente aliviada, novamente graças a iniciativas do Governo Federal, ao estimular novamente a produção de etanol.

Com um novo ambiente institucional estimulado pela inserção do país na economia globalizada, há uma tentativa por meio do IAA, de estimular o cultivo da cana-de-açúcar e outros vegetais, a partir de novas estratégias que se propagandeiam como novas frentes de desenvolvimento do Brasil e também de Alagoas.

Lira (2007, p. 76) afirma que “o modo como o usineiro conduz seus negócios continua se estabelecendo na mão-de-obra a baixos custos”. Logo, ao utilizar-se de estratégias ligadas acompanhamento ou apoio à bancada ruralista, cujo objetivo permeia investimentos de governamentais no setor, seja por subsídios, seja por empréstimos, evitando-se assim riscos de prejuízos.

A cultura canavieira foi um dos condicionantes da formação econômica social e espacial alagoana. A contínua expropriação direta e indireta da mais-valia dos alagoanos persiste até o presente, com o povo submisso às intencionalidades dos grupos sucroalcooleiros.

Na década de 1990, após a desregulamentação do setor canavieiro, que culminou na extinção do IAA, o agronegócio canavieiro em Alagoas buscou reproduzir-se a partir do questionamento sobre a aplicabilidade da cobrança da circulação da cana produzida dentro do território das terras das usinas, culminando na inabilitação do setor ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado.

O não pagamento do ICMS pelo setor sucroalcooleiro em Alagoas, estabelecido a partir de Termos de Transação do Indébito da Cana Própria, desencadeou no estado uma série de entraves que inviabilizaram, ano a ano, investimentos em saúde, educação e segurança pública, fortalecendo continuamente apenas o setor canavieiro entre julho de 1988 e outubro de 2004.

Para compreendermos como os rebatimentos dos Termos de Transação do Indébito da Cana Própria se fazem necessários, uma interpretação sobre os componentes históricos e econômicos que culminaram nesse processo. Para isso, faz-se necessário o entendimento sobre a articulação das arrecadações de impostos no Estado de Alagoas.

A Receita Corrente²⁹ é composta da arrecadação própria e das transferências correntes. Da arrecadação própria fazem parte as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços, segundo o Capítulo II, Título I da lei ordinária n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Entretanto, a receita Tributária é a mais importante,

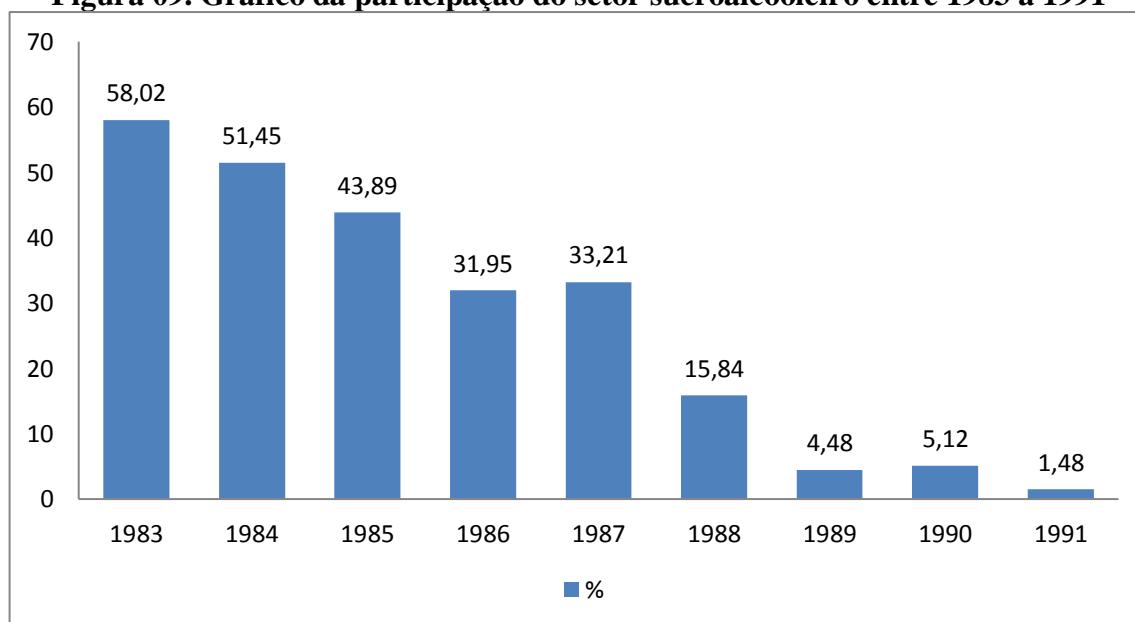
²⁹São as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços e outras, e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (§ 1º do art. 11 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, com redação dada pelo Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982).

subdividindo-se em impostos, taxas e contribuições de melhoria. Como exemplo de Transferências Correntes, art. 13, temos as Voluntárias e as Constitucionais como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e outras.

De acordo com Constituição Estadual, em Alagoas essa receita é composta pelo Imposto de Renda Adicional, o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre Transmissão *causa mortis* e Doações de Bens e Direitos (ITCD), o ICMS e as taxas. Segundo Angélico (1994, p. 44), a Receita Tributária é a “resultante da cobrança de tributos pagos pelos cidadãos em razão de suas atitudes, suas rendas, suas propriedades e dos benefícios diretos e imediatos recebidos do estado”. No caso particular de Alagoas, O ICMS proveniente do setor sucroalcooleiro representava maior parcela de arrecadação.

Na evolução da arrecadação do ICMS por atividades, em Alagoas, no período de 1983 a 1991, é bastante perceptível a diminuição da participação do setor sucroalcooleiro. De taxas que oscilaram entre 33,21% e 58,02%, no período de 1983 a 1987, passaram para 15,84% em 1988, atingindo, em 1991, a inexpressiva taxa de 1,48%, conforme o gráfico 01 acima. A queda na participação é tão significativa que, no ano de 1991, de acordo com o documento “Os 100 maiores contribuintes de ICMS do período 1991/1988”, publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, nenhuma das empresas do setor apareceu entre os vinte e cinco primeiros.

Figura 09. Gráfico da participação do setor sucroalcooleiro entre 1983 a 1991



Fonte: SEFAZ/ AL Gráfico1: Participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas, 1983-1991 (%). Adaptado pelo autor (2016).

Essa decadência teve um reflexo profundamente negativo no comportamento da arrecadação de ICMS de Alagoas, em relação ao arrecadado no Brasil. Em 1983, de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, o Estado participou com 1,08% do ICMS arrecadado no país, e, em 1994, o índice caiu para 0,5%. Esse brutal decréscimo da participação do setor sucroalcooleiro inviabilizou investimentos na infraestrutura do estado, culminando na falência econômico-financeira de Alagoas.

Mormente, foram fixados dois acordos com os Usineiros. O primeiro em 1988 e o segundo em 1989, com trinta e duas usinas de açúcar e destilarias de álcool do Estado. Com o acordo, os Usineiros deixaram de recolher aos cofres públicos de Alagoas cerca de R\$ 1 bilhão e 300 milhões em ICMS. A participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas no ano de 1983 era de 58,02%, caindo, em 1991, para 1,48%, de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas.

Esse fato decretou a falência das Finanças Públicas estaduais, tendo em vista que o acordo, além de isentar os usineiros de pagamento do ICMS sobre a Cana Própria, a partir daquela data, pactuou que os valores pagos anteriormente, considerados indevidos, seriam restituídos em cento e vinte parcelas corrigidas monetariamente.

Os termos foram pactuados em duas circunstâncias. O primeiro, no dia 15 de julho de 1988, envolveu dezenove empresas; o segundo, no dia 19 de abril de 1989, mais doze empresas. Consolidados os pactos, ficou acertado que o valor indevido seria restituído em cento e vinte parcelas, corrigido monetariamente com maior índice do período.

A decisão de restituir valores pagos aos Usineiros foi, no mínimo, ilegal, porque o Código Tributário Nacional, no artigo 166, que versa sobre a restituição de indébito nos impostos indiretos, cuja redação é reproduzida no artigo 80 da Lei Estadual n. 4.418 de 1982, deixa bem claro que

A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido à terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-lo (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS, 1982).

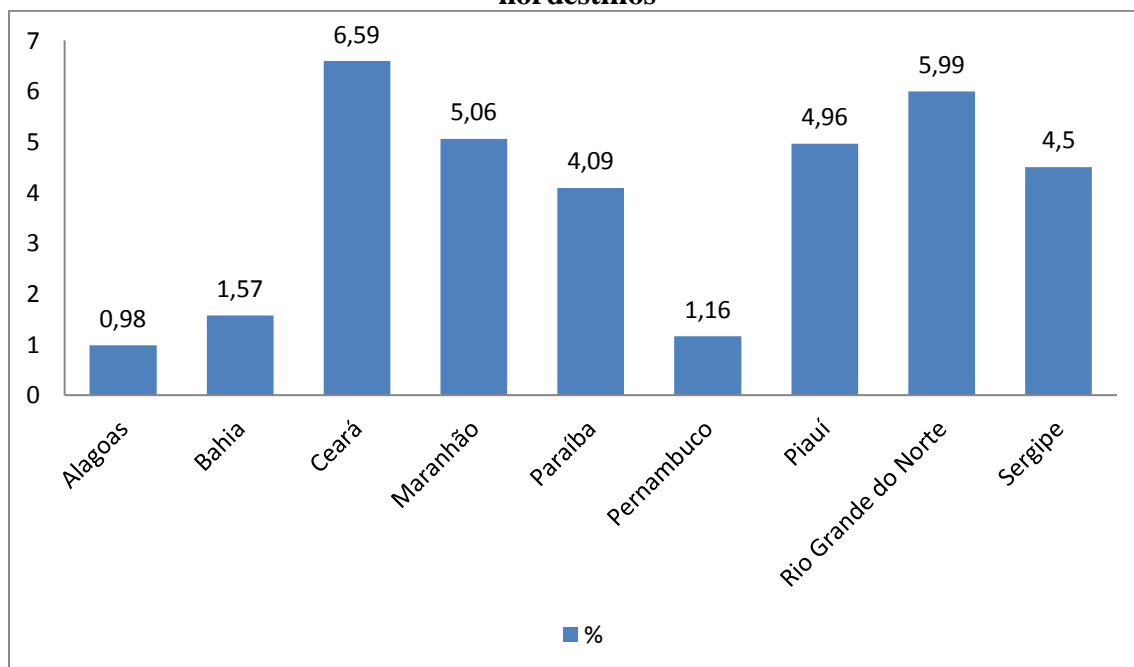
Traduzindo a forma jurídica, o ICMS é um imposto indireto, transferido através do preço, para o consumidor. Ele, de acordo com o referido diploma legal supra, deveria ser o beneficiário da citada restituição. Até mesmo o IAA, que arcava com grande parte dos custos de produção de açúcar alagoano, poderia ter direito a essa restituição. Se o poder judiciário

brasileiro da época tivesse sido sério, jamais os usineiros alagoanos teriam tido direito a ela. Ressalta-se, todavia, que na celebração desse indigesto acordo, buscou-se o mais alto dos índices existentes na economia para corrigir os valores das supostas parcelas a serem restituídas. Como convivíamos com taxas altas de inflação e os cálculos eram feitos de forma capitalizada, ou seja, juros sobre juros, formou-se um montante astronômico.

Com a intensificação da crise econômica no país, era imprescindível promover a modernização do setor produtivo e diminuir os gastos públicos em 1990. Entre outras medidas, foi extinto o IAA, órgão que dava subsídio ao setor sucroalcooleiro nordestino. Sem o apoio financeiro do IAA, os usineiros recorreram às linhas de crédito do Banco do Brasil e/ou do Produban.

É importante lembrarmos que, caso houvesse direito à restituição, essa seria de cerca de R\$ 131,80 milhões. Tal equívoco matemático levou o Estado de Alagoas a um endividamento além de sua capacidade de pagamento e do crescimento negativo da Receita Tributária, conforme o gráfico a seguir.

Figura 10. Gráfico da taxa média de crescimento da Receita Tributária nos estados nordestinos



Fonte: Ministério da Fazenda (1995). Adaptado pelo autor (2016).

Na história política e econômica de Alagoas, nunca foi registrado um acordo que trouxesse tantas consequências negativas para o Estado, como o conhecido “Acordo dos Usineiros”. É natural que os governos, em momentos de crises econômicas, realizem acordos temporários com o setor privado, concedendo redução de alíquotas, redução de base de

cálculo, concessão de créditos, subsídios e outras formas de incentivos fiscais.

O ponto de partida para consolidação do acordo foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), reconhecendo a ilegalidade da cobrança de ICMS da Cana Própria, o que levou ao “efeito dominó”. Contudo, em Alagoas, o caso não ficou apenas na paralisação das cobranças: requereram a devolução do que foi pago indevidamente.

Os Usineiros recorreram ao poder Judiciário através de uma Ação Judicial de Restituição do Indébito. Contudo, antes mesmo da decisão em primeira instância, do juízo monocrático³⁰, ou *a quo*³¹, o então governador, por motivos pessoais, interveio para transacionar com as empresas reclamantes, gerando a lavratura dos Termos de Transação do Indébito da Cana Própria.

Os reflexos da queda na arrecadação proveniente do ICMS foram o aprofundamento da crise social e a falta de infraestrutura do estado. Houve, ano a ano, a diminuição dos gastos com educação, saúde, habitação, geração de empregos, formação de mão de obra, pesquisas políticas e agrícolas, levando Alagoas, na década de 1990, a ter um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

No ano de 2001, a decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas anulou os dois acordos firmados pelo então governador, em 1988 e 1989, com trinta e duas usinas de açúcar e destilarias de álcool do Estado. Com o acordo, os usineiros, deixaram de recolher aos cofres de Alagoas cerca de R\$ 1,3 bilhão em ICMS, o que deixou o Estado na condição de recordista em mortalidade infantil e analfabetismo. Além do mais, cerca de 1,5 milhão de alagoanos vive abaixo da linha da pobreza (IBGE e PNUD, 2016).

Para cobrar os impostos não pagos pelo setor desde 1988, o então Governador Manoel Gomes de Barros ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIM) no Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista que a cobrança dos valores não pagos pelos usineiros não era automática, porque, em 1998, o então governador promulgou uma lei que quitava a dívida.

Decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas anulou os dois acordos financeiros firmados pelo governador Fernando Collor de Mello, em 1988 e 1989, com 32 usinas de açúcar e destilarias de álcool do estado. Com o acordo, os usineiros deixaram de recolher aos cofres de Alagoas cerca de R\$ 1 bilhão em ICMS nos últimos 12 anos. O atual governador, Ronaldo Lessa (PSB), ajuizou na semana passada uma Ação direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para tentar cobrar os impostos não-pagos pelo setor desde 1988, retroativamente, cujo

³⁰É aquele de um só juiz.

³¹Juízo *a quo* é aquele de cuja decisão se recorre.

valor é semelhante a toda a arrecadação do estado em 2000. A cobrança retroativa dos valores não-pagos pelos usineiros não é automática porque, em 1998, o então governador Manoel Gomes de Barros (PTB) promulgou uma lei que quitava a dívida. É esse item da lei que Lessa tenta derrubar no STF. A decisão unânime do TJ na noite da última sexta-feira abre a possibilidade de o governo alagoano passar a cobrar os impostos do setor e aplicar multas, o que não era possível até então. A anulação ficará válida até decisão final do STJ, onde cabe recurso por parte dos usineiros. O recurso, porém, não tem efeito suspensivo, o que permite que Lessa passe a cobrar, imediatamente, o pagamento do ICMS. “O setor já me procurou. Eles dizem que querem pagar e que eu não precisava ter recorrido à Justiça”, disse Lessa à Agência Folha. Os dois acordos foram firmados por Paulo César Farias, o PC, ex-tesoureiro da campanha de Color, Pedro Collor de Mello, irmão do ex-presidente, afirmou que os usineiros repassaram R\$ 50 milhões para dar “o caixa inicial” da campanha à Presidência de seu irmão. O primeiro acordo foi firmado com um grupo de usineiros reunidos na Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, em 1988. O Segundo foi firmado um mês antes de Collor deixar o governo alagoano para se candidatar à Presidência, com os chamados usineiros independentes. Os acordos foram baseados em decisão de 1987 do STF que havia considerado ilegal a cobrança de ICMS sobre a cana plantada nas terras da própria usina. A decisão vale para o país todo, mas nenhum estado decidiu devolver recursos. Havia o entendimento de que a devolução representaria um benefício indevido, pois os usineiros já retinham o valor do ICMS pago pelos consumidores. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).³²

A Lei n. 6.004, de 14 de abril de 1998, publicada no *Diário Oficial do Estado* (DOE) do dia 15 de abril de 1998, previa no Artigo 4º que se constitui condição para gozo dos benefícios aos quais se referem os artigos 1º, 3º e 6º desta lei, a celebração prévia do termo de renegociação dos acordos firmados entre o Estado e o setor sucroalcooleiro em 15 de julho de 1988 e 19 de abril de 1989, com mútua, plena e geral quitação de parte a parte.

O que se sabe é que os cofres públicos foram lesados em mais de R\$ 1,3 bilhão de reais. Cabral (2005, p. 16) detalha as receitas e as despesas realizadas por categoria e arrecadação do ICMS, entre 1972 e 2000, evidenciando a importância e a dependência do ICMS oriundo da produção sucroalcooleira (ver tabelas 2, 3 e 4).

Igualmente, há a ratificação do acordo no artigo 5º da lei. Artigo 5º que determina: Fica convalidada a utilização dos créditos fiscais oriundos dos Termos de Transação do Indébito da Cana Própria, datados de 15 de julho de 1988 e 19 de abril de 1989.

Quando o artigo 4º referia-se em quitação de parte a parte, ele expressava que tanto os usineiros quanto o Estado estavam quites – ninguém devia nada a ninguém.

Entretanto, a verdade era que os cofres públicos foram lesados em cerca de 1,3 bilhão de reais. Especialistas responsabilizaram o chamado Acordo dos Usineiros pela precária

³²Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2205200125.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

situação econômica, social e financeira pela qual passou o Estado de Alagoas.

Tabela 02. Receita Arrecadada realizada, por categoria e arrecadação, em Alagoas de ICMS (1972, 1980, 1991, 2000)³³

| ANO | RECEITA | | |
|------|-------------|------------|-------------|
| | Corrente | De capital | Total |
| 1972 | 159.316 | 35.771 | 195.087 |
| 1980 | 6.355.203 | 2.117.533 | 8.472.736 |
| 1991 | 168.047.564 | 18.726.427 | 186.773.991 |
| 2000 | 1.314.450 | 2.024 | 1.316.474 |

Fonte: CABRAL (2005) adaptada pelo autor (2016).

Tabela 03. Despesa Realizada, por categoria e arrecadação de ICMS em Alagoas (1972, 1980, 1991, 2000)⁵

| ANO | DESPESA | | |
|------|-------------|------------|-------------|
| | Corrente | De capital | Total |
| 1972 | 156.281 | 31.893 | 188.174 |
| 1980 | 6.077.885 | 2.070.220 | 8.148.105 |
| 1991 | 147.958.099 | 28.761.252 | 176.719.351 |
| 2000 | 1.141.925 | 138.932 | 1.280.857 |

Fonte: CABRAL (2005) adaptada pelo autor (2016).

Tabela 04. ICMS Alagoas (1972, 1980, 1991, 2000)⁵

| ANO | ICMS |
|------|------------|
| 1972 | 135.138 |
| 1980 | 4.267.130 |
| 1991 | 68.842.218 |
| 2000 | 517.601 |

Fonte: CABRAL (2005) adaptada pelo autor (2016).

Destaca-se que a taxa média de crescimento do PIB alagoano, que no período de 1970 a 1980 foi de 9,1%, uma das mais altas do país à época, foi reduzida para menos de 5%. Com isso, houve uma desaceleração econômica.

A estrutura fundiária dos municípios pesquisados, Campo Alegre, Junqueiro e Teotônio Vilela, localizados na mesorregião Leste Alagoano, trazem consigo a concentração fundiária impulsionada pelo cultivo da cana, cuja retração ocorre apenas a partir dos anos 1996, momento de crise do setor.

O município Campo Alegre está localizado na microrregião de São Miguel dos Campos e tem como base econômica o cultivo da cana-de-açúcar. De acordo com os dados registrados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE (2016), apenas 37 hectares no ano de

³³ Unidade monetária: 1972 = Cr\$ 1.000, 1980 = Cr\$ 1.000, 1991 Cr\$ 1.000 e 2000 = R\$ 1.000.

2015 possuem área destinada à colheita de vegetais diversificados, como a banana, o coco-da-baía e o mamão.

Embora não esteja contida nos registros do IBGE, a diversificação de cultivos se estabelece através das lutas dos movimentos sociais. No caso do Acampamento Belo Horizonte, este produz de batata doce, abacaxi, uva, melancia, mandioca, feijão carioquinha e feijão preto, abóbora, maracujá, pimentão e demais hortaliças, que comercializa em larga escala nas feiras livres da cidade, bem como são comercializadas nas feiras livres de Arapiraca de São Miguel dos Campos.

O município Junqueiro está localizado na microrregião de São Miguel dos Campos e tem como base econômica o cultivo da cana-de-açúcar. De acordo com os dados registrados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE (2016), apenas 92 hectares no ano de 2015 possuem área destinada à colheita de vegetais diversificados, como a banana, o coco-da-baía, a laranja, o mamão e o maracujá.

Embora não esteja contida nos registros do IBGE, a diversificação de cultivos se estabelece através das lutas dos movimentos sociais. No caso do Acampamento São José II, este produz de milho, amendoim, batata doce, abacaxi, melancia, mandioca, feijão carioquinha, abóbora, maracujá, maxixe e demais hortaliças, que também comercializa em larga escala nas feiras livres da cidade, bem como são comercializadas nas feiras livres de Teotônio Vilela.

O município Teotônio Vilela está localizado na microrregião de São Miguel dos Campos, e, assim como Campo Alegre e Junqueiro, tem como base econômica o cultivo da cana-de-açúcar. De acordo com os dados registrados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE (2016), apenas 149 hectares no ano de 2015 possuem área destinada à colheita de vegetais diversificados, como a banana, o coco-da-baía, a goiaba, o mamão e o maracujá.

Embora não esteja contida nos registros do IBGE, a diversificação de cultivos se estabelece através das lutas dos movimentos sociais. No caso do Acampamento Padre Cicero, ela ocorre desde 2014, produzindo banana, mandioca, batata doce, feijão, milho, abacaxi, maxixe, quiabo, abóbora e demais hortaliças, comercializadas em larga escala nas feiras livres da cidade.

Afirma-se que a luta pela terra tem como principal intuito a permanência do homem no campo. A mobilização dos movimentos sociais se faz necessária tendo em vista a baixa disponibilidade de terras, que se encontram concentradas ao longo dos anos pelo agronegócio canavieiro, o qual suprime a diversificação de cultivos presentes com maior intensidade nas mesorregiões Agreste e Sertão alagoanos.

A resistência camponesa surge contrária a esse movimento de concentração, pois, em meio às crises, nem todos os grupos empresariais estabelecem com apoio do Estado a continuidade de suas relações sobre o território.

Os casos abaixo elencados dizem respeito a ocupações de terras da massa falida³⁴ do Grupo João Lyra, cujos ocupantes são ex-trabalhadores de usinas e vinculados ao Movimento Via do Trabalho (ver figura 10).

Figura 10. Acampamento Padre Cicero, Teotônio Vilela, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Teotônio Vilela/AL, agosto de 2016.

No Acampamento São José, divisa entre os municípios Junqueiro e Teotônio Vilela, foi entrevistada uma acampada, em 24 de julho de 2016, e ela, líder do grupo, explicou o processo de organização do acampamento em terras em, que por séculos, semeou-se apenas a cana, destacando que a ocupação

³⁴Inventário de tudo que diz respeito ao grupo econômico.

Iniciou no dia 02 de junho de 2014, quem iniciou foi uma moça chamada Cleide que era coordenadora daqui, só que ela passou uns três meses e, devido à distância que ela morava, que era em Laranjeiras/SE, não tinha transporte, ela foi se afastando até que eu recebi o convite pra tomar conta desse acampamento. Só que, quando eu cheguei pra tomar conta desse acampamento, tive muito desgosto, pois era muito tempo sem ninguém cultivar a terra, as terras estavam improdutivas, cheias de mato, no sítio só existiam três moradores e a nossa primeira reunião foi embaixo de uma mangueira porque não tínhamos condições de ficar no acampamento, tinha apenas três barracos quebrados no meio da cana, com seis pessoas, Seu Izidio, Edmilson, Lora, Bete, Seu Hélio e Seu Moisés, e só tinha cana, cobra e cacos e vidro e disse que não ia ficar. Peguei o carro e fui embora, no caminho pensei: isso é uma vergonha. Como eu sou convidada pra tomar conta de uma organização, fazer as terras produzirem aí voltei. Pedi enxadas emprestadas ao pessoal e os homens começaram arrancando as canas que não prestavam pra nada, pois já estavam cinco anos sem produzir, eram os homens arrancando as cepas e as mulheres tirando e formando como se fosse uma barreira e sem contar com as cobras que eram tantas que tivemos que matar muitas por aqui, cacos de vidro, besouros, aí levantamos as cerca daqui e dali, levantamos essa tenda aqui, cada um trouxe uma telha, pedaços de pau, quatro moradores que tinha e cinco que eu trouxe. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

Nota-se que, no processo de ocupação das terras, a resistência dos próprios acampados era um dos entraves à permanência no local. As dificuldades eram iminentes, mas o entendimento do processo de luta como construção de uma identidade permitiu aos primeiros acampados a reprodução da sua sobrevivência, que perpassou pela derrubada do canavial e por sua progressiva substituição por outros cultivos.

Figura 11. Acampamento São José II, Junqueiro, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Junqueiro/AL, julho de 2016.

Com a derrubada dos canaviais, a progressiva luta e a resistência dos militantes do MVT, articulando-se prioritariamente em prol do autoconsumo, viabilizam até hoje a continuidade de suas estratégias de reprodução camponesa nas áreas que ocupam desde 2014.

Figura 12. Barracão do Acampamento São José II com murais contendo a organização da lida no campo e a rua contendo os barracos de lona e bloco



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Junqueiro/AL, julho de 2016.

Para que possamos compreender como um arranjo de diversas produções em um sistema técnico contribui para a permanência dos povos no campo. Mendras (1978, p. 44) destaca que “um sistema de autoconsumo supõe uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido, entre o sistema agrário e o regime alimentar”. Nesse sentido, para além da não produtividade dos solos ocupados, a busca que motivou o processo de ocupação da terra, nos diálogos dos entrevistados, atravessa, em primeiro lugar, pela nutrição.

Figura 13. Acampamento Padre Cicero, Teotônio Vilela, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Coruripe/AL, agosto de 2016.

No Acampamento Padre Cicero, em Teotônio Vilela, entrevistamos o acampado N., em 09 de agosto de 2016. Ele, antigo agenciador de trabalhadores para o corte de cana, popularmente conhecido por “Gato”, hoje, na condição de acampado, explica como ocorreu o processo de ocupação e destaca a militância permanente em área outrora pertencente à usina, falando sobre todo esse processo:

Trabalhei com o corte de cana. Muito. Tomava conta da turma, de gente de cento e vinte pessoas. Tudo começou a partir da massa falida da Usina Guaxuma. Mobilizava cortando terra, organizando pessoas para trabalhar, para plantar cana, para trabalhar. Tudo era difícil e estamos conseguindo algo agora como sobreviver, pois temos como onde tirar da roça. Graças a Deus a gente tem essa vontade de trabalhar. Comecei a trabalhar com o corte da cana aos 14 anos. Isso era normal. Não tinha nenhuma implicação. A minha vinda para cá foi quando um dia a gente se juntou-se num dia de domingo e conversamos com Marrom, fizemos uma proposta, se dava certo a gente chegar aqui em local que tava a cinco anos sem produzir, não tinha o que produzir, não tinha imposto, aí a gente fizemos uma reunião e colocamos bandeira aqui, em Sapé, em Belo Horizonte, outro, o São José, que é ali de Helena e aí juntamos o povo para trabalhar. Vendi um monte de coisas que tinha para não deixar a chance de vir alguém e tirar a gente daqui. A gente tá tendo uma boa safra de mandioca, o caminhão ainda está vindo carregar aqui. Não tem um aqui que não tenha o que dizer que daqui a terra não dá para trabalhar. Aqui a gente trabalha e tem o que comer. Tudo é muito difícil, os acampamentos não é nosso ainda. Eu tenho prova de como carreguei o povo para cá e enfrentei. A gente fez umas quatro reunião. Aí, enfrentar o senhor João cara a cara e ele tem um povo, tem um povo. Graças

a Deus, a gente que conversava conosco era de categoria. E é um bom momento, pois a terra tá parada e ele não tinha aquele interesse mais. Acredito que ele não tinha mais interesse. Fiz o cadastro do povo. (Acampado N., trabalho de campo, município Teotônio Vilela, agosto de 2016.).

Para Mendras (1978, p. 190), a contínua luta dos povos do campo é reafirmada a partir do sentimento de amor à terra. Embora no caso dessa ocupação, esse sentimento seja construído no decorrer dos anos, o autor fala que tal amor é “traço distintivo e fundamental da psicologia da classe camponesa em oposição às demais.” Contudo, frisa-se que essa noção de pertencimento edificada ano a ano justifica-se pelos laços socialmente construídos entre os militantes cujo intuito está associado não apenas pelo acesso à terra para plantio, mas também lhes dota de sentimento de pertencimento à sociedade, o “tornarem-se senhores e senhoras de si”, ao almejarem coletivamente serem cidadãos livres.

O processo de militância é afirmado pela acampada a partir de seus vínculos identitários com o campo e destaca que a luta deve ser contínua:

Eu sou aposentada, e trabalho com idosos, logo quando eu cheguei achei difícil, era pesado, e graças a Deus nunca ninguém veio aqui pra colocar a gente pra fora. Um dia chegou um carro com cinco homens, me chamou, isso foi logo no início, eu tava cortando as terras, olha vamos fazer um acordo, peça pro pessoal ir trabalhando de enxada, com toda educação, enquanto resolve-se alguma coisa com a massa falida e os movimentos, como não tem nada certo ainda. Ai, convidei pra tomar um cafezinho e eles falaram que não podem entrar nos acampamentos porque quando entramos em alguns ouvimos barbaridades e em nenhum momento ninguém foi agredido aqui. Quando eu estive aqui vão fazer alguns meses e como eu conheci primeiro a usina e eles passaram por aqui e fiquei pensando em não ser o momento apropriado pra me aproximar em função de estar com eles e fiquei pensando vai que tem algum tipo de tenção e eu talvez não saiba. Tiramos foto de tudo e arquivamos organizados. Todos os documentos, guardamos pra quando chega uma fiscalização termos tudo pronto. Eu gosto de ver acontecer as coisas. E pra trabalhar comigo tem que ter competência e pelo menos seguir o meu exemplo. Nós fomos pra Receita Federal, pra Justiça, onde recebemos uma papelada onde tudo é na base do acordo, que ninguém coloca a gente pra correr. Nos outros acampamentos tem que ir com a polícia por conta da violência e graças a Deus a gente não é tudo tranquilo, e quem chega nos trata com educação, eu não tinha conhecimento de como era trabalhar com sem-terra, e eu odiava sem-terra, chamava de vândalo, e hoje eu digo a você que fui criada na roça, portanto, eu sei como se colhe, como se planta tudo certinho, e tenho tudo guardado e anotado, não é fácil lidar com gente, aqui cachaça não é permitida, quer beber vá pra Teotônio beba e durma lá, só volte quando tiver bom, porque onde tem cachaça tem desgraça. Tem sala de aula aqui à noite, temos professora, escala de quem trabalha, todos os dias ficam duas mulheres na sede, noiteiros e diaristas, tudo organizado. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

A tomada de consciência camponesa é um processo contínuo de construção e conquista de si próprio nas áreas ocupadas. O vínculo com a terra se estabelece continuamente, embora para isso seja necessária a institucionalização por meio de cadastros que viabilizem a luta e o reconhecimento de suas vitórias. Além disso, também faz-se necessária a manutenção da permanência através do cultivo de alimentos ou da criação de animais.

Questionada sobre o processo de luta e resistência, e os principais enfrentamentos ao longo da ocupação, a entrevistada enfatiza que

Quando eu chegava na cidade e falava, olhe minha gente tem terra pra plantar as terras da usina falida do Grupo João Lyra, a gente ta ocupando pra produzir, eu nunca disse que íamos invadir as terras alheias, eu disse vamos trabalhar que as terras estão improdutivas, vamos produzir. As pessoas diziam, Deus me livre ir praquela lugar! Porque quando se matava em Alagoas vinham jogar o corpo aqui, aí eu chamei o chefe do movimento, que é o Marrom, liguei e falei que precisava mudar o nome do acampamento, que era Cinco Bocas que ninguém queria, que na verdade Cinco Bocas é lá embaixo, aqui pertence à Várzea de Cima, que antes era São José aí tudo foi abandonado. Então ele perguntou se eu achava que dava certo mudar o nome, eu disse com certeza aí expliquei porque ninguém quer fazer parte do acampamento que dizem ser um cemitério, então disse que podia mudar e coloquei São José II, hoje temos cento e quarenta e seis pessoas cadastradas, sendo noventa pessoas que moram e o restante trabalha, e a noite vem pra casa dormir. E graças a Deus aqui produzimos de tudo. Recebemos ajuda do trator da prefeitura de Teotônio Vilela, apesar de não pertencer a Teotônio Vilela, mais o prefeito é quem tem dado todo apoio a esse acampamento, tem o Álvaro que dá semente pra gente plantar, o trator que vem da prefeitura e se precisar de uma máquina agrícola. E aqui não usamos agrotóxico, apenas pro mosquito que come feijão, e a gente quer nossas terras sem problemas porque a cada agrotóxico que você usa e não sabe a marca e usa de qualquer jeito, você mata o solo. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

Nota-se que o processo de luta é contínuo, pois o não reconhecimento do município de origem revela entraves que inviabilizariam a permanência das relações de pertencimento à terra. Para utilizarem-se das vastas extensões das terras da Usina Guaxuma, os acampados do São José II recebem apoio da prefeitura da cidade vizinha para a realização do plantio, bem como a colheita de vegetais.

Além do autoconsumo, o que é produzido no acampamento é comercializado em várias áreas do estado, e há participação nas feiras da reforma agrária em vários municípios.

No que se refere aos cultivos, a acampada destaca que:

Plantamos feijão, mandioca, tudo, milho, amendoim, abóbora, abacaxi, feijão de corda, melancia, se cria galinha, bode, já tem uns bezerrinhos, e onde tiver feira a gente vai. Fomos pra Maravilha/AL, pense num lugar longe, mais adorei a feira, porque, além de vender o que levou, foi uma diversão, que deu oito horas da noite e ninguém tava cansado e conhece outra pessoas, outros negociantes, troca de lavouras, troca de semente, tudo a gente tem aqui, estamos ainda no processo cortando as terras, teve gente que tinha quinze tarefas de mandioca aí vendeu e não tinha o que comer, quem trazia comida era minhas filhas e eu, hoje essa pessoa tem carro, arrumou negociação pra vender a mandioca pras outras cidades, todas têm seu dinheirinho da feira, outros vivem da lavoura do acampamento e aqui a gente só passa fome se não tiver coragem pra trabalhar e todos que vieram pra cá vivem muito bem. Os principais problemas são: a necessidade de maquinário pra trabalhar, comprar enxada. Como não temos trator recebemos a ajuda mais pagamos o óleo e produtos pra eliminar a praga do feijão. Agora nós temos uma cacimba, mas quando chegamos nem tinha água e nem energia, conseguimos a energia, a água o prefeito de Teotônio Vilela nos ajudou a cavar um poço e a água é muito parece água mineral e a promessa dele é colocar água pra gente. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

Nota-se que, embora o processo de luta seja contínuo, os acampados têm a necessidade técnica operacional para conseguirem realizar adequadamente a produção, embora a lógica que os envolva seja a de uma agricultura orgânica sustentável.

Para um acampado do Acampamento Belo Horizonte, em Campo Alegre, questionado sobre o processo de luta e resistência, e os principais enfrentamentos ao longo da ocupação, ele afirma que

No começo foi meio embaraçado, pois como se tratavam das terras do João Lyra, começamos a achar impossível isso pela fama que ele tinha. Aí a gente percebeu que tinha umas pessoas para botar medo pro pessoal aí. Aí as pessoas ficavam amedrontadas aí. Foi aí que eu entrei. A gente chegou nessas pessoas, conversei que a gente sabia que era ocupação de terra contra a lei e tava toda semana em Maceió no palácio, desembargador, tinha polícia federal. A gente sabia que não poderia tá fazendo isso, que era já uma questão de Governo Federal e só a Federal poderia. Andei conversando com eles numa boa e uma conversa saudável. Eles já foram chamados muitas vezes. Aí chegou num ponto em que eles não tinham mais como mexer com a gente. A gente não estava desprotegido. Aí chegou uma pessoa, foi cadastrando, cadastrou um hoje. Tinha uns comentários na cidade. Preconceito. Tem pessoas que acham que os sem terra é um bicho. Hoje vêm pessoas aqui, advogados, gente fazer estudo, dá apoio. Os comerciantes mesmo vêm para cá comprar algumas safras. A gente tá encontrando um meio de fazer uma associação junto ao Via do Trabalho, o movimento, o secretário [de agricultura]. Já dá para se ver que o pessoal tem consideração. Quando levantamos a bandeira. Apareceu um povo brabo aí eu disse: ei, tão querendo comprar briga com a gente? Porque vocês não entraram nas terras da massa falida antes da gente levantar a bandeira? Eita, os sem terra entrou ali. Quiseram contestar com a gente e em reunião conversaram com a gente e

eu disse: vocês tão querendo dar uma de brabo para cima da gente, pra cima dos sem terra, mas não é assim. Se vocês estão fazendo isso sobre a massa falida, é atrás da bandeira. Onde se tem a bandeira do Movimento Via do Trabalho se estabelecem parcerias com outras bandeiras, são tantas bandeiras. Se tem algum protesto hoje para fazer aí a gente junta todas as bandeiras. Eu vejo o outro como um irmão meu. (Acampado L., trabalho de campo, município Campo Alegre, agosto de 2016.).

Nota-se que nem todos os acampamentos analisados passaram pelo mesmo processo. As tensões se revelam nas áreas próximas às áreas mais produtivas para a cana e próximas às cidades, como no caso do Acampamento Belo Horizonte, refletindo também na postura dos acampados que, com coerência, solicitam a identificação prévia antes da entrada no acampamento, por motivos de segurança.

Figura 14. Produção de feijão, Acampamento Belo Horizonte, Campo Alegre, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Campo Alegre/AL, agosto de 2016.

Sobre a vida no campo, a acampada fala sobre a rotina do acampamento:

Rezamos o terço de Padre Cícero, essa semana fizemos leilão pra construção da Igreja, as senhora e os senhores saíram aí nos sítios e ainda arrecadamos

R\$ 500,00 reais, esse dinheiro está guardado para, em dezembro, começarmos a construção da igreja de São José, que é o padroeiro daqui. A data de aniversário de cada um é o terço, nós temos nossos santos e padroeiros, tem o culto evangélico nas quintas-feiras com o pastor que mora aqui, Seu Izidio, que é um dos fundadores e, em meio à diversidade, convivemos bem. A divisão da terra é assim, cada cadastro era cinco tarefas pra trabalhar e plantar, aí alguns vêm pedindo um pedacinho de terra que sobrou e eu vou olhar a terra dele como está, se tiver limpa e cuidada, eu tenho o maior prazer de dar, porque tem acampamento por aí que não dá não fica com a terra lá, se tem terra produtiva e vai ficar sem produzir? Nós temos aqui duas mil e trezentas tarefas de terra, tanto que, desde o início, tem uma diversidade onde um lado é de cana e do outro plantamos tudo, graças a Deus aqui se planta e se colhe tudo. Quando eu cheguei aqui, não tinha uma galinha, agora tem mais de cinquenta, recebemos o termo de assentada em Maceió onde eles disponibilizaram para os movimentos mil e quinhentos hectares de terra e a gente e aqui só temos a agradecer a Deus e digo todos os dias que, quando eu não tiver mais saúde, vou entregar o acampamento e dizem que se eu sair saem também, porque eu sou uma pessoa muito do acordo, tranquila, e de muitos que eu vejo por aí aqui é o céu. Casamento aqui já tiveram quatro, e todos se conheceram aqui e estão aí, cada um morando no seu barraco. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

O estabelecimento das relações sociais nos acampamentos respeita a individualidade e a diversidade dos sujeitos, pois cada acampado tem sua história de vida e de superação. A trajetória de vida os uniu em uma única luta. Somente pela labuta que esses acampados conquistarão o seu próprio espaço, superando o agronegócio da cana.

Sobre o controle por área produzida e se há armazenamento, a acampada responde:

Por enquanto não temos muito pra armazenar não, a safra começou em 2014, e como era tudo no começo não tinha o que armazenar e esse ano quase a gente não pegou semente porque nós tínhamos guardado. A gente recebe uma parte da secretaria de agricultura de Teotônio Vilela, tem o Araújo que é o nosso secretário de agricultura, que faz de tudo pra ajudar o acampamento. Esse ano alguém já bateu o feijão de arranca, tem abóbora, aí as pessoas vendem, tiram pra comer, macaxeira mesmo, e a gente tanto come, vende, como dá, e a qualidade de vida é bem melhor. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

A inexistência da articulação entre o município de origem e o acampamento se revela na fala da acampada. Embora haja entraves à busca incessante por órgãos de outros municípios, permite ao acampamento acessar políticas públicas capazes de retroalimentar a lógica camponesa a partir de sua apropriação, estabelecer prioritariamente a sobrevivência e posteriormente a comercialização do excedente.

Figura 15. Cultivos alimentares no Acampamento São José II, Junqueiro, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Junqueiro/AL, julho de 2016.

Sobre ações governamentais, a entrevistada responde:

Até que a gente precisa de ajuda, principalmente semente, tem o Projeto Barriga Cheia, vem o MST que também precisa, só aqui são nove acampamentos, Sapé, São José I, Guaxuma, Folha Larga, Teixeira, São José II, Belo Horizonte, Campo Alegre, e me orgulho me dizer que o nosso acampamento, o de Campo Alegre, tem mais lavoura plantada, a mandioca aqui é o carro forte, sai caminhão topado de R\$ 22.000,00 reais, se pegar a terra e não plantar, eu dou um tempo determinado se não plantar e ficar lá por boniteza eu dou pra outra que queira trabalhar. Tinha uma área que só tinha gengibre, aí apareceram 02 senhores que estavam com a terra plantada de mandioca e queriam plantar feijão, aí eu disse é agora, eu tenho ali 15 tarefas de terra mas só tem gengibre. Ninguém tem que reclamar nos acampamentos não pra cortar a terra, aí eles perguntaram se não queria dar pra eles dois. Pois a gente corta amanhã se a senhora nos der e ele plantou feijão de corda. Eu também tenho uma terrinha, trabalho na roça, porque o coordenador tem que dar bons exemplos, tem que fazer a parte dele. Nós não cultivamos cana, mais se for preciso a gente cultiva, queriam fazer um acordo que uma parte o agricultor ia plantar cana e não vejo problema nenhum. Divido as terras, uma parte só pra lavoura e outra chamada de extensão. A cooperativa, a prefeitura, agenciadores compram o que é produzido. E se vierem comprar e não tivermos quantidade indicamos outro acampamento. (Acampada H. M. A. S., trabalho de campo, município Junqueiro, junho de 2016.).

O estabelecimento da política pública alagoana direcionada aos povos do campo, como o Programa Barriga Cheia, instituído a partir da parceria público-privada para a entrega de sementes e a utilização de solos cujo plantio oficial é a cana-de-açúcar, que permite durante a entressafra a disponibilidade de cultivos momentâneos nessas áreas. Contudo, nota-se que esse programa é mais uma estratégia de reprodução do capital para retroalimentar o setor ao permitir a manutenção da qualidade dos solos para o plantio da cana.

Figura 16. Plantio de cana-de-açúcar no entorno do Acampamento São José II, município Junqueiro/AL



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Junqueiro/AL, julho de 2016.

Embora a entrevistada assuma a possibilidade de plantar cana, percebe-se que esse fato só seria possível a partir do momento em que houvesse uma demanda específica, pois, em seu discurso, elucida-se a valorização do cultivo de hortaliças e verduras bem como existem compradores para o que é produzido no acampamento.

Para a acampada viver cercado pela cana

Pra gente não tem diferença porque somos do campo. Então, eu já cortei cana, já semeei adubo, tudo da agricultura eu já fiz. Taí o povo pra dizer a forma como são tratados por mim e a grande força pra continuar no acampamento, porque tem o Marrom que é de dentro, não deixa a gente se soltar se perder, porque ele é muito bom, mas quando quer puxar a orelha, ele puxa. E as coisas só funcionam com ordem e com limite. (Acampada H. M. S. A., trabalho de campo, município Junqueiro, agosto de 2016.).

Todos os acampamentos estão cercados pelo mar de cana em contínuo processo de substituição fomentado pela resistência dos povos no campo. Contudo, faz-se necessário reafirmar-se que esse processo só se perpetuará a partir do momento em que a reforma agrária de fato se efetivar em todo o país, para além da compra e desapropriação de terras e entrega aos acampados.

A organização do trabalho do camponês e as constantes transformações dos lugares são decorrentes da inserção dos novos processos técnicos-científicos-informacionais fomentados tanto pelo Estado como pelo capital, e que podem ser absorvidos ou não pelo camponês. Assim nos referimos pelo apoio das prefeituras e do Governo do estado percebido nas entrevistas. Embora haja uma luta camponesa contra o capital, “os ‘lugares’ não estão perdendo suas identidades, relações, história [...] estão se redefinindo pela multiplicidade de identidades, relações e histórias que passam a incorporar” (HAESBAERT, 2006, p. 139).

É com postura respeitosa e aberta ao diálogo das demandas dos pequenos agricultores, que o Estado de Alagoas conduz uma parceria democrática com as representatividades dos movimentos sociais. [...] Observamos uma mudança de postura muito positiva, alguns entraves pendentes já foram selecionados e ainda aquelas demandas que não foram cumpridas estão sendo ouvidas e recebendo a devida atenção”, ressalta Carlos Lima, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT). Os resultados da última audiência, realizada no dia 6 de setembro, repercutiu de maneira ampliada entre os diversos representantes agrários. Aliada a conclusão de obstáculos antigos, a decisão de transferir as demandas dos movimentos ao Iteral foi defendida e comemorada pelas lideranças como mais um avanço na construção de um relacionamento mais próximo entre as entidades estaduais. Coordenando o Movimento Via do Trabalhador, Marcos Antônio, o Marrom reafirma a expectativa de continuar a ampliação e estruturação do diálogo entre os grupos e Governo. “A relação tem sido muito boa. Diferente do que acontecia em outras gestões, que as nossas solicitações se mantinham acumuladas durante anos, vemos uma atenção inédita ao homem do campo. Os entraves têm sido resolvidos e estamos caminhando para um diálogo cada vez maior”, celebra Marrom. Outro ponto destacado pelas lideranças tem sido a concretização dos compromissos assumidos pelo Governo. Ao colocar em prática as promessas estabelecidas com as categorias, o Estado fomenta a parceria e apresenta uma nova postura incorporada na construção de políticas sociais concretas em Alagoas, como evidencia José Roberto da Silva, da Direção Nacional do Movimento Sem Terra (MST). “Esta relação só é possível porque o Estado compreendeu que o pequeno agricultor, assim como a Reforma Agrária precisam ser inseridos dentro de uma política pública de governo. Nestes primeiros anos de gestão, pudemos observar uma responsabilidade assumida e agora esperamos juntos a concretização destas ações para que esta parceria continue a dar tão certo”, destaca José Roberto. (AGÊNCIA ALAGOAS, 2016).³⁵

³⁵Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/8554-parceria-consolida-relacao-democratica-entre-movimentos-sociais-e-estado>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

No que concerne às estratégias de permanência do cultivo da cana em Alagoas, em entrevista realizada no dia 20 de julho de 2016, na Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, o engenheiro agrônomo R. S. M. destaca que a ASPLANA apoia os investimentos realizados pelos associados em adubo, localização, e transporte, pois

Um dos problemas do fornecedor é a distância que ele está da usina, interfere se você está 5 km da usina se está a 25 a 40 km, então o que está acontecendo são os fechamentos de diversas usinas e plantadores que estavam fornecendo a 10 km passaram fornecer a 40 ou 50 km, então acaba gastando mais combustível, imagine essa dinâmica nesses parâmetros todos onde o fornecedor é o cume, sem falar no trabalhador que deve ser o elo nessa cadeia, veja bem, o fornecedor está em uma situação não menos desconfortável que o empregado dele, porque o empregado dele tem que receber toda semana, a cultura é pagamento semanal, imagine hoje o fornecedor sem receber o dinheiro da cana ele fica numa situação pior que o trabalhador, porque o fornecedor de cana faz qualquer coisa na vida mais não deixa de pagar o funcionário dele. Ele não pode deixar de pagar e nem diminuir os funcionários empresa dele. Todos fornecedores que plantam são parceiros de serem sócios, basta plantar e assinar uma filiação, aí tem a questão do histórico onde antigamente existia toda uma regulamentação, um conjunto de leis que só o setor jurídico pode dar o conteúdo a você, onde o fornecedor, ao tocar o produto dele da cana cortada da usina, a usina já descontava alguma taxa que era recolhida pela usina e repassada para a ASPLANA, essa relação tem uma série de tumulto porque tem usinas que eram fieis e depositam para a ASPLANA os valores, outros atrasavam. Isso só o setor financeiro pode lhe responder, mas, por exemplo, certamente a ASPLANA ainda tenha valores a receber, estamos numa crise muito forte. Posso lhe dizer que 80% dos sócios da ASPLANA são de pequenos fornecedores o que não é confundido com os grandes produtores rurais, porque é por volume, a ASPLANA não trabalha com o conceito fundiário ela trabalha com o volume de cana e quando se fala o pequeno fornecedor ele pode ter mil hectares de terra e ter apenas cem toneladas de cana, mas eu lhe garanto que 80% dos fornecedores e sócios da ASPLANA são ao mesmo tempo pequenos possuidores de terra e pequenos volumes de cana e alguns poucos são médios e grandes mais eles possuem grandes volumes de cana por isso tem força política dentro da entidade, então não há discriminação nenhuma, basta querer aceitar o convite. Agora o que existe é que está sendo impossível controlar a quantidade de sócios da ASPLANA por conta da crise econômica nas usinas, então atrasa o pagamento da cana aos fornecedores e esses pagamento existiam pontualmente, agora esta generalizado o atraso do pagamento do produto imagina o daqui da ASPLANA, então se você perguntar hoje quantos sócios são, eu poderia dizer que temos aproximadamente entre seis mil e sete mil plantadores de cana, muitos deixaram de plantar cana esse ano o porque não sei, pois é uma dinâmica muito forte. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Tendo em vista toda essa situação, a ASPLANA mantém, junto a seus associados, uma relação estreita com sindicatos, pois lhes viabiliza a minimização de problemas de ordem

jurídica e política.

Veja bem, essa é uma pergunta técnica e ao mesmo tempo política, tecnicamente o setor técnico da ASPLANA mantém um elo de unidade com os sócios através da assistência técnica e a parte política às vezes você tem o fornecedor lá numa parte de acesso difícil e os técnicos fazem essa ponte com transportes específicos e como eu sou o responsável por receber esses relatórios estou em contado constante, existe essa teia de relações onde mantém uma relação próxima através disso, porque se entrarmos em atrito nesse tempo de crise acabam falando que a ASPLANA não está dando suporte, mas na verdade é o reflexo de uma crise que não existia numa colocação, mas nós mantemos essa relação. No campo político a ASPLANA mantém relação com o sindicato, com a agricultura, com usinas diretamente, não é interesse no campo político que precisa saber o interesse dos fornecedores, porque também não é interesse da ASPLANA que as usinas vão à falência, eles não podem brigar ente si. Bom além desses atrasos nos pagamentos é uma fissura que se abre e o presidente usa instrumentos dentro da relação entrando em contato direto para regularização entrando em contato com setores do governo federal que intermediem nessa relação. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Questionado sobre a ruptura de governo Rousseff e Temer, se sofreram algum tipo de abalo, interferência e quais seriam as novas probabilidades que viriam pela frente, segue a resposta:

Eu acredito que é um setor forte num país como um todo, o Estado de Alagoas está perdendo, pois é um setor que tem atenção, ele navega nesse mar de confusões e trocas e recebe influência diretamente de todo processo político, agora o setor canavieiro tem uma dinâmica própria também porque do fornecedor pequeno que tá lá distante, isolado, recebe a influência dessa dinâmica do mercado internacional da cana, pois o preço da cana tem haver com o que acontece com a Índia, Cuba e no Brasil todo. Então imagine, o fornecedor de cana não consegue acompanhar, não tem a dinâmica desse mercado internacional ele apenas absorve o impacto na crise, a cana sobe e desce, e, às vezes, no mesmo mês, várias vezes, se a Índia às vezes por um fato tem uma sobre safra no mercado, eu acho difícil, mas o fornecedor está sujeito a variação do dólar porque os insumos fundamentais são comprados em dólar, inseticidas, adubos principalmente, eu não sei dizer se o calcário é mais esses dois são. Então, se o Temer tomar alguma medida e aquela medida afeta o dólar, o dólar afeta o preço do adubo. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Nota-se que embora haja transição de governos o poderio do setor canavieiro depende prioritariamente das demandas externas, bem como a conjuntura da política econômica adotada.

Perguntado sobre como a ASPLANA estabelece o salário do trabalhador? A inserção

de maquinário, analisa-se a mecanização essencial para reduzir o quantitativo de trabalhadores e viabilizar melhor a qualidade de vida para o trabalhador. Para ele, este processo

É uma imposição do mercado, inclusive o fornecedor, ele não tem na mente um desenho geográfico, uma coesão social suficiente para planejar a mecanização, por exemplo, na colheita, ele não tem. Então nós temos uma extrema dificuldade, porque existem sócios da ASPLANA que recebem um favor de uma usina e por ser já assistido não está predisposto a de reorganizar junto com os demais que são os colegas sócios da ASPLANA. Então veja bem, as usinas, até por volume de terra e capacidade administrativa está tratando de mecanizar plenamente, os fornecedores não estão colocando. Eu fui convidado semana passada pelo presidente para fazer o projeto, e respondendo uma pergunta anterior sua sobre o Governo do Estado, por coincidência tem um projeto para inserir algumas cortadeiras de cana que é diferente de colheitadeiras que colhe e separa, a gente está numa fase experimental uma cortadeira, ela simplesmente vai corta a cana na base e deitar no solo, isso elimina uma quantidade não se sabe de quanto ainda de trabalho manual, mais é o trabalho pior. Primeiro que é um trabalho que sendo substituído não vai fazer falta, nem economicamente e nem pra qualidade de vida do trabalhador, porque eu não toco nessa fase da saúde, mais o corte de cana obriga o empregado a fazer alguns esforços físicos e tudo vai comprometer a saúde, estou falando sem base científica nenhuma mais a saúde se compromete. Imagine ter que segurar o facão pra cortar e deitar a cana no chão, então, estão tentando adquirir com o apoio do Governo algumas máquinas cortadeiras, para substituir esse trabalho que é o mais difícil que é o corte, depois vem outra máquina que junta e coloca em cima. É um trabalho intermedial em tudo que a usina está fazendo que é a presença do trabalhador que são os sistemas das colheitadeiras. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Embora se configure como uma concessão das usinas o empréstimo de maquinários necessários à colheita, esse aspecto afirma as condições de sujeição do plantador ao agronegócio da cana, tornando inviável a diversificação de cultivos, haja vista a continuidade das relações de endividamento promovidas ao longo dessa relação.

Interpretando as colheitadeiras como um dos símbolos da modernização dolorosa, para o entrevistado as implicações da Lei n. 11.241/2002, que a não queima dos canaviais:

O fornecedor de cana tem a preocupação ambiental. Nesse ponto de vista, consideramos benéfico demais, a questão é a capacidade competitiva do fornecedor. A colheitadeira, ela consegue trabalhar com a cana crua, nós estamos cortando cana ainda no braço, então é um custo muito forte se tivermos que cortar cana crua no braço, vai ser economicamente inviabilizado e ambientalmente correto, na presença do fornecedor e se isso não acontecer as máquinas são mais aliadas para o fornecedor de cana, esse setor é o que sofre mais psicologicamente, eu acho, é uma opinião pessoal,

não provo cientificamente isso, porque eu digo isso, no caso do fornecedor se ele não recebe da usina, por exemplo, ontem um fornecedor disse que recebeu o que entregou em janeiro, apenas uma parcela, mais o empregado não quer saber, você não sabe o que eu presencio aqui na associação de fornecedores que chegam arrasados porque não podem pagar ao trabalhador, mais ele tem que dar um jeito de pagar. Tendo que vender suas propriedades para pagar ao trabalhador. Pois não pode reduzir a mão de obra. Pois o trabalhador não tem estrutura para aguentar ficar sem receber mais de uma semana. Por isso que pra mim é o mais abalado psicologicamente, pois tem o nome a zelar. Vejo pessoas aqui na ASPLANA com depressão, ontem eu estava criando uma planilha de custo da cana e perguntei ao fornecedor assim: - quanto custa a depreciação da sua safra no sistema ABNT? Ele respondeu: - E a depressão não vai botar não? Ele disse que nunca tinha ficado um mês sem pagar os empregados e passou pelo processo de depressão. Porque não sabe o que fazer para pagar. O Governo fala que tem que esperar coisas melhores, ele espera que o Temer tenha coragem de conciliar essa situação, porque cada vez mais cresce a desconfiança e o que não morre é a esperança. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

Embora haja uma preocupação ambiental, é necessário afirmar que esta se institucionaliza a partir do momento em que a estrutura estatal recomenda ao setor a adoção de requisitos essenciais para a continuidade, do cultivo à comercialização. Logo, para atender esses requisitos, é preciso cortar funcionários para atender a uma demanda que requer um aparato tecnológico, adequado, para ao atendimento das exigências.

As tensões promovidas pelas exigências estatais viabilizam aos protagonistas do setor, desamparados pela desarticulação promovida pela desregulamentação do setor, o que também viabiliza uma série de problemas de saúde ao plantador que, para atender as demandas das usinas, realizam vendas das áreas de cultivo para as próprias usinas, perdendo, assim, suas terras.

Questionado sobre a existência de informação contida no portal do SINDAÇÚCAR/AL, o entrevistado afirma a possibilidade de vinculação de plantadores de cana em Sergipe e Pernambuco:

Nas fronteiras de Pernambuco e Sergipe vou dar um exemplo, a Usina Serra Grande, lá tem dois ou três fornecedores dos municípios de Pernambuco. Eles têm direito de ser sócio, fornecer cana, mas é uma quantidade insignificante. Sócios não sei lhe dizer, eu sei que a dinâmica disso está mudando diariamente, nenhum sócio se desvinculou mais é possível nesse âmbito de crise a dificuldade da ASPLANA entrar na justiça porque tal usina lhe deve tanto em dinheiro mais se a usina tiver que pagar um determinado valor a usina pode fechar. É interessante a usina fechar? Não é interessante. Aí o sócio diante disso diz que não é sócio da ASPLANA, mas na verdade ele é sócio, mais no total temos mais de 6.000 fornecedores. Por exemplo, o filho de um fornecedor se casa e ele dá uma quantidade em cana ao filho

onde o plantio é na mesma terra, ele passa a ser sócio da ASPLANA como fornecedor, por isso que a ASPLANA não trabalha como a questão da terra fundiário. (Engenheiro Agrônomo R. S. M., trabalho de campo, município Maceió, agosto de 2016.).

A modernização dolorosa pautada nesse modo reestruturante, em síntese, modifica a estrutura da propriedade rural – seja através da diversificação, seja por meio da centralização de modos de se produzir, tornando-se cada vez mais aglutinadora de capitais. Contudo, aumenta-se e reestrutura-se o modo que se dá a exploração da força de trabalho minimizando a força dos sindicatos rurais, a partir do esvaziamento de parcela dos trabalhadores rurais.

Figura 17. Colheitadeira e trator substituem os trabalhadores no corte da cana, Teotônio Vilela, 2016



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Teotônio Vilela/AL, março de 2016.

A política agrícola alagoana se pauta, atualmente, nos moldes da inovação e da modernização, da qual Diniz (1984, p. 217) resgata, enquanto uma renovação perversa e complexa, de modo a se pautar, a partir das mudanças nos padrões de residência – acréscimo no número da população concentrada nas cidades como imposição dos grandes proprietários, gerando conflitos sócio-espaciais e minimizando o contato do homem com o trabalho na terra, descompromissado com a lógica do capital; o aparecimento de profissões especializadas e

pautadas nas necessidades atuais – como o saber utilizar as tecnologias, no campo; a minimização do analfabetismo, não significando que o processo seja libertador; e a influência do urbano sobre o rural através das mídias.

Com o avanço tecnológico da agroindústria favorecendo a especialização em determinados derivados da cana-de-açúcar, verificam-se o contrassenso envolvendo o produzido, o comercializado e o vendido ao longo dos anos. Esses avanços no campo também são condicionados a partir de investimentos.

Figura 18. A automação no campo diminui quantitativo de trabalhadores no corte-da-cana, em Teotônio Vilela/AL



Fonte: Ricardo Santos de Almeida, trabalho de campo, município Teotônio Vilela/AL, março de 2016.

Paulatinamente, em contraponto ao avanço tecnológico ocorrido no campo, a sociedade alagoana não acompanhou esse processo, pois existem as relações envolvendo privilégio e pobreza, que coexistem e são interdependentes para revitalizar o poderio capitalista. Também não acompanharam esse processo as minorias agrárias estaduais, pois, atrelados às relações de poder estão os que o detêm, e esses indivíduos não permitem/impedem o acesso e o avanço tecnológico a outros tipos de cultivos, minimizando também investimentos nos serviços públicos, que, por anos, encontrou-se sucateado

engessando o Produto Interno Bruto (PIB) do estado o tornando dependente da indústria de serviços.

É sob a atual conjuntura que se percebe a elaboração do Decreto Estadual n. 25.896/2013, o diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), ou seja, isenção de impostos, cancelado pelo estado em 2015. É interessante notar que é por meio dessa ação que o setor sucroalcooleiro adquire, por estratégias políticas mais investimento fiscal e o que lhes é capitalizado em novos investimentos. Esse processo inviabiliza a aplicação de recursos em obras ligadas aos reais anseios sociedade, tais como a melhoria da qualidade da saúde, da educação e da segurança.

O Governo do Estado de Alagoas revogou o benefício do setor sucroalcooleiro que permitia o uso de créditos presumidos para abater o ICMS a pagar nas operações com álcool hidratado. Como explicou o secretário especial da Receita Estadual, Helder Lima, o decreto revogado, na prática, deixava a carga tributária do álcool hidratado muito abaixo do padrão. “Revogamos um benefício mal calibrado e que vinha gerando perda de arrecadação, algo que o estado não pode mais suportar”, ressaltou. A revogação é regulamentada pelo Decreto n. 45.970, publicado no Diário Oficial do Estado. Também foram publicados outros dois decretos relacionados ao setor sucroalcooleiro revogando condições especiais para pagamento de débitos ICMS e cancelando o benefício que adiava o pagamento do imposto na importação do álcool etílico anidro carburante. (STIA/AL, 2016).³⁶

Há, seguindo a mesma prerrogativa citada anteriormente, o Decreto Federal n. 8.079/2013, que adota, por meio de um novo modelo de subvenção destinada a produtores rurais canavieiros organizados, incluindo os independentes, reafirmando, por meio da sujeição da representação participativa, a maximização de investimentos em pesquisas, novas técnicas agrícolas que permeiam toda a cadeia logística (da produção ao consumo).

Alagoas é, portanto, um espaço político-social que possui especificidades nos processos políticos e sociais. Sendo assim, o território alagoano deve ser compreendido a partir da leitura sobre a sociedade local em interação constante com a escala global considerando-se as especificidades que existem entre a produção, distribuição, circulação e consumo de produtos oriundos de uma *commoditie* de alcance internacional que ao longo do tempo reestruturou-se para atender a crescente demanda embora se saiba que para tal foram necessárias articulações políticas e econômicas que inviabilizaram constantemente o real desenvolvimento de uma sociedade que ainda permanece entrelaçada indiretamente a um setor econômico, embora existam políticas públicas direcionadas a minimização das dificuldades de acesso a

³⁶Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/81-estado-cancela-mais-um-beneficio-icms-concedido-ao-setor-sucroalcooleiro>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

bens de consumo e serviços que dão a condição de pertencimento aos sujeitos inseridos no território, ou seja, o modo como a distribuição de renda ocorre. (LIRA, 2007, p. 51).

Assim, as crises do setor sucroalcooleiro só geram desemprego, problemas econômicos e infraestruturais. E o estado alagoano, que é representante e representado pelos usineiros, oferece, dentre outros benefícios, a não fiscalização das usinas desde 2008, tendo como implicações, por meio de decreto estadual, a redução na arrecadação de impostos, possibilitada com as mudanças da regra de apuração do ICMS.

A resistência camponesa é e deve ser valorizada, pois será a partir dela que Alagoas pode se revigorar e se fortalecer social, econômica e politicamente. Cabe também ao Estado permitir que a reprodução campesina se estabeleça, pois não é admissível a usurpação destes por meio de políticas públicas que os coloquem em armadilhas como a oferta de créditos rurais que ponham as propriedades como garantias caso o investimento não dê certo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar em Alagoas baseou-se no estabelecimento das condições de precariedade e incipiência essenciais à afirmação das relações de poder das oligarquias sucroalcooleiras.

A reprodução do poder político e ideológico forjado na usurpação do Estado ao longo dos anos pela elite agrária alagoana contribuiu para a lapidação e a deturpação das relações sócio-espaciais, permitindo a continuidade da sujeição da renda da terra ao capital, e contribuindo para a reprodução camponesa que se estabelece a partir da luta pela terra.

Constituindo a parte sul da Capitania de Pernambuco, o uso e ocupação do território alagoano, cuja autonomia se confirmou a partir de 1817, são decorrentes da expansão da atividade econômica canavieira, ordenada e planejada no território, nas áreas correspondentes às mesorregiões do leste e do agreste alagoanos.

Conforme se fomenta na base política o direcionamento das atividades produtivas no campo a um único tipo de cultivo para a sustentação econômica, no recorte alagoano, o campo atende à lógica do capital. A constituição dessa opção socioeconômica concreta decorreu dos determinantes políticos e estruturais da economia local.

Ao analisarmos a organização e a distribuição das produções atuais, afirmamos que os padrões de desenvolvimento definidos pelas elites agrárias trazem consigo um quadro econômico, político, social, territorial e cultural bastante limitado, cujo intuito permeia-se pela continuidade dos privilégios para a elite e a pobreza, para os que ofertam a sua força de trabalho.

Nesse quadro, reafirma-se a concentração da renda e a inviabilização de mudanças estruturais na sociedade alagoana, entre o período de 1600 a 2016.

Apesar do processo de usurpação do espaço geográfico alagoano pelo agronegócio buscar a destruição camponesa, ele está atrelado ao camponês, que é o realizador do trabalho, pois este, ao ofertar sua força de trabalho momentaneamente e/ou utilizar-se do solo também momentaneamente para o plantio de outras atividades agrícolas em momentos específicos do ano, permite a sua recriação, bem como reforça a condição sócio-metabólica do capital.

A criação e a recriação do capital do agronegócio alagoano se revigoram, permitindo novos graus de modernização.

Alagoas tem muita dificuldade para definir um padrão de desenvolvimento que resulte num processo de heterogeneização da produção, do emprego e da renda. O padrão adotado em todo o Estado é o modelo agrícola herdado do coronelismo, assentado basicamente na

monocultura de exportação. Nesse modelo, a produção é extensiva, a produtividade muito baixa, as relações de trabalho são de submissão do trabalhador ao patrão, e, para isso, faz-se necessária a participação do Estado, seja sob as formas de apoio político, seja pelos estímulos agrícola e financeiro.

Em Alagoas, o poder é concentrado nas mãos de poucas famílias, reforçando o ideário oligárquico fundiário, viabilizando uma atrofia política, econômica e social. Com uma política regional de controle familiar seguindo de geração em geração, observa-se a concentração de poder ao longo do tempo. Os governos que se sucederam no tempo e no espaço atendem apenas aos seus anseios, colocando os camponeses e demais trabalhadores em segundo plano.

Dessa maneira, como vislumbrar um real estado de bem-estar social se não é interesse do agronegócio canavieiro o estabelecimento de relações econômicas, culturais e educacionais garantidas pelos direitos constitucionais?

A cultura canavieira é uma expressão da territorialização do agronegócio no campo alagoano. As relações de poder se encontram intrinsecamente vinculadas ao desenvolvimento da atividade, cujo destaque é voltado para a hegemonia dos grandes proprietários de terra, que são agentes concentradores de capital tanto no campo como na cidade.

O IAA, o PLANALSUCAR e o PROÁLCOOL serviram para o fortalecimento sócio-político-econômico dos usineiros em Alagoas. Em 1986, com o Acordo dos Usineiros, realizado entre o Governo do Estado de Alagoas e a Cooperativa Regional dos Usineiros de Alagoas, o estado mergulhou no caos financeiro, político e social sem precedentes.

Os indicadores sociais em Alagoas refletem as lacunas ocasionadas pelo decréscimo da arrecadação do ICMS no período de quinze anos, sendo que o elemento central do Acordo dos Usineiros somente favoreceu o enriquecendo e o fortalecimento político-econômico desses.

Mesmo com o fim do acordo, a pobreza persiste, bem como os baixos índices de desenvolvimento social atrelados aos altos índices de mortalidade infantil e as altas taxas de analfabetismo.

A dependência e a hegemonia econômica canavieira em Alagoas constituíram-se como um entrave para a execução de políticas públicas que viabilizassem a melhoria da qualidade de vida no campo alagoano. Entende-se, assim, que a (de)formação socioeconômica alagoana explicita a carência de reais políticas públicas que integrem a sociedade, não a tornando submissa direta ou indiretamente às mãos de restritos grupos econômicos.

Como ponto de partida, o Estado necessita de planejamento, de projetos eficazes e exequíveis que visem melhorar a distribuição de renda, não se restringindo apenas a

programas com feições assistencialistas, compensatórias e vinculadas ao cultivo da cana-de-açúcar.

Embora haja novos investimentos do setor canavieiro em outras atividades econômicas, a substituição da paisagem da cana em Alagoas por outros cultivos valida a resistência camponesa frente à ofensiva do capital. Logo, é a partir da resistência camponesa que se evita a retroalimentação do setor canavieiro e promovem-se novas relações territoriais que perpassam por uma nova lógica. Essa consiste do uso da terra para fins de autoconsumo e o excedente, embora seja comercializado, é compartilhado entre os entes que sobrevivem nas residências, permitindo a constituição de relações comunitárias que não permeiam a disputa pelo lucro.

Nota-se que é a partir da luta camponesa pela terra que o enredo produzido pelo agronegócio canavieiro é reescrito. As constantes ocupações das terras produtoras de cana-de-açúcar são necessárias, pois, por mais que existam políticas públicas direcionadas aos camponeses para a sua reprodução, faz-se preciso afirmar que caberá ao camponês traçar o seu próprio caminho, por isso a reforma agrária é necessária.

O camponês, ao estabelecer em seu cotidiano relações de pertencimento às terras ocupadas, afirmará em sua nova identidade sua própria soberania, que perpassa para além de seu vínculo com a terra, e lhe dará liberdade, assegurando a terra como morada, pois dela proverá a sua própria existência.

Refletir sobre o passado, vivenciar o presente e pensar o futuro. Caberá aos alagoanos reinterpretar-se como sociedade resgatando sua própria dignidade, autoestima e qualidade de vida do seu povo.

(Re)escrever a própria história, refletindo e (re)conhecendo Alagoas como o território do povo e não dos grupos econômicos que o espoliam desde a sua criação só será possível através da luta camponesa pela terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ALAGOAS. **Parceria consolida relação democrática entre movimentos sociais e estado.** Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/8554-parceria-consolida-relacao-democratica-entre-movimentos-sociais-e-estado>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

AGÊNCIA ALAGOAS. **Governo deve entregar várias obras rodoviárias até o primeiro semestre de 2017.** Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/4318-governo-deve-entregar-varias-obras-rodoviarias-ate-o-primeiro-semester-de-2017>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

AGENDA A. **Grupo de biotecnologia com usina em Alagoas compra empresa Americana.** Disponível em: <<http://agendaa.com.br/negocios/economia/4474/2015/10/15/grupo-de-biotecnologia-com-usina-em-al-compra-empresa-americana>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ALMEIDA NETO, Jerônimo de. **Glossário da reestruturação produtiva: a linguagem do trabalho.** Florianópolis: Visual Books, 2003.

ANDRADE, Correia Manoel. **A questão do território no Brasil.** Hucitec: São Paulo, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilaria das Alagoas: Uma contribuição ao estudo da produção do espaço.** 2. ed. Maceió: EDUFAL 2010.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil.** Recife: Massangana, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-acúcar do Nordeste Oriental – IV Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel.** Recife: Imprensa Oficial/ Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos de Economia Rural.** Chapecó: Argos, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DE ALAGOAS. **ASPLANA 50 anos 1942-1992 edição histórica.** Maceió: ASPLANA, 1992.

BIOCONTROL. **Produtos Metarriz.** Disponível em: <http://biocontrol.com.br/produtos-metarriz.php>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Annablume, 2004.

BRITTO, Jorge. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In.: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no**

Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. **Planos de Desenvolvimento de Alagoas 1960-2000**. Maceió: EDUFAL: SEPLAN- AL: Fundação Manoel Lisboa, 2005.

CAMARGO, Aspásia. **O que foram as Ligas Camponesas?** (2006). Disponível em: <<http://direitos.org.br/o-que-foram-as-ligas-camponesas/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CARVALHO, Cícero Pércles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2009. 3. ed. 111 p.

CARVALHO, Cicero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1983.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado Sobre Terra**. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CAVALCANTI, Arnóbio. (org.). **Superando a estagnação: como Alagoas conseguiu vencer a falência da estrutura pública, avançar em questões sociais e focar o desenvolvimento**. Maceió: EDUFAL, 2006.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DE ALAGOAS. **Lei n. 4.418 de 27 de dezembro de 1982**. Disponível em: <http://tol.sefaz.al.gov.br/tol/modules/documentos/retornaDocumentoLink.jsp?NUM_DOCUMENTO=4418&NUM_ANO_DOCUMENTO=1982&COD_TIPDOC=LEI&COD_SETOR=>. Acesso em: 21 jan. 2015.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: 21 jan. 2015.

DAROS, Edelclaiton; OLIVEIRA, Ricardo Augusto de; BARBOSA, Geraldo Veríssimo de Souza (org.). **45 anos de variedades RB de cana-de-açúcar: 25 anos de RIDESA**. Curitiba: Graciosa, 2015.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. In.: STEDILLE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/a_questao_agraria_7.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DIÉGUES JÚNIOR. Manuel. **O banguê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

DIÉGUES JÚNIOR. Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste: documentário da vida rural**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DOBB, Maurice. Do feudalismo para o capitalismo. In.: HILTON, Rodney. DOBB, Maurice. SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução: Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 209-214.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In.: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Coletivo Editorial, 2008.

G1. **Trabalhadores rurais destroem material de pesquisa na UFAL**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/11/trabalhadores-rurais-destroem-material-de-pesquisa-na-ufal.html>>.

G1. **Sem Terra ocupam mais de três áreas da Usina Guaxuma no interior de Alagoas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/06/sem-terra-ocupam-mais-tres-areas-da-usina-guaxuma-no-interior-de-al.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura No Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980. São Paulo. Editora HUCITEC, 1997. 245 p.
GORENDER, Jacob. A vigência de O Capital nos dias de hoje. In: Coggiola, Osvaldo (org.). **Marxismo Hoje**. São Paulo, Xamã/ Depto. de História da FFLCH-USP, 1994.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In.: MORAES FILHO, Evaristo de. *et al.* **Trabalhadores, sindicatos e política**. São Paulo: CEDEC/Global, 1987.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRUPO CARLOS LYRA. Disponível em: <<http://www.carloslyra.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GRUPO JOÃO LYRA. Disponível em: <<http://www.grupojl.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GRUPO TOLEDO. Disponível em: <<http://www.grupotoledo.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GRUPO DE ESTUDOS DA PAISAGEM. **As trilhas do Açúcar**. Maceió: FAU/UFAL, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In.: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (orgs.). **Camponeses brasileiros: Leitura e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. **Para entender o capital** – livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero/MTC/CNPQ, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. Do feudalismo para o capitalismo. In.: HILTON, Rodney. DOBB, Maurice. SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução: Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 201-208.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. 12. ed., São Paulo: Zarhar, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMA, Araken Alves. **A crise que vem do verde da cana**: Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas. Maceió: Edufal, 1998.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da Agroindústria Canavieira Alagoana no Século XIX**. Maceió: EDUFAL, 2014.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990. (Fac-Simile da 4ª edição).

LIRA, Fernando José de. **Corrupção e Pobreza no Brasil**: Alagoas em destaque. Maceió: EDUFAL, 2005.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LIRA, Fernando José de. **Realidade, desafios e possibilidades**: pensando em saídas para a crise de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1998.

LÚCIO, Antonio Barbosa. A Ação Sindical dos Canavieiros Alagoanos a partir da Década de 1980: Alcances e Limites. **CABANOS – Revista de História**, Maceió, ano 1. vol. 1. p.111-131. jan./jun. 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação**

econômica do imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. ano 11, n. 12. p. 57-67. jan.-jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

MARX, Karl, **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MERRINGTON, John. A cidade e o campo na transição para o capitalismo. In.: HILTON, Rodney. DOBB, Maurice. SWEEZY, Paul et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Tradução: Isabel Didonnet. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 215-247.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Exportadores de soja para China 2015-2016**. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Exportadores de SOJA para China - 2015-2016.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Exportadores_de_SOJA_para_China_-_2015-2016.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 319 p. Disponível em: <<https://goo.gl/FjbZUA>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

NASCIMENTO, Rosana do Carmo; SANTOS, Fernando Antônio Agra. **Evolução da cultura da cana-de-açúcar no estado de Alagoas em relação aos maiores produtores do Brasil, 1980/1996**. Disponível em: <http://www.jf.estacio.br/revista/ARTIGOS/1agra_cana.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

NIEUHOFF, Johan. “Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. 1682.” In.: FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia – história da guerra brasileira, 1675**. São Paulo: Beca Editora, 2004.

NOVA CANA. **Usinas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 1. ed. 2007. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PEREIRA, Irlan Celestino. Breve histórico do instituto da sesmaria e a evolução das principais áreas da cidade do Salvador. **Revista do Curso de Direito da UNIFACS**. n. 128. p. 01-23. fev. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/1402/1089>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

QUARTO DE MILHA O CAVALO DA FAMÍLIA BRASILEIRA. **Varrela Pecuária**. Disponível em: <http://www.abqm.com.br/index.php?option=com_content&Itemid=158&catid=50&id=3595&view=article>. Acesso em: 10 jun. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RATZEL, Friedrich. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, [S.l.], v. 2, p. 93-101, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Abordagens analíticas das redes geográficas. **Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-ambientais/Geografia da Universidade Federal de Goiás, vol. 20. n. 1/2. Jan./dez. 2000.

REDE INTERUNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO. **Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.ridesa.agro.ufg.br/p/3723-tecnologia>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Revista Finisterra**, ano XXXVI, vol. 72, p. 37-53. Lisboa, 2001.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu Do Açúcar, 1970.

SANTOS, Josefa de Lisboa. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In.: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. ano 6. n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

SANTOS, Milton. O território e o saber local algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, ano XIII, n. 2, ago./dez. 1999, p. 15-26.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DO ESTADO DE ALAGOAS. **Piso salarial do trabalhador rural de usinas alagoanas é o maior do NE novamente**. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/wp-content/uploads/2010/12/3122010_132.2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Cana-de-caçúcar cede espaço para atividades que garantam uma renda maior**. Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/45-cana-de-acucar-cede-espaco-para-atividades-que-garantam-uma-renda-maior>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Estado cancela mais um benefício: ICMS concedido ao setor sucroalcooleiro**. Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/81-estado-cancela-mais-um-beneficio-icms-concedido-ao-setor-sucroalcooleiro>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DE ALAGOAS. **Piso salarial do trabalhador da indústria do açúcar é reajustado**. Disponível em: <<http://stia-alagoas.com.br/site/index.php/noticias/84-piso-salarial-do-trabalhador-da-industria-do-acucar-e-reajustado>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. **Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar:** açúcar e álcool, o grande projeto para a economia do Brasil. Campos: APEC/COPERFLU, 1976.

SILVA, José Graziano da. **A questão agrária no Brasil:** Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996.

SILVA, José Graziano da. O progresso técnico na agricultura. **Cadernos de ciência & tecnologia.** vol. 07, n. 1/3, jan./dez., 1990. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9119/5161>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

SILVA, Maria Angélica da. (org.). **O olhar holandês e o novo mundo.** Maceió: EDUFAL, 2011.

SILVA, Patrícia Brandão Barbosa da. **O setor sucroenergético e o regime de apropriabilidade de cultivares de cana-de-açúcar: caso RIDESA.** 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SORJ, Bernard; WILKINSON, John. **Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro 1978.

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmem Lúcia. **Caminhos do açúcar:** engenhos e casas-grandes das Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias.** Maceió: EDUFAL, 2009.

TINOCO, Vinicius Boechat. **O Estado é meu:** desafios à modernização político-administrativa de Alagoas. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

TRIBUNA UNIÃO. **Famílias do Movimento Via do Trabalho ocupam novas fazendas do Grupo João Lyra.** Disponível em: <<http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/34497/Famílias+do+Movimento+Via+do+Trabalho+ocupam+novas+fazendas+do+Grupo+JL>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

USINA CORURUPE. Disponível em: <<http://www.usinacoruripe.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

USINA SANTA CLOTILDE. Disponível em: <<http://www.usinasclotilde.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

USINA TRIUNFO. Disponível em: <<http://www.usinatriunfo.com.br/site>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria canavieira**: Estratégias competitivas e modernização. Campinas: Editora Átomo, 2003.

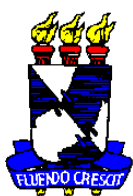
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, Outubro, 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/238/234>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

WELCH, Clifford Andrew *et al.* **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZYLBERSZTAJN, Decio (org.) **Gestão da qualidade no agribusiness**: estudos e casos. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



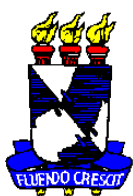
Título do Projeto: agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território e luta por terra.

Pesquisador: Ricardo Santos de Almeida.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR DO ESTADO DE ALAGOAS

1. Há algum encarte que me informe sobre o histórico do sindicato, o ano de fundação e como ocorreu?
2. Como vocês se organizam para atender os trabalhadores da indústria do açúcar no estado de Alagoas?
3. Vocês tem o acompanhamento do quantitativo de trabalhadores filiados ano a ano? Existe uma filiação permanente ou ela ocorre apenas durante o período em que os trabalhadores realizam o corte da cana, ou seja, o emprego temporário?
4. Vocês tem controle a respeito dos contratos realizados entre usinas e trabalhadores?
5. Como o sindicato participa na definição dos salários? Há algum tipo de diferenciação dos valores recebidos por função exercida e sexo?
6. Sobre a saúde do trabalhador, como o sindicato se organiza e realiza a assistência?
7. Vocês se mobilizam frente a organização setorial, estratégias empresariais sobre o mercado de trabalho demandadas pelas indústrias de açúcar e álcool?
8. Quais as principais demandas dos trabalhadores nessa região?
9. Há algum tipo de enfrentamento entre o sindicato e o setor canavieiro? Como se estabelece a relação?
10. O sindicato tem atuação frente à luta pelo acesso à terra em Alagoas?
11. Quais os principais problemas na relação entre a agroindústria canavieira e os camponeses em Alagoas?
12. Os problemas são mais frequentes na relação do agronegócio canavieiro com os trabalhadores sem terra, os assalariados ou os trabalhadores temporários? Como esses problemas de manifestam?
13. Gostaria de saber se há algum tipo de organização e articulação do Sindicato com outros sindicatos rurais e/ou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas (FETAG).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



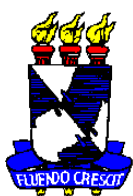
Título do Projeto: agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território e luta por terra.

Pesquisador: Ricardo Santos de Almeida.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DE
ALAGOAS**

1. Como ocorreu a formação e a organização sindical em relação às lutas, as conquistas no decorrer dos anos e as recentes.
2. Como a federação se articula e com os trabalhadores da cana?
3. Como a Federação se articula com o sindicato dos trabalhadores da cana-de-açúcar? Há algum tipo de influência a respeito da organização dos salários, férias e demais direitos trabalhistas?
4. Gostaria de saber se há algum tipo de organização por parte da federação e como vocês se articulam em escala estadual, municipal e nacional para a obtenção de objetivos em comum.
5. Sobre os créditos rurais existem casos em que algum federado arrende terra e solicita esses créditos para plantar cana e vendê-la a alguma usina?
6. Quais as principais demandas dos trabalhadores nessa região?
7. Há algum tipo de enfrentamento entre a federação e o setor canavieiro? Como se estabelece a relação?
8. A federação tem atuação frente à luta pelo acesso à terra em Alagoas?
9. Quais os principais problemas na relação entre a agroindústria canvieira e os camponeses em Alagoas?
10. Os problemas são mais frequentes na relação do agronegócio canavieiro com os trabalhadores sem terra, os assalariados ou os trabalhadores temporários? Como esses problemas de manifestam?
11. Quais as principais demandas dos trabalhadores nessa região?
12. Há algum tipo de enfrentamento entre o sindicato e o setor canavieiro? Como se estabelece a relação?
13. O sindicato tem atuação frente à luta pelo acesso à terra em Alagoas?
14. Quais os principais problemas na relação entre a agroindústria canvieira e os camponeses em Alagoas?
15. Os problemas são mais frequentes na relação do agronegócio canavieiro com os trabalhadores sem terra, os assalariados ou os trabalhadores temporários? Como esses problemas de manifestam?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



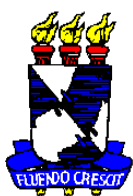
Título do Projeto: agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território e luta por terra.

Pesquisador: Ricardo Santos de Almeida.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
ASSOCIAÇÃO DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE ALAGOAS**

1. A associação possui site informativo contendo o histórico e a missão, mas gostaria de saber como você destaca a importância do sindicato para os usineiros em Alagoas.
2. Como ocorreu a formação e a organização da associação? Todas as usinas participam do sindicato? Se não, por qual motivo?
3. Quais as principais conquistas do sindicato no decorrer dos anos?
4. Como o Conselho Deliberativo participa e se articula no processo de mobilização do sindicato pelas lutas e conquistas do setor em Alagoas.
5. Há alguma relação entre o sindicato, usinas e universidade contribuindo para o fortalecimento das agroindústrias da cana-de-açúcar? Como ela acontece? Qual a importância desta relação para o estado de Alagoas?
6. Sobre os impostos houve uma tentativa de articulação com o estado de Alagoas sobre incentivos fiscais em 2013? Por qual motivo aconteceu? E, por que não foi acatado pelo Estado?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Título do Projeto: agronegócio canavieiro em Alagoas: controle do território e luta por terra.

Pesquisador: Ricardo Santos de Almeida.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
ACAMPAMENTOS NOS MUNICÍPIOS CAMPO ALEGRE, JUNQUEIRO E
TEOTÔNIO VILELA, ALAGOAS**

O intuito da entrevista é diagnosticar e buscar interpretar modos de resistência no campo alagoano em áreas próximas a canaviais e usinas.

1. Por favor, me relate como ocorreu a organização do assentamento/acampamento. Se possível informe ano em que tudo aconteceu.
2. É vinculado a algum movimento social? Qual?
3. Em relação aos problemas do campo, o que o Sr(a) considera como principais problemas dessa região?
4. Como é o processo de luta e resistência?
5. O que cultivam? Vocês tem o controle sobre o que é produzido por área plantada? Onde o que é cultivado é armazenado?
6. Vocês recebem apoio de alguma organização não governamental para assistência técnica?
7. Vocês arrendam a terra? Cultivam cana ou trabalham para usina? Se não, por qual motivo?
8. Quem compra o que é produzido? Para quais municípios é vendido?
9. Vocês têm controle entre o que é vendido e o percentual adquirido?
10. Vocês obtém renda também pela venda de produtos não-agrícolas? Em decorrência do quê optaram também por produzir esses outros produtos?
11. Quais as estratégias criadas pelos trabalhadores que representam forma de resistência ao agronegócio canavieiro?